

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

INOVAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Um desafio no campo político

Pedro de Almeida Costa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha Machado Carrion

Porto Alegre, dezembro de 2007

Pedro de Almeida Costa

**INOVAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Um desafio no campo político**

“Uma tese de doutorado tem validade se estiver adequada a [uma] expectativa: dentro dos ritos de elaboração, com os testes e provas tidos como válidos e necessários na comunidade científica, dotada de sofisticacões que vão muito além do senso comum, baseada em muita bibliografia e digestão teórica, e assim por diante. Apesar de tudo isso, pode ser uma tese socialmente irrelevante, de tal sorte que, se não tivesse sido escrita, nenhuma falta faria à sociedade”.

Pedro Demo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, especialmente a Lilian e a Luisa que entenderam a minha dedicação, aceitaram que eu dividisse o meu tempo com o trabalho e ainda o apoiaram com silêncios e sorrisos, assim como fizeram meus pais, irmãos e demais familiares.

Na minha trajetória acadêmica, não poderia esquecer todos os colegas e professores que tive no PPGA e também em demais programas onde cursei outras disciplinas: PPGE, PGDR e PROPUR. As leituras, seminários, discussões, trabalhos em conjunto constituíram-se em experiências muito ricas, não apenas pelo seu conteúdo intelectual, sobre o qual nem seria preciso falar, mas também pelo seu valor afetivo inestimável e inesquecível.

Em especial preciso agradecer aos professores Edi Fracasso, Maria Ceci Misoczky e Paulo Zawislak pela leitura e críticas ao Ensaio Teórico, que formou o embrião conceitual desta tese. Sem as suas críticas e considerações eu não teria sido empurrado adiante no meu esforço intelectual.

Nos programas onde cursei as disciplinas, e em especial no PPGA, também tive o apoio das secretarias e demais instâncias administrativas, sem as quais a organização do trabalho, das bancas e registros não seria possível.

Faço também menção especial aos professores Genauto França Filho, Elaine Antunes e Ângela Garay pela sua leitura atenta, críticas pertinentes e provocações certas ao meu projeto de tese defendido em 2006, que me impulsionaram na direção de construir os laços intelectuais que estavam faltando no trabalho e que,

desse modo, iluminaram de maneira muito objetiva o caminho para eu continuar e concluir a tese que ora apresento.

Por fim, faço um agradecimento muito especial à minha professora orientadora Rosinha Carrion, que tem acompanhado a minha trajetória acadêmica desde a graduação e que, à parte a sua vasta capacidade intelectual, seu conhecimento e sua postura profissional – que eu nem sequer precisaria mencionar porque a sua história profissional fala por si mesma – mostrou ao longo de todo esse meu processo de formação e crescimento um carinho e uma paciência maternas.

Não tenho dúvidas de que devo a ela uma parcela significativa deste trabalho, que eu nem sequer saberia estimar. Assim como também lhe sou devedor da minha própria formação acadêmica: à parte o meu esforço e dedicação pessoais, todo esse dispêndio de energia poderia resultar em nada sem a orientação segura, sem a mão firme para segurar em alguns momentos, sem a mão suave que em outros tantos me afagou e compreendeu, e sem a sábia distância que em muitos momentos me fizeram procurar os meus próprios caminhos.

É com essa bagagem que inicio agora uma carreira acadêmica, sendo tributário de todas essas pessoas e todas essas experiências. A todos e todas, o meu mais sincero MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Esta tese procura construir um conceito de Inovação em Economia Solidária. Tal necessidade surge a partir de uma pesquisa acadêmica apoiada pelo CNPq em que se evidenciou a necessidade de haver um conceito adequado para esse campo, uma vez que o conceito derivado da Teoria Econômica não conseguia captar as reais contribuições da Economia Solidária para a construção de uma visão de desenvolvimento e de formação social democrática, assim como as especificidades dos grupos e organizações solidárias. Para a consecução do objetivo, empreendeu-se, do ponto de vista conceitual, a desconstrução crítica dos conceitos de desenvolvimento e de inovação, conforme são tratados pela Teoria Econômica. O conceito apresentado não se propõe a ser conclusivo. Abre, todavia, possibilidades de novas pesquisas e de novos caminhos práticos para a concepção de políticas e programas sociais, ao problematizar noções fundamentais ao campo político.

RÉSUMÉ

Cette thèse propose un concept d'innovation en Économie Solidaire. Telle nécessité surgit à partir d'une recherche académique où s'est évincé le besoin d'avoir un concept juste pour ce domaine, une fois que le concept dérivé de la Théorie Économique ne parvenait pas à capter les réelles contributions de l'Économie Solidaire pour la construction d'une vision de développement et de formation sociale démocratique, ainsi que les spécificités des groupes et des organisations solidaires. Pour la consécution de l'objectif, s'est entrepris, du point de vue conceptuel, la déconstruction critique des concepts de développement et d'innovation. Le concept présenté ne se propose pas à être conclusif. Pourtant, il ouvre des possibilités de nouvelles recherches et de nouveaux chemins pratiques pour la conception de politiques et programmes sociaux, en problématisant les notions fondamentales dans le champ politique.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
RÉSUMÉ	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	11
Objetivos	16
Objetivo Geral.....	16
Objetivos específicos	16
Justificativa	16
Organização do trabalho	17
1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	19
1.1 Pressupostos epistemológicos da pesquisa	19
1.2 Procedimentos metodológicos de pesquisa	21
1.2.1 Estratégia de pesquisa.....	22
1.2.2 A rede: o conjunto de empreendimentos e organizações apoiadoras pesquisados.	23
1.2.3 Coleta, análise, interpretação e apresentação dos dados.....	29
1.2.4 A relação do pesquisador com a pesquisa: a questão da neutralidade científica	34
1.3 Contribuições teóricas da tese	36
2 A PRIMEIRA FASE DA PESQUISA	38
2.1 Método de pesquisa	39

2.2	Amostra pesquisada e dificuldades iniciais.....	43
2.3	Políticas públicas para o setor de metalurgia de Porto Alegre.....	49
2.4	Resultados da pesquisa	51
2.4.1	Hierarquia e relações de trabalho	53
2.4.2	Produção	54
2.4.3	O processo de produção	55
2.4.4	Comercialização	59
2.4.5	Resultado financeiro.....	61
2.5	Conclusões da primeira fase da pesquisa	62
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	66
3.1	Histórico da Economia Solidária no Brasil.....	68
3.1.1	Histórico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul	71
3.2	Pesquisas acadêmicas em Economia Solidária	78
3.3	Arranjos produtivos de Economia Solidária	81
3.3.1	Inovação sistêmica nos arranjos produtivos: aprendizagem e cooperação em redes	81
3.4	A governança nas redes de Economia Solidária	86
3.4.1	O termo governança.....	86
3.4.3	Governança e emancipação	92
3.5	Limites e desafios das redes de Economia Solidária	94
4	DESENVOLVIMENTO	98
4.1	O desenvolvimento para os organismos internacionais	98
4.2	As críticas ao desenvolvimento	104
4.3	Desenvolvimento como processo político	110
4.4	Desenvolvimento, capital social e território.....	117
5	INOVAÇÃO	129
5.1	A teoria econômica neoclássica e a inovação para Schumpeter	129
5.2	A teoria evolucionista e a inovação: evoluindo na incerteza.....	131
5.2.1	Histórico da teoria evolucionista	132
5.2.2	Inovação e competitividade.....	133
5.2.3	Inovação sistêmica: aprendizagem e cooperação em redes.....	134
5.3	Sistemas Locais de Inovação e Arranjos produtivos locais	139
5.4	Limites da visão econômica de inovação.....	143

5.5	Como foi entendida a inovação na primeira parte da pesquisa.....	150
5.5.1	Dimensão organizacional.....	152
5.5.2	Dimensão econômica.....	153
5.5.3	Dimensão institucional.....	155
6	INOVAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	157
6.1	A busca do <i>Santo Graal</i> : o que (não) se diz sobre inovação e economia solidária.	157
6.2	O que dizem os atores no campo.....	162
6.3	O conceito de Inovação em Economia Solidária proposto nesta tese.....	165
6.4	Inovação em economia solidária: o caminho contra-hegemônico?.....	169
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária vem sendo um tema de pesquisa e de teorizações no círculo acadêmico brasileiro desde meados da década de 1990, e também uma prática social que se intensifica e ganha visibilidade desde então. Ao nível *acadêmico*, o banco de teses e dissertações do Portal Capes¹ indicava em julho de 2007 um total de 289 trabalhos de mestrado e doutorado com a expressão Economia Solidária no campo *assunto*, além de ser possível se encontrar o mesmo tema em grande número artigos em periódicos e anais de congressos, em diferentes campos de conhecimento, como ciências sociais, economia e gestão.

No campo das *práticas*, se multiplicam os empreendimentos, as políticas públicas, as organizações apoiadoras, as redes, fóruns e outras instâncias de discussão, apoio e fomento às iniciativas solidárias. O Atlas da Economia Solidária, publicado em 2006 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, aponta para a existência de 14.954 empreendimentos em 2.274 municípios brasileiros, envolvendo diretamente 1.250 mil pessoas. No campo das entidades envolvidas, são apontados como instâncias de mobilização os fóruns municipais, estaduais e nacional de Economia Solidária; os governos municipais, estaduais e nacional como gestores de políticas públicas; cinco diferentes ligas que congregam trabalhadores; e diferentes

¹ Sítio de internet da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão vinculado ao Ministério da Educação brasileiro e responsável pela regulamentação e fiscalização da pós-graduação no Brasil. O referido portal registra todos os trabalhos em nível de pós-graduação *strictu sensu*.

organizações de fomento e apoio: movimento sindical, universidades e incubadoras, organizações ligadas à Igreja e ONGs (ATLAS, 2006). Mesmo com as prováveis imprecisões das estatísticas oficiais em um país de dimensões continentais, os números apontam para uma vasta gama de práticas e para um movimento social que não pode ser ignorado.

A configuração multiforme da Economia Solidária dificulta, entretanto, sua conceituação. Vieira (2005) aponta que a Economia Solidária pode ser entendida como uma *teoria*, como um *movimento social* ou como uma *experiência concreta*, o que possibilita pensá-la, simultaneamente, como uma *crítica ao capitalismo*, uma *teoria da transição* e uma *utopia*.

Lechat (2004) argumenta, que, quando comparada ao modo de produção capitalista, a Economia Solidária comporia em campo relativamente homogêneo, distinguindo-se daquele primeiro. Ou seja, dentro de uma multiplicidade de nuances e diversidades, o discurso (vindo principalmente do campo acadêmico) e as práticas (presentes nas ações de governos e entidades de apoio) da Economia Solidária apontam como caminho para a construção de uma sociedade pautada por relações sociais, econômicas e culturais que superariam e/ou substituiriam o modelo econômico dominante.

A discussão sobre a capacidade e a proposta da Economia Solidária de ser uma alternativa ao capitalismo é importante e será retomada mais adiante. Por ora, interessa entender que, posta a questão na perspectiva de unicidade, despolitiza-se o próprio conceito de Economia Solidária.

Neste trabalho o olhar está lançado sobre a Economia Solidária como uma rede, entendida como o *conjunto de empreendimentos e de organizações apoiadoras implicadas nas relações de discussão, apoio e fomento da Economia Solidária, assim como as próprias relações que ali se estabelecem*. Tal definição engloba uma diversidade de atores sociais e de práticas, deslocando a ênfase de pesquisa para as relações que se estabelecem entre esses atores, em suas múltiplas interações.

Como *atores*, podem-se exemplificar: (i) os próprios empreendimentos de Economia Solidária; (ii) o poder público, nas suas diferentes escalas e formas de organização, como os governos diretos, órgãos e empresas estatais; (iii) as

organizações do terceiro setor que se envolvem no apoio aos empreendimentos, como Igrejas, Sindicatos, Partidos Políticos, Universidades e Organizações Sociais. (iv) as organizações e agentes privados direta ou indiretamente implicados nas cadeias de relacionamento.

Em termos de *práticas*, são muitas as que podem ser identificadas como relações de uma rede de Economia Solidária: (i) as próprias atividades produtivas e de prestação de serviço dos empreendimentos; (ii) as relações de troca e fornecimento com outras organizações, em nível comercial e financeiro; (iii) as atividades de qualificação e assessoramento aos empreendimentos; (iv) o planejamento e implementação de políticas públicas; (v) as reuniões e discussões em fóruns, federações, encontros e outras instâncias semelhantes; (vi) as atividades de pesquisa e extensão das universidades.

A assunção de que o encontro de tantos atores diferentes, se encontrando em tantas formas distintas de relação, compusesse um campo homogêneo, significaria assumir que existe uma racionalidade comum, e que a *comunhão de sentido*, representada pelo projeto coletivo de superação do modelo econômico hegemônico, se sobreponha a todos os conflitos internos da rede.

Pauli (2006), entretanto, traz para o debate a questão do poder *no interior* das redes de Economia Solidária. Ao desvelar as relações internas à rede, aponta para a assimetria nos relacionamentos nela presentes, problematizando um dos pilares fundadores da proposta de que a Economia Solidária, a saber: a superação das desigualdades intrínsecas ao modo de produção capitalista.

No presente trabalho, partilha-se a tese que é preciso problematizar as relações estabelecidas nas redes de Economia Solidária, pois a diversidade de atores, formas de relações e das práticas presentes não permite referir uma realidade única, um corpo homogêneo – salvo na intencionalidade de contrapor-se ao modelo capitalista de organização econômica.

Parte-se, também, do pressuposto de que as relações sociais entre as organizações que coexistem nas redes de Economia Solidária influenciam o processo de organização da própria rede e a sua capacidade de inovar e de se fortalecer.

Por conta disso, a Economia Solidária apresenta-se, do ponto de vista científico, como um fenômeno que pode ser estudado a partir da sua capacidade de oferecer, ou não, uma alternativa contra-hegemônica de organização social, política, econômica e cultural, em relação ao padrão dominante da modernidade ocidental capitalista.

Para tanto, é preciso investigar no que consistem e como acontecem as inovações em Economia Solidária, tomando-se por ponto de partida a idéia central do seu discurso, qual seja, que ela *corresponderia a novos formatos e dinâmicas de organização social, política, econômica e cultural*, assentada sobre uma ideologia oposta àquela que daria base à organização atual. Ou dito de outra forma, para a consecução do seu projeto político de sociedade, a Economia Solidária precisa ser capaz de operar mudanças em relação ao padrão dominante, de onde se justifica a escolha da categoria Inovação como categoria central da tese.

Participou-se, entre 2004 e 2006, de uma extensa pesquisa de campo que teve entre seus objetivos, o de investigar as inovações em curso em empreendimentos solidários brasileiros, cujas conclusões apontaram para a absoluta impossibilidade de analisá-las à luz dos conceitos econômicos de inovação e desenvolvimento (RELATÓRIO, 2006).

Decorrem dessa caminhada inicial, as seguintes questões, que esta tese procurará responder: *o que é, de fato, uma inovação em Economia Solidária? Como ela se manifesta? Como ela é percebida pelos atores envolvidos? O que ela traz de novo para as pessoas, empreendimentos e demais atores de uma rede de Economia Solidária? Qual a sua real capacidade de desenvolver o projeto político de sociedade que defende?*

Para tal finalidade, será preciso, inicialmente, fazer a desconstrução crítica da Teoria Econômica da Inovação (TEI), especialmente a abordagem dos arranjos e sistemas locais de inovação, e o do próprio conceito de inovação que a sustenta. Entende-se que a rede de Economia Solidária investigada como objeto empírico para a realização desta tese pode ser vista como um arranjo ou sistema produtivo em que os diferentes atores envolvidos interagem e se fortalecem a partir dos processos de inovação. Mas não a inovação prevista na TEI, e sim uma inovação que poderia ser chamada de *solidária*, para expressar toda a carga ideológica por

trás da Economia Solidária – processo esse que se procura explicitar no capítulo dedicado à revisão desse tema.

A idéia de Sistemas Locais de Inovação (SLI) é tomada na teoria econômica como uma nova forma de organização da produção das regiões em vista dos processos de globalização, e como uma ferramenta de aumento da competitividade das regiões em tal cenário. Nesta tese, a idéia de apropriação do conceito de SLI não tem por finalidade o aumento da capacidade competitiva dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), mas se justifica por representar um fortalecimento dessa forma de organização econômica. Este é outro conceito que será desconstruído criticamente, para permitir encontrar uma resposta para a questão posta.

Para esse processo de desconstrução crítica é preciso, ainda, ter presente que a Inovação, como conceito econômico, está na base da idéia de progresso e de crescimento econômico. Na verdade, para o mais clássico e funcionalista dos economistas do século XX, a inovação é a ação típica do empreendedor capitalista, a base da destruição criadora, o motor do desenvolvimento (SCHUMPETER, 1939). Desse modo, para que se possa entender a gênese da idéia de inovação, será necessário refazer o caminho histórico da concepção de desenvolvimento, uma idéia iluminista e positivista que legitima a ideologia capitalista de crescimento e expansão permanentes. A sua desconstrução crítica, como uma idéia muito mais política do que econômica, ajudará a construção de um conceito de inovação solidária.

A proposta epistemológica e metodológica desta tese, explicada no capítulo consagrado aos procedimentos de pesquisa, procura captar as diferentes racionalidades e explicar os diferentes significados atribuídos à Economia Solidária, por cada um os atores presentes nesse campo, inclusive – e especialmente - pelos sujeitos que trabalham nos EES. Desse modo, será possível responder à questão de pesquisa levando-se em conta outras visões que não somente a acadêmica. Ou seja, dando-se voz ao campo.

Objetivos

Objetivo Geral

Construir um conceito de Inovação em Economia Solidária a partir da desconstrução crítica do conceito econômico de inovação.

Objetivos específicos

- Apresentar um conceito de Economia Solidária;
- Descrever os conceitos de desenvolvimento e inovação segundo a ótica economicista;
- Desconstruir criticamente tais conceitos a partir do desnudamento dos seus pressupostos político-ideológicos;
- Identificar no campo da Economia Solidária práticas Inovadoras. Isto é, práticas sociais e econômicas distintas das existentes sob o capitalismo.

Justificativa

Uma reflexão como a que está sendo proposta nesta tese pode contribuir para a construção de experiências de transição em direção a um modelo de organização social que a Economia Solidária, como utopia, deseja construir. Pensando-se a Economia Solidária como uma *experiência concreta*, esta tese pode contribuir para as reflexões sobre que inovações podem e devem ser construídas para que o projeto político por ela professado se realize nas suas manifestações concretas.

A tese também problematiza uma questão importante para a reflexão dos atores sociais da Economia Solidária e lança luz sobre os processos de inovação, que poderiam potencializar o desenvolvimento de suas experiências.

Não se busca identificar inovações na rede como uma forma de atuação prescritiva, que tenha a intenção de eliminar ou suprimir os conflitos – os quais se entende serem inerentes ao encontro de racionalidades tão diferentes. O que se busca com esta tese é que, reconhecendo a rica diversidade de atores envolvidos,

se possa usá-la de forma produtiva, e não de forma coercitiva e inibidora da criatividade humana e do potencial de inovação das pessoas para a construção de uma utopia.

Tomar uma rede pelo seu conjunto representaria a tentativa de identificar o que há de novo na rede como um todo, e perder a riqueza das inovações presentes nas dinâmicas e nas relações internas, que mobilizam os atores implicados, as suas lógicas de atuação e as construções coletivas decorrentes.

Em nível acadêmico, entende-se que a pesquisa e a discussão propostas podem levar a um entendimento maior dos mecanismos de *poder local*, no sentido que este termo tem para Fischer (2002), e cuja elucidação é tão cara para o estudo da gestão social. A categoria *inovação* é central para tal tipo de estudo, pois permite que se venha a pensar os processo de gestão local a partir de uma ótica solidária, assentada em valores diferentes dos atualmente dominantes.

Organização do trabalho

A presente tese foi organizada em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro apresenta os procedimentos de pesquisa utilizados como forma de esclarecer qual a proposta de construção de conhecimento que será empreendida. Ele é apresentado antes do embasamento teórico para evidenciar a proposta metodológica e epistemológica da tese.

O segundo capítulo resume os principais achados da pesquisa anteriormente referida (RELATÓRIO, 2006). Em termos de universo empírico, tal pesquisa se constitui como uma *fase* da pesquisa que deu base à tese, e que foi complementada por mais vozes do campo e reflexões teóricas, em uma segunda etapa.

O três capítulos seguintes são consagrados à revisão bibliográfica de três categorias teóricas: Economia Solidária, Desenvolvimento e Inovação. A primeira delas sintetiza o debate teórico de estudiosos do tema Economia Solidária. Essa apresentação é feita através do histórico recente da Economia Solidária no Brasil, contado a partir das pesquisas acadêmicas, e é dada ênfase para o argumentado potencial de desenvolvimento de inovações nos empreendimentos e nas redes que se formam em torno deles.

No capítulo dedicado ao Desenvolvimento, realiza-se a desconstrução crítica desse conceito, dentro do qual a inovação é peça central. Essa desconstrução começa com a o histórico e evolução dos seus conceitos, os adjetivos que foi ganhando na virada do século XX para o XXI e, principalmente, pela explicitação dos seus pressupostos ideológicos. Visto como uma proposta mais política do que econômica, o desenvolvimento torna-se permeável a diferentes projetos políticos de sociedade, abrindo-se espaço para se pensar em um *desenvolvimento solidário*.

Já o capítulo que trata da Inovação, faz inicialmente um resgate desse conceito na teoria econômica, em especial na vertente chamada *evolucionista*. Feita essa introdução básica, são abordadas as propostas dos sistemas locais de inovação (SLI) e dos arranjos produtivos locais (APL), que são abordagens sistêmicas da inovação, as quais servirão de base para que se opere, assim como feito com o conceito de desenvolvimento, uma desconstrução crítica que permita a construção de um conceito de *inovação solidária*.

O sexto capítulo apresenta os resultados de alguns avanços conceituais, assim como de algumas percepções dos atores do campo a respeito do que seria inovar em Economia Solidária. Com base no cruzamento de dados de campo com os conceitos *desconstruídos-reconstruídos* de Desenvolvimento e Inovação, apresenta-se e justifica-se a idéia de Inovação em Economia Solidária que dá sustentação à presente tese.

Por fim, é apresentado o capítulo de Considerações Finais, em que se apontam as perspectivas e limitações da pesquisa, o alcance do conceito construído, e sua aplicabilidade enquanto referência política de ação e gestão no campo da Economia Solidária.

1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Optou-se por apresentar este capítulo antes da elaboração teórica do projeto, para se proporcionar ao leitor uma visão panorâmica da proposta teórico-empírica. Com a leitura prévia deste capítulo, também ficam mais evidente as ligações teóricas entre as categorias analíticas abordadas nos capítulos seguintes.

O presente capítulo está subdividido em três partes. A primeira aponta a concepção epistemológica da tese, a segunda apresenta de forma objetiva os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa, enquanto a terceira parte procura enunciar quais as prováveis contribuições teóricas desta tese.

1.1 Pressupostos epistemológicos da pesquisa

Pretende-se construir a presente tese fora do paradigma positivista. Uma concepção positivista de pesquisa é aquela em que se articulariam teoricamente as categorias Economia Solidária, Desenvolvimento e Inovação de forma a criar e verificar a validade de uma hipótese causal, baseada na lógica formal, entre tais categorias, através da formulação de um quadro de variáveis empiricamente mensuráveis. Todo construto conceitual, no referido paradigma, deve ter uma coerência interna em que se baseie a validade das respostas que são oferecidas, que também devem ser suficientemente aplicáveis ou generalizáveis para fenômenos semelhantes.

Uma tese construída sobre esses pilares precisaria criar conhecimento, criar teoria. É oportuno reproduzir um breve trecho que busca definir o que é uma *teoria*

forte, e que poderíamos caracterizar como emblemático do que Santos (2003) chamou de “modelo global de racionalidade científica” e que ainda corresponde ao paradigma científico dominante:

A teoria diz respeito às conexões entre fenômenos, uma história sobre porque atos, eventos, estruturas e pensamentos ocorrem. A teoria enfatiza a natureza das relações causais, identificando o que vem primeiro e o ritmo desses eventos. Uma teoria forte [...] mergulha nos processos subjacentes a fim de compreender as razões sistemáticas de uma ocorrência ou não ocorrência particular. Investiga profundamente os micro processos, lateralmente os conceitos adjacentes, ou, em uma direção ascendente, vincula-se aos fenômenos sociais mais amplos. Está normalmente amarrada a um conjunto de argumentos convincentes e logicamente interconectados. Pode ter implicações que não temos visto a olho nu – ou com nossos olhos desassistidos teoricamente. Pode ter implicações que vão contra o nosso senso comum. Como coloca sucintamente Weick (1995), uma boa teoria explica, prevê e dá prazer (SUTTON e STAW, 2003).

Santos (2003) afirma que muito do referencial mecânico e matemático, herdado das ciências naturais desenvolvidas a partir do iluminismo, marcaram a emergência das ciências sociais, que assumiram esses pressupostos científicos como a única forma possível de se fazer ciência. Ainda que tal paradigma esteja vivenciando uma *crise epistemológica* (SANTOS, 2002), ele ainda é dominante. A citação acima materializa de forma clara e contundente o que é fazer ciência sob esse paradigma.

A presente tese não pretende enquadrar-se nessa lógica. O motivo dessa postura é a consciência da reflexividade do discurso científico que, ao mesmo tempo em que é proferido, constrói a realidade social (GUBRIUM e HOLTEIN, 2000) e reforça a posição simbólica e relacional do cientista, *distinguindo-o*, no sentido atribuído por Bordieu (1996b, 1998a) dos demais atores sociais que ocupam o mesmo campo. Tal distinção confere ao cientista a autoridade que passa a ser, dentro da postura positivista, o critério de validade do conhecimento produzido (TRIVIÑOS, 1987). Este ponto tangencia a reflexão sobre a neutralidade científica advogada pelo positivismo, que será retomada logo adiante.

Com essa postura, pretende-se trabalhar pela aproximação e não pelo afastamento entre ciência e *senso comum*, ou entre ciência e conhecimento *vulgar*. Alves (1996) lembra oportunamente que a designação de *senso comum* é feita pelos próprios cientistas, e não pelas pessoas de “senso comum”, o que aponta para uma definição - por exclusão - do que é conhecimento científico, etnocentricamente

determinada. Santos (2003, p.20) entende que, em um paradigma científico *antipositivista*, “a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer”. Ou seja, afastando-se do paradigma positivista, o pesquisador afasta-se de uma posição *diferenciada* em relação aos sujeitos e objetos de pesquisa, e aproxima-se do real concreto.

Um segundo motivo para não trabalhar dentro do paradigma positivista é ético e valorativo, e se funda na vontade do pesquisador em contribuir para a ação, fazendo com que o conhecimento produzido tenha o que Schwandt (1998) chamou de *capacidade funcional do conhecimento*, uma capacidade de atingir objetivos dentro da sociedade, critério sobre o qual se fundaria a validade do conhecimento científico. É uma proposição análoga ao que Santos e Avritzer (2000) chamam de uma ciência social *engajada*, comprometida com o questionamento e com as mudanças sociais.

Em outras palavras, a ciência é para nós um exercício de cidadania e de solidariedade e a sua qualidade é aferida em última instância pela qualidade da cidadania e da solidariedade que promove ou torna possível (SANTOS, 2002, p.22).

Tal postura epistemológica pressupõe a assunção de que não só a escolha do objeto de pesquisa é intencional e valorativa, como também o é a produção científica. Ou seja, o que se produz de conhecimento, para quê ou para quem e com que implicações, não é desprovido de intenção e não deixa de influenciar o fenômeno observado.

1.2 Procedimentos metodológicos de pesquisa

O objeto de pesquisa é uma rede de Economia Solidária, espaço este onde o autor já se encontra envolvido há quatro anos. Esta não é apenas uma escolha de conveniência, mesmo porque depois de duas pesquisas, uma atividade de extensão e alguns trabalhos como facilitador/instrutor, a familiaridade do pesquisador poderia nublar a percepção do *diferente* e perturbar o necessário *estranhamento* da pesquisa sócio-cultural. A escolha decorre da necessidade já apontada de responder a questões não respondidas por pesquisa anterior. Um saber assim construído tem - ou pode ter - implicações positivas na direção da aproximação da ciência com a prática social em moldes não autoritários, mas dialógico.

1.2.1 Estratégia de pesquisa

A unidade de análise adotada neste trabalho extrapola os empreendimentos solidários e as pessoas, para abrigar também as *relações* entre os atores da rede. Aos empreendimentos e pessoas, somam-se organizações não governamentais, movimentos sociais, o Estado em suas diferentes escalas e representações, igrejas e, em alguns casos, empresas privadas, além da própria universidade.

A Economia Solidária não poderia ter sua complexidade reduzida a pequenas partes que fossem analisadas separadamente, por isso a proposta de que ela não se resume ao empreendimento, mas na verdade diz respeito ao conjunto de atores que se envolvem nesse movimento. Assim, só se torna possível uma leitura da Economia Solidária como fenômeno social, se estiver envolvida a leitura que todas as organizações e movimentos façam dela.

As visões que os empreendimentos, as ONGs, o Estado ou a Universidade podem ter da Economia Solidária só fazem sentido à luz da intersubjetividade que compartilham, dentro do campo que ao mesmo tempo influencia e é influenciado pelas diferentes visões, e esse campo será investigado para ser entendido.

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica (Bourdieu, 1996, p.15).

A pesquisa foi realizada junto à rede de Empreendimentos de Economia Solidária e organizações apoiadoras que compuseram a amostra da pesquisa original, descrita no próximo capítulo. Trata-se de quatro cooperativas de trabalho criadas a partir da falência ou dissolução de empresas tradicionais no ramo da indústria metalúrgica na região metropolitana de Porto Alegre, às quais se somam duas entidades sindicais, um órgão paraestatal e a própria universidade como entidades apoiadoras. A caracterização completa da rede e dos atores é feita na próxima subseção.

Aceitando-se o conceito de rede que foi proposto, um *conjunto de empreendimentos e de organizações apoiadoras implicadas nas relações de discussão, apoio e fomento da Economia Solidária*, o conjunto de organizações e empreendimentos pesquisados apresenta-se como um objeto adequado para os objetivos desta tese.

Procurou-se trabalhar com o conceito simplificado de redes, a partir da constatação de que as relações entre os atores é, de fato, mecânica e fragmentada, ao contrário de suposições teóricas que sugerem um caráter sistêmico e integrado (MANCE, 2001). Como a pesquisa anterior revelou que as relações são pontuais, tem mais valor heurístico se avaliar as relações um-a-um entre os atores, para que se chegue ao objetivo proposto para esta tese.

Entretanto é preciso ressaltar que tal conjunto de atores se constitui em um *campo* em que a multiplicidade e complexidade das relações em rede se materializam e permitem a observação e interpretação da Economia Solidária como fenômeno de poder, constituindo-se assim num fértil espaço para capturar essa “lógica profunda” de que fala Bourdieu.

De certa forma, esta estratégia de pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso exploratório, na medida em que “um caso é uma oportunidade para estudar o fenômeno” (ROESCH, 1999, p.201) e que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos” (GIL, 1999, p.72). É relevante sublinhar que, mesmo se tratando de um caso de uma única rede, estão envolvidos vários atores. O Estudo de caso sofre algumas reservas, como (i) a possível falta de rigor científico, (ii) a pouca capacidade de generalização e (iii) o longo tempo demandado para estudo (YIN, 2001, p.28-9), entretanto se entende que, ainda assim, é uma estratégia adequada para a questão de pesquisa deste trabalho, exatamente porque essas ressalvas estão inscritas dentro do paradigma positivista de pesquisa, do qual este trabalho procura se afastar.

Ou seja, respeitando-se os pressupostos epistemológicos e metodológicos descritos neste capítulo, é possível que do estudo de caso possa emergir uma teoria construtivista sobre Inovações em Economia Solidária, na qual se privilegie, nos respectivos mecanismos, a participação dos sujeitos da pesquisa e as suas práticas.

1.2.2 A rede: o conjunto de empreendimentos e organizações apoiadoras pesquisados.

A seguir são apresentados os empreendimentos e organizações apoiadoras que compuseram a amostra da pesquisa inicial, e que serão, na pesquisa a ser feita

para a tese, inquiridos para se conhecer mais a fundo sua trajetória histórica, a sua visão sobre a Economia Solidária e sobre as relações que mantêm com os demais atores da rede.

A pesquisa foi feita na região metropolitana de Porto Alegre, onde se situam os quatro empreendimentos do ramo da metalurgia, que foram originalmente pesquisados, e onde estão sediadas as organizações apoiadoras ou onde elas mantêm representação.

As quatro cooperativas de metalurgia surgiram como resultado de falências de empresas privadas que foram assumidas pelos seus trabalhadores. Apresenta-se a seguir uma breve caracterização desses empreendimentos, a partir de dados da pesquisa exploratória já mencionada.

Todas as cooperativas da amostra iniciaram sem nenhuma disponibilidade de dinheiro, assumindo, via de regra, as máquinas, bens e prédios das empresas falidas que lhes deram origem. Mas as trajetórias não são uniformes e é preciso detalhar como elas foram se estruturando para trabalhar.

A mais antiga das quatro cooperativas pesquisadas foi inicialmente abrigada na própria sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e prestava serviços de pequenos consertos em eletro-eletrônicos. Mais adiante junta-se um novo membro que vem demitido de uma metalúrgica e subcontratado para fazer parte do processo produtivo dessa empresa, inclusive trazendo consigo equipamentos e máquinas para fazer esse trabalho. Nesse momento, o grupo passa a ser abrigado em uma Incubadora de Economia Solidária mantida pela prefeitura de Porto Alegre² e no momento de conclusão das entrevistas está se mudando para dentro do prédio de outra cooperativa pesquisada. Essa trajetória evidencia a dificuldade de se financiar. Como produz metais sanitários, parte do processo produtivo (banhos e acabamentos) são terceirizados porque a cooperativa não possui as máquinas e não tem como comprá-las. Também pelo seu histórico de dificuldades, a empresa sempre enfrentou restrições cadastrais e nunca teve acesso a crédito. No momento

² A Incubadora de Economia Solidária da prefeitura de Porto Alegre foi uma conquista demandada pela comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida a partir do Orçamento Participativo. Funciona desde 1999 na Rua Affonso Paulo Feijó, número 220, bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre.

de conclusão da pesquisa ela não possui dívidas, mas também não possui nenhum capital.

A segunda cooperativa aluga a massa falida da empresa de origem e já precisou fazer uma operação de crédito para ter capital de giro para iniciar a operar. Também desconta cheques pré-datados que recebe em pagamento (no sistema bancário formal) para ter liquidez. Em função da necessidade de pagar antecipadamente as encomendas e receber depois da venda, a cooperativa tem um ciclo de caixa que varia entre 45 e 120 dias, reduzindo a quase nada a liquidez e a forçando a ter mais custos financeiros para se manter trabalhando. A cooperativa ainda usa a mesma planilha de custos da antiga empresa falida para definir preços de venda, embora um consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) estivesse trabalhando na sua reformulação para atender às peculiaridades da estrutura de custos da cooperativa. Antes de poderem assumir a massa falida, os futuros cooperados tiveram ajuda do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre, que forneciam cesta básica e vale transporte durante seis meses até que começassem a trabalhar.

A terceira cooperativa era a maior de todas e chegou a ter mais de 400 empregados trabalhando antes da falência. Foi um marco dentro do Programa de Economia Solidária do então governo do Estado do RS e, a partir de uma análise de viabilidade construída por técnicos da UFRGS, recebeu R\$ 300.000,00 em crédito para reativar a operação via cooperativa, também usando o prédio e as máquinas da antiga empresa falida. O ritmo da produção (a cooperativa chegou a trabalhar com 170 sócios), entretanto, não foi acompanhado pelo ritmo das vendas de um produto sazonal, e a cooperativa voltou a se descapitalizar, tendo que recorrer também a operações de desconto de duplicatas no sistema bancário formal e em *factorings*. No momento de conclusão da pesquisa a empresa estava tentando uma outra operação de crédito junto ao BNDES para capital de giro e para compra da massa falida, o que, segundo os seus dirigentes, viria a alavancar a produção e as vendas, permitindo à cooperativa retomar um bom ritmo de trabalho.

A quarta cooperativa era a mais recente de todas, e os cooperados também estão alugando o prédio e máquinas diretamente do proprietário, pois não chegou a ser decretada falência. O coordenador e outros ex-empregados que possuíam alguma disponibilidade financeira emprestaram dinheiro para a cooperativa, a uma

taxa de juros de 4% ao mês, além de haver dois computadores particulares que também estão emprestados sem custo para a cooperativa. A cooperativa ainda assumiu cerca de R\$ 18.000,00 em dívidas de curto prazo da empresa (luz e telefone) e, por manter um ritmo forte de produção, tem condições de atender às dívidas de curto prazo que se formam.

De um modo geral, é possível perceber que a condição financeira das cooperativas era bastante precária: todas se formaram a partir de situações-limite de falência onde a continuidade das antigas atividades parece ser encarada como uma alternativa de curto prazo para se manter uma fonte de renda. Todas elas estavam inseridas em cadeias produtivas e comerciais capitalistas, sujeitas a negociações e pressões de clientes e fornecedores, e as soluções financeiras também ficam restritas a operações tradicionais de crédito, formais ou informais.

A junção física das atividades de duas das cooperativas, que enfrentavam as maiores dificuldades, é uma inovação importante de pensar a parceria e a sinergia como formas de cooperação para a otimização da gestão financeira de ambas. Trata-se de uma Iniciativa da ADS/CUT dentro do Projeto Complexos Cooperativos que ela desenvolve junto com o SEBRAE, e representa um avanço significativo para buscar soluções criativas para as Empresas Solidárias.

Os produtos produzidos pelas empresas metalúrgicas da amostra são mostradas na Tabela 1:

Tabela 1: Dados de produção dos empreendimentos da amostra

Empresas	Matéria Prima	Produto Principal	Produtos de menor expressão
1	Aço	Metais Sanitários	-
2	Chapas de Aço, Cobre, Latão, solda	Radiadores automotivos, navais, para ar condicionado e para geradores de energia.	Manutenção e consertos de radiadores para terceiros
3	Chapa laminada, aço, tintas, esmalte, sucata de ferro	Fogões a lenha e a gás (dependendo de aprovação de projeto para ser comercializado) e aquecedores. A produção de aquecedores havia sido interrompida durante a pesquisa pois necessitava de muito capital para a produção.	Peças fundidas para outras metalúrgicas (30%)

4	Aço, madeira, ferro e vidro	Balcões e estandes refrigerados, mesas de buffet	-
---	-----------------------------	--	---

Fonte: NIPETS

As organizações apoiadoras são descritas a seguir.

ADS – A Agência de Desenvolvimento Solidário é uma agência de fomento criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), juntamente com a UNITRABALHO, o DIEESE, a FASE e outras organizações da sociedade civil. Ela tem por objetivo fomentar a Economia Solidária, estimulando a solidariedade e a autogestão como valores. A ADS-CUT identifica as empresas solidárias como a forma organizacional capaz de gerar trabalho e renda para os trabalhadores que buscam formas alternativas de inserção social e assume como missão promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário de modo a contribuírem para a construção de uma sociedade democrática, organizada de forma solidária e participativa, voltada para satisfazer as condições de vida, considerando seus aspectos sociais, ambientais, políticos, sindicais, culturais e econômicos.

Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (STIMMEPA) - é uma organização sindical com base territorial em Porto Alegre e que tem apoiado algumas iniciativas de Economia Solidária há cerca de dez anos. Mantém uma Escola Técnica em Porto Alegre (Escola Mesquita) para a qualificação da categoria e também aberta à comunidade externa, e que desenvolve alguns projetos pedagógicos para elevação de escolaridade e qualificação técnica a populações vulneráveis, em convênio com prefeituras municipais e órgãos estaduais e federais. A Escola mantém ainda uma Incubadora para grupos surgidos a partir dessas atividades de qualificação profissional, inclusive apoiados por um fundo de crédito solidário constituído com contribuições voluntárias dos empregados sindicalizados. Atualmente, o sindicato também está trabalhando na organização de uma cooperativa de crédito para a categoria, que também poderá ser extensivo ao financiamento de outras iniciativas de Economia Solidária.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, é um órgão paraestatal financiado com recursos do chamado sistema “S”, que recebe contribuições na forma de encargo sobre as folhas de pagamento de empresas públicas e privadas. Seus conselhos nacional e estaduais têm assentos para organizações patronais de diferentes campos da economia, além de Universidades e poder público (em 2006 tramita projeto de lei no congresso incluindo organizações sindicais de trabalhadores nos conselhos órgãos de todo o sistema “S”). Com uma política de fomento aos micro e pequenos empreendimentos, com base na capacitação gerencial e apoio técnico aos micro e pequenos empresários, o SEBRAE disponibilizou, através do convênio Complexos Cooperativos, os seus consultores para apoio à gestão das empresas solidárias.

UFRGS – A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Escola de Engenharia Metalúrgica prestava apoio dentro do Programa Estadual de Economia Solidária, no qual as universidades do Estado foram contratadas para análises de viabilidade financeira e para apoio técnico aos empreendimentos de Economia, dentro dos eixos acima mencionados. Foi alocado um técnico científico que apoiava especialmente um dos empreendimentos. O apoio era de caráter técnico, quanto à organização do *layout* da produção, otimização energética da planta e suporte na elaboração de projetos de expansão.

ICC PORTOSOL – Instituição comunitária de crédito com gestão e aporte financeiro de diferentes atores: prefeitura municipal de Porto Alegre, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado do RS, BNDES, Federasul, Associação de Jovens Empresários e mais algumas organizações sociais internacionais. A instituição teve seu estatuto aprovado em 25/06/1998 depois de mais de dois anos de negociações e discussões entre todas as organizações parceiras. Com o aporte financeiro inicial era começou suas operações de microcrédito na região metropolitana de Porto Alegre, inovando nos campos da análise de crédito, garantias, público-alvo e acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelos micro empreendedores que são apoiados.

BANRISUL – Banco Estadual controlado pelo governo do Estado do RS que atua em todos os segmentos comerciais de varejo e que, sob a influência de políticas públicas de apoio à Economia Solidária na gestão 1999-2002, cria em 2001 linhas de crédito para apoio aos empreendimentos solidários. O crédito na

verdade fazia parte de uma política de apoio mais ampla, que incluía apoio à comercialização, à gestão, incubação de empreendimentos e outras iniciativas. A análise de viabilidade dos projetos das empresas solidárias era feita por técnicos de Universidades gaúchas conveniadas. Uma das quatro cooperativas de metalurgia tomou dinheiro emprestado dentro dessa linha.

FUNDO DE MINI-PROJETOS – Fundo administrado pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs) para apoio a micro e pequenos empreendimentos solidários na sua fase de organização e arranque. Os recursos são oriundos de organizações internacionais de apoio a populações excluídas e são direcionados, prioritariamente à agroecologia, à economia solidária e a políticas públicas do campo da habitação, saúde, acesso e educação. O valor máximo dos recursos a serem emprestados é de R\$ 5.000,00. Não há reembolso, mas os organizadores apelam ao que se chama transferência solidária, ou seja, que os ganhos econômicos e técnicos decorrentes da implantação de um projeto sejam, na medida do possível, transferidos para outras iniciativas. Na região sul do Brasil, o CAMP coordena os trabalhos do FMP.

1.2.3 Coleta, análise, interpretação e apresentação dos dados

A coleta de dados nesse tipo de pesquisa recorre a um dos fundamentos do construcionismo, a etnografia³, enquanto a sua análise recorre à interpretação, que pode ser fenomenológica ou hermenêutica, segundo Schwandt (1998). O mesmo autor lembra a obra de antropologia interpretativista de Clifford Geertz para dizer que o pesquisador entrega no seu relato uma interpretação de *segunda ou terceira mão*, indicando que a sua interpretação dos fenômenos, muitas vezes, se baseia no relato de outras pessoas que, por seu turno e em última instância, também estão relatando a *sua* interpretação.

A observação do pesquisador nas discussões de apoio e fomento à Economia Solidária, em fóruns, reuniões e encontros, constituiu fonte importante para coletar informações e construir interpretações sobre a postura dos atores da rede nas

³ Possivelmente o trabalho do pesquisador em campo não se caracteriza como uma etnografia no seu sentido estrito, mas possui *traços etnográficos* pelo tipo de envolvimento com o campo. Ou ainda, se assemelha ao que a professora Neusa Cavedon, do PPGA/UFRGS, chama de *suspiro etnográfico*, ou seja, uma breve iniciação na pesquisa etnográfica. Ver CAVEDON (2003).

relações com os demais. Outra fonte de coleta de dados foram as entrevistas com representantes de todas as categorias de atores sociais envolvidos nas redes e fóruns, como os próprios trabalhadores, os agentes do poder público, ONGs, sindicatos, Igrejas, partidos políticos e outras organizações públicas e privadas que se envolvem no apoio à Economia Solidária.

A comparação dos discursos, a triangulação com dados secundários, o relato das observações e o cruzamento de todos esses elementos da pesquisa com o referencial teórico *desconstruído-reconstruído*, se constituem na base material sobre a qual a análise e as conclusões a respeito da questão de pesquisa foram erigidas.

1.2.3.1 O aspecto qualitativo da pesquisa

Aceitas as particularidades metodológicas da ciência social em relação às ciências naturais, é preciso que se discuta a abordagem adequada para a apreensão da realidade do campo social. Enquanto as ferramentas quantitativas são extremamente úteis para levantamentos de cunho estatístico, elas se mostram inadequadas para o conhecimento da realidade do campo social na forma como ele está sendo visto neste trabalho.

Técnicas que visem à operacionalização de variáveis também deixam de fazer sentido no campo social, dado que as relações cruzadas e multidirecionais entre os agentes não são manipuláveis a ponto de testar hipóteses *apriorísticas* sobre os comportamentos.

É a reflexão operada pelo pesquisador que revela o fenômeno social. É bem verdade que técnicas matemáticas e estatísticas podem mostrar retratos fidedignos de inúmeras variáveis quantificáveis da realidade social, estabelecer correspondências entre esses dados e apontar fragilidades e distorções da organização social, mas essas constatações sem ação e sem entendimento ficam desprovidas de sentido. E a principal análise qualitativa que pode e deve ser agregada pelo pesquisador é a de identificar significados políticos – no sentido relacional - para essas distinções. Técnicas sofisticadas, como análise fatorial ou de *clusters*, podem até achar similaridades e distinções entre agrupamentos sociais diferentes, talvez até mesmo determiná-los, mas esse passo não esgota o entendimento do fenômeno. É preciso, do ponto de vista metodológico, *complexificar*

o fenômeno a partir da sua posição relativa no campo social, o que só é possível através de uma análise qualitativa desses fenômenos.

Interessa nesta subseção fazer a problematização da metodologia científica para o campo específico de estudos organizacionais, onde está sendo situada a rede de Economia Solidária, entendendo as organizações e o que Fischer (2002) chama de *interorganizações* como locais de ação social e os seus estudos como *conversações* (CLEGG e HARDY, 1999) entre os pesquisadores sociais. Essa definição implica na aceitação de olhares de muitas ciências sociais sobre as organizações, como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a ciência política, entre outras, o que permite entender, ainda que por uma lógica circular, os estudos organizacionais como ciência social.

Assumindo-se que a especificidade e a fragmentação são marcas do conhecimento científico, percebe-se que o campo dos estudos organizacionais reflete de forma *caleidoscópica* o conhecimento de muitas ciências sociais. Sua tradição funcionalista, fundada nos princípios positivistas que marcaram as primeiras teorias administrativas, enfatizam o “consenso e a coerência” (CLEGG e HARDY, 1999, p.28), a partir de lentes que poderíamos chamar de *objetivistas* (BURREL e MORGAN, 1979). Por outro lado, a segunda metade do século XX foi pródiga em acolher abordagens diferentes para a organização como objeto empírico dos estudos organizacionais, enriquecendo e multifacetando as possibilidades de abordagens para esses “locais de ação social”.

Essas diferentes abordagens falam a partir de diferentes paradigmas, que definem, além de posições ideológicas, posições metodológicas que também são diferentes entre si, acompanhando o paradigma científico em que se apóiam. Uma dessas cisões, que interessa discutir rapidamente neste capítulo, é a oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa.

A pesquisa quantitativa faz uso de um arcabouço metodológico inspirado nitidamente na chamada ciência normal, de caráter positivista, onde a métrica, a prova emergida do teste da hipótese e da relação entre variáveis, emerge como portadora unívoca da verdade irrefutável, porque “científica”. Como uma construção pré-iluminista baseada na racionalidade, esse conceito de verdade fica provado com o positivismo de Comte, e passa a ser quase sinônimo de ciência.

Conceitos gravados na teoria de Durkheim, como *observação objetiva*, *conexões causais* e *verificação empírica* (CABRAL, 2003) dão o tom do funcionalismo que vai marcar o desenvolvimento das ciências sociais do início do século XX, apelando aos mecanismos quantitativos herdados das ciências naturais e do Positivismo de Comte.

A complexificação das ciências sociais e em especial dos estudos organizacionais, notadamente a partir da década de 1960, passam a demandar a presença mais forte de métodos quantitativos de pesquisa, inaugurando um debate em torno da maior ou menor adequação de cada uma dessas abordagens para os problemas de pesquisa organizacional.

Assumindo a asserção de Clegg e Hardy (1999) de que realmente as teorias administrativas tendem a enfatizar o consenso e evitar o conflito, mais recentemente tem sido defendida uma abordagem *quali-quant* para as pesquisas em administração (VIEIRA, 2004). Tal proposição ainda caminha mais na defesa dos métodos qualitativos diante do *status* ainda maior da tradição quantitativa, num esforço de entender a abordagem qualitativa como “científica”, apesar de não fazer uso de técnicas quantitativas.

Para problematizar ainda mais essa oposição, seria necessário um estudo mais aprofundado dos diferentes argumentos de uma ou de outra forma de abordagem que, em última análise, representam paradigmas científicos diferentes apoiados, a partir de um olhar de Bourdieu, em diferentes acúmulos de capital simbólico, com evidente vantagem – quantitativa! - para a abordagem quantitativa. Mas isso implicaria em um estudo demasiado longo e complexo para esta subseção, na qual interessa perceber apenas que a abordagem qualitativa das organizações e dos espaços interorganizacionais permite um entendimento mais completo da complexidade que eles podem revelar.

As abordagens qualitativas de pesquisa em estudos organizacionais divergem frontalmente em todos os eixos de comparação com as abordagens quantitativas: ontológico, epistemológico, metodológico, valorativo. (DENZIN, 2000), de forma que a busca de um consenso ou de uma visão holística da pesquisa, integrando as duas abordagens, pode estar tentando camuflar uma tentativa de elevar a pesquisa qualitativa ao “*status superior*”, equipará-las, quando na verdade, para o bem do

rigor científico, é imperioso reconhecer a diferença intrínseca nos dois modos de fazer ciência.

Essa abordagem, portanto, não almeja que os resultados de pesquisa sejam necessariamente generalizáveis, nem mesmo no sentido da proposta *generalização analítica* (YIN, 2001), na medida em que a representação das dinâmicas sociais e das relações entre os sujeitos e entre as organizações, ou entre ambos, muda no tempo e no espaço e a revelação de determinados traços de padrões dessas relações não implica, necessariamente, na predição de comportamentos semelhantes em situações similares em outros tempos e em outros lugares.

Ao contrário, ao se assumir um olhar qualitativo sobre o campo social, um campo onde existe um jogo de linguagens e uma produção constante de coisas materiais e simbólicas (BOURDIEU, 1998a), o que o conhecimento científico deve procurar desvelar é exatamente essa linguagem, esses elementos materiais e simbólicos que se mostram presentes nas relações dentro do campo.

Antes de ser uma limitação, a *não-generalização* do achado de pesquisa é uma singularidade que lhe confere valor e distinção. O resultado da pesquisa, materializado em uma produção científica, também vai se distinguir de outras produções científicas no seu próprio campo, o campo das produções científicas, onde não raro se trava uma luta pela autoridade científica entre os diferentes saberes produzidos pelas diferentes disciplinas do conhecimento.

Entretanto, a pesquisa buscou produzir um conceito de Inovação em Economia Solidária que tenha validade analítica para diferentes situações, ou que possa ao menos ser testado em diferentes contextos, já que ele carrega em si essa capacidade de se abrir para as peculiaridades dos diferentes locais nos quais se desenvolvam experiências de Economia Solidária.

É preciso pensar, por fim, na estética e na linguagem de apresentação desse conhecimento. Lembrando que o discurso também é uma prática social que influencia a construção da realidade social, é preciso propor, sem ferir as normas acadêmicas às quais ele é sujeito, que também possa haver uma linguagem que não seja uma barreira para a repercussão social do conhecimento, sob pena de aprisioná-lo dentro dos muros da universidade. No capítulo de considerações finais, por exemplo, foi usada a primeira pessoa na produção do texto, como uma forma de

proporcionar ao leitor uma proximidade maior com o pensamento do autor, construído na tese.

1.2.4 A relação do pesquisador com a pesquisa: a questão da neutralidade científica

Ao deslocar a unidade de análise dos empreendimentos e das organizações apoiadoras para as relações nas redes, assume-se que o objeto da pesquisa está em um *campo social* (BOURDIEU, 1996). No campo acontecem as relações entre os diferentes acúmulos de capital/poder dos indivíduos, o que implica em reconhecer a sujeição do pesquisador à influência que ele sofre do campo, na medida em que é igualmente parte dele. Uma segunda implicação é de que o pesquisador também possui um determinado acúmulo de capital econômico e simbólico e, conseqüentemente, está posicionado em relação a outros sujeitos sociais dentro desse campo. Dentre esses outros sujeitos sociais se encontram os sujeitos da pesquisa – empresas solidárias, movimentos e organizações apoiadoras, poder público, universidade. Na ciência natural esses sujeitos seriam chamados de objetos. Nesta pesquisa, o objeto de pesquisa é as relações presentes na rede.

Os cientistas sociais têm um alto acúmulo de capital simbólico, e na sua relação no campo, a sua posição relacional privilegiada é legitimada por sua titulação, seu pertencimento institucional e pelo reconhecimento da sua obra, ou em uma única expressão, pelo seu capital simbólico. Tal situação, ao mesmo tempo aproxima e distancia o cientista do campo de pesquisa:

De fato, é preciso lembrar que o campo científico é tanto um universo social *como os outros*, onde se trata, como alhures, de poder, de capital, de relações de força, de lutas para conservar ou transformar essas relações de força [...] quanto é *um mundo à parte*, dotado de suas leis próprias de funcionamento, que fazem com que não seja nenhum dos traços designados pelos conceitos utilizados para descrevê-lo o que lhe dá uma forma específica, irreduzível a qualquer outra (BOURDIEU, 1996, p.88).

O ponto de comparação reside especificamente na impossibilidade do cientista estar isento de um posicionamento ideológico em relação ao campo em que atua, não só como dominante, mas também como dominado.

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes ('a classe dominante') investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se

engendam na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Talvez seja por isso que Demo (2000) fala que o conhecimento em ciências sociais seja intrinsecamente ideológico, pois a sua produção ocorre *dentro* e *a partir* do seu campo de produção, campo que só se justifica como espaço de relação de capitais/poderes distintos entre si.

Tudo isso leva, necessariamente, ao que no paradigma positivista seria chamado de um indesejado *viés* da pesquisa. Em vez de se concentrar na explicação de causa-e-efeito entre fenômenos sociais, como postulado por Comte (*apud* TRIVIÑOS, 1987), o pesquisador em ciências sociais, ao usar essas formulações de *campo*, se concentra nas relações e reconhece os agentes do campo – inclusive o pesquisador – não mais como agentes passivos, mas antes como protagonistas do próprio processo, uma vez que até os mecanismos de percepção disponíveis à ciência têm gênese social (MISOCZKY, 2003).

Embora os textos sobre pesquisa social insistam em cuidados metodológicos como *objetivação* (DEMO, 1995b), *objetividade* (GIL, 1999) ou *disciplina* (THIOLLENT, 1986), entre outros termos, para designar uma série de precauções e cuidados metodológicos que não descaracterizem a cientificidade do conhecimento produzido, é relevante ter em conta que o seu campo de produção não está livre de conflitos e pressões. Tais *turbulências*, antes de desmerecerem o trabalho, ou minarem a sua validade científica, devem ser tomadas como uma singularidade do processo de produção de conhecimento em ciências sociais.

Bourdieu (1998a) fala de uma *objetivação participante* do pesquisador, referindo-se a uma difícil postura de se desprender das estruturas cognitivas do campo pesquisado, sob o risco de reproduzir e reforçar as relações nele presentes, sem, contudo, perder o sentido das construções sociais das disposições dos atores sociais - seus *habitus* - para a ação.

São muitos, portanto, os cuidados metodológicos a serem adotados para que a pesquisa que se quer empreender não recaia nas armadilhas do positivismo científico.

1.3 Contribuições teóricas da tese

A partir do esquema conceitual apresentado, entende-se que a proposta de pesquisa avança o conhecimento em Economia Solidária. A originalidade está em deslocar a unidade de análise da Economia Solidária dos empreendimentos individuais para as relações da rede. Já existe um bom acúmulo de estudos empíricos sobre Economia Solidária no Brasil⁴, sendo que especificamente no campo da administração, há iniciativas concentradas especificamente na Universidade Federal da Bahia, no Núcleo de Estudos sobre Poder Local (NEPOL) e na Escola da Administração da UFRGS, no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Terceiro Setor (NIPETS). Nos estudos desenvolvidos no campo da administração, a ênfase tem recaído prioritariamente sobre as organizações consideradas isolada e individualmente (GAIGER, 2000; SINGER, 2000; COSTA, 2003; HELLWIG, 2004; ICAZA, 2004), e não nas relações interorganizacionais (FISCHER, 2002), com algumas poucas exceções (ALMEIDA, VILLAR e NAKANO, 2004).

A construção de conhecimento pode avançar no sentido de articular a análise da Economia Solidária, com categorias teóricas da sociologia e da economia. Essa articulação aproxima o estudo que se quer empreender dos campos da administração pública e da gestão social (TENÓRIO, 2002), colocando em avaliação alguns pressupostos econômicos e sociológicos atribuídos à Economia Solidária. A proposta de análise das relações em uma rede de Economia Solidária se inscreve no que Fischer (2002) chamou de gestão interorganizacional.

Entende-se que a definição de um modelo, ainda que provisório, sobre Inovações em Economia Solidária pode permitir um avanço dos estudos nesse campo, criando um quadro analítico a partir do qual se possa observar a dinâmica própria dos empreendimentos e das redes solidárias.

Trata-se de um modelo provisório porque lança uma proposta para o debate acadêmico e para a validação empírica. Não tem a pretensão de se instituir como

⁴ Ver especialmente duas coletâneas de relatos de estudos empíricos: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000 e GAIGER, Luiz Inácio (org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004.

uma verdade definitiva e absoluta, mas, sobretudo, procura instigar a academia a rever o seu modo de pesquisar e de pensar a inovação.

2 A PRIMEIRA FASE DA PESQUISA

O presente capítulo resume a primeira etapa da pesquisa empírica que embasa esta tese. Alguns resultados dessa pesquisa serão apresentados neste capítulo com o intuito de situar a questão de pesquisa que se quer responder com esta tese⁵.

Optou-se por apresentar como aconteceu essa primeira fase de pesquisa, desenvolvida entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2006, no início da tese, para que fique evidente de onde surge e como se coloca a questão de pesquisa, bem como para que se entendam os desdobramentos teóricos que se seguem nos próximos capítulos.

A pesquisa esteve ligada a um projeto internacional coordenado pelo prof. Louis Favreau, na Universidade de Québec em Hull, no Canadá⁶. Intitulava-se “Criação de riqueza em contexto de precariedade” e procurou desenvolver estudos comparativos internacionais entre os mecanismos e condições de emergência da Economia Solidária em países europeus, africanos, americanos do sul e do Canadá.

No Brasil, os trabalhos foram coordenados pela professora Rosinha Carrion, na condição de líder do NIPETS (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos do

⁵ Os dados deste capítulo foram todos extraídos do Relatório Final de Pesquisa enviado ao CNPq (RELATÓRIO, 2006), e o seu texto expressa, portanto, não somente idéias do autor, mas também de toda a equipe de pesquisa envolvida. O autor, entretanto, responsabiliza-se pela sua redação final e pelo entendimento que pode suscitar para o leitor.

⁶ « Création de richesses en contexte de précarité: une comparaison Sud-Sud (Afrique et Amérique Latine) et Nord-Sud (Canada, Afrique et Amérique Latine) »

Terceiro Setor), ligado ao Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao qual o autor está também vinculado.

Em nível nacional, a pesquisa foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contava com grupos de pesquisa também nas regiões metropolitanas de Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente ligados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG). No decorrer da pesquisa, ocorreu o falecimento da pesquisadora líder de Minas Gerais, o que limitou a pesquisa às regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba.

Na região metropolitana de Curitiba (RMCR) foram pesquisados quinze empreendimentos e quatro organizações apoiadoras, e na região metropolitana de Porto Alegre (RMPOA), dezessete empreendimentos e dez organizações apoiadoras. Em ambas as regiões, as organizações apoiadoras pesquisadas foram as que mais menção recebiam dos empreendimentos na primeira fase de pesquisa. Como o pesquisador atuou na pesquisa na região de Porto Alegre, e em especial sobre quatro cooperativas metalúrgicas oriundas de processos falimentares das empresas que lhe deram origem, é sobre tais empreendimentos que se apresentam adiante algumas reflexões iniciais.

A equipe do NIPETS foi formada, além da coordenadora, por nove estudantes de graduação, mestrado e doutorado da EA/UFRGS.

2.1 Método de pesquisa

A fase inicial da pesquisa teve um objetivo exploratório-descritivo, pois procurava conhecer e descrever quais eram as inovações presentes nos empreendimentos, e o que elas poderiam significar em termos de realização de um projeto político-ideológico do qual a Economia Solidária se diz portadora⁷.

⁷ Mais adiante há um capítulo dedicado a conhecer a Economia Solidária, no qual se procura elucidar que projeto político é este que estaria presente no seu discurso.

Todos os quatro empreendimentos foram visitados, aplicando-se uma entrevista estruturada com as suas *lideranças*⁸, que durava em torno de duas horas e levantava dados sobre o funcionamento do empreendimento e das suas relações externas. Um dos objetos de pesquisa foi a estrutura das relações na rede formada pelas organizações e pessoas apoiadoras dos diferentes empreendimentos, tanto na sua fase de emergência quanto no momento da entrevista, de onde se elegeu uma amostra das organizações de apoio mais representativas, cujos coordenadores foram entrevistados. As principais organizações identificadas eram do poder público, igreja, movimento sindical e ONGs. O objetivo da pesquisa era investigar se estavam ocorrendo inovações nos empreendimentos, e em que medida elas representavam um embrião de um sistema local solidário de inovação⁹.

Além das entrevistas, em cinco dos dezessete empreendimentos¹⁰ da amostra de Porto Alegre, empregou-se a metodologia de Residência Solidária para coleta de dados. Desses cinco empreendimentos, três são empreendimentos de metalurgia, dos quatro que estão sendo analisados nesta tese, de modo que se tem um material rico para embasar as conclusões preliminares que são apresentadas logo a seguir neste capítulo.

A *Residência Solidária (RS)* é uma Tecnologia Social que articula pesquisa, extensão e ensino, desenvolvida no âmbito do NIPETS/EA/UFRGS, em parceria com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua implementação na RMPOA foi antecedida de amplo processo de negociação, em primeira instância com as Organizações Não Governamentais CAMP e ADS, e em seguida com empresas solidárias localizadas na Região metropolitana de Porto Alegre, participantes de projetos e programas de Economia Solidária realizadas por essas mesmas ONGs.

⁸ Em função dos diferentes formatos jurídicos assumidos pelos empreendimentos, usa-se o termo liderança para designar o ocupante de cargo administrativo que representasse formalmente o empreendimento. Em alguns deles, essa representatividade era exercida de forma colegiada e a entrevista foi feita com todos os membros do colegiado.

⁹ Como explicado adiante, o referencial teórico dos sistemas locais de inovação será usado para se analisar os processos de inovação nas redes de economia solidária, de onde resulta a expressão *sistema local solidário de inovação*.

¹⁰ A pesquisa em Porto Alegre envolveu dezessete empreendimentos, sendo treze de reciclagem e quatro de metalurgia. O autor trabalhou somente junto aos empreendimentos de metalurgia, e por isso eles são referidos como os EES pesquisados.

A RS teve por objetivos: (i) contribuir para a sustentabilidade das Empresas Solidárias através da elaboração/implementação de um projeto, coletivamente identificado como pertinente; (ii) desenvolver competências sociais em estudantes universitários; (iii) aprofundar o conhecimento da realidade das Empresas Solidárias integrantes da amostra da pesquisa.

Foi desenvolvida no período de maio a dezembro de 2004, com a participação de estudantes de Graduação e Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizados em pequenos grupos de no mínimo duas pessoas.

Foi estabelecido que a relação entre esses grupos e as empresas solidárias que seriam atendidas - ainda que se tratasse de trabalho voluntário - deveria pautar-se pelos princípios de parceria evitando-se assim a prática do assistencialismo. Uma parceria a ser construída caso a caso na qual os residentes, de um lado, e as empresas solidárias de outro, deveriam ser entendidos como parceiros, cada um detentor de um saber único.

Foram formados cinco grupos de Residentes Solidários. A entrada em campo propriamente dita dos residentes aconteceu no período de maio a setembro de 2004, os demais meses tendo sido utilizados na fase preparatória e de consolidação da experiência.

Os grupos cumpriram uma agenda de visitas semanais a suas respectivas empresas, e de reuniões e seminários de formação, organização e socialização das observações e achados de campo, realizadas sempre na Escola de Administração/UFRGS com a presença do conjunto dos Residentes Solidários

Algumas dessas reuniões - ao longo das quais foram sendo construídas coletivamente soluções para os desafios enfrentados pelos Residentes Solidários, e que foram realizadas no mínimo a cada quinze dias - tiveram por objetivo a discussão e a reflexão sobre aspectos metodológicos e conceituais da Residência Solidária, assim como a elaboração de instrumentos para a sistematização das informações coletadas.

Se os primeiros trabalhos de campo tiveram um caráter exploratório, e complementar aos dados coletados na primeira fase da pesquisa (aplicação do questionário no conjunto das empresas solidárias componentes da amostra), num

segundo momento cada grupo de residentes foi responsável pela elaboração de um projeto específico para a empresa solidária na qual atuou.

Os Residentes Solidários participaram de todas as etapas do processo de construção da Residência Solidária, da fase preparatória de discussão da metodologia e estabelecimento de parcerias com as ONGs CAMP e a ADS, a fase final de sistematização da aprendizagem que ela permitiu, processo esse que resultou na produção de um livro¹¹. Eles participaram igualmente, e de modo alternado das reuniões, seminários e feiras solidárias envolvendo as empresas solidárias onde foi realizada a RS.

Foi através do contato com duas importantes organizações apoiadoras que o grupo de pesquisa chegou aos empreendimentos pesquisados.

O CAMP, Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional, foi fundado em março de 1983, por um grupo de jovens religiosos, sindicalistas e ativistas dos movimentos sociais, rural e urbano. Tem por objetivo construir uma sociedade civil ativa, que construa sua cidadania por meio de organizações autônomas e democráticas. Por delegação do Poder Público Municipal em Porto Alegre assumiu a responsabilidade pela difusão dos princípios do associativismo solidário, bem como por facilitar a capacitação para o processo produtivo das empresas solidárias do Reciclo.

Apontado pelas empresas solidárias como um importante parceiro, o CAMP tem tido participação ativa em atividades de formação, capacitação, elaboração de projetos e intermediação política. Atuando há cerca de 25 anos, e uma das ONGS mais tradicionais do RS, o CAMP atua em interação com uma pluralidade de organizações de Cooperação Internacional, através das quais vinha obtendo recursos para o financiamento de ações pontuais de apoio ao Setor de Triagem, tais como a compra de um equipamento, seminários de formação, financiamento de ações de consultoria para a mobilização de movimentos sociais. O CAMP atuou ainda como parceiro na elaboração de projetos e intermediação de recursos, de modo a viabilizar o acesso das Empresas Solidárias de triagem, aos recursos do Fundo de Mini-Projetos. Ainda que preservando significativa independência em suas posições políticas, dado sua forte identificação à causas populares, muitas ações de

11 CARRION, VALENTIM e HELLWIG, 2006.

consultoria com vistas à sustentabilidade das empresas solidárias realizadas pelo CAMP só foram possíveis na medida em que foram financiadas com recursos públicos da municipalidade.

A ADS, Agência de Desenvolvimento Solidária, é uma agência de fomento criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), juntamente com a Unitrabalho, o DIEESE, a FASE e outras organizações da sociedade civil. Ela tem por objetivo: fomentar os valores da solidariedade; facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito; formar agentes para a construção de uma Economia Solidária com ênfase para a ampliação da autonomia e para a gestão democrática; apoiar a criação e a viabilização (incubação) de empreendimentos solidários; organizar redes de economia solidária articuladas a estratégias de desenvolvimento sustentável; incentivar organizações de representação dos empreendimentos solidários e autogestionários em âmbito local, regional, estadual e nacional.

Ainda como parte da Residência Solidária, em meados do segundo semestre de 2004 foi promovido um seminário para avaliação dessa atividade do qual participaram os Residentes Sociais, representantes das empresas solidárias, das ONGS parceiras e da UFRGS.

Relatos parciais da experiência foram apresentados pelos estudantes de graduação no Salão de Iniciação Científica da UFRGS em 2004 e as conclusões em Oficina no V Fórum Social Mundial em janeiro de 2005. A metodologia da pesquisa comportou, assim, um conjunto de técnicas tradicionais e inovadoras como a de “Residência Solidária”, a qual corresponde à aplicação de um modelo teórico com ênfase na atividade prática dos estudantes em organizações sociais.

Os principais apoios relatados pelos empreendimentos foram de caráter jurídico, de mobilização e de formação, os dois primeiros nas fases iniciais, de formação e consolidação dos empreendimentos, e as atividades de formação e assessoria como ações recorrentes que se estendem até a data de conclusão deste trabalho.

2.2 Amostra pesquisada e dificuldades iniciais

A amostra das empresas solidárias de metalurgia foi composta por quatro cooperativas que assumiram empresas falidas ou falimentares. A principal motivação

para a assunção da proposta de autogestão e Economia Solidária partiu do movimento sindical. Algumas peculiaridades são importantes de serem ressaltadas para se entender mais claramente a organização de cada uma dessas empresas.

A cooperativa B1¹² representa uma exceção. Ela foi constituída de modo autônomo, com o objetivo de realizar pequenos consertos por ex-empregados de metalúrgicas, os quais por força do seu alto comprometimento e envolvimento com o movimento sindical não encontravam mais colocação nesse mercado. É difícil dizer, passados quase 20 anos, se a proposta solidária fazia parte do imaginário do grupo inicial de trabalhadores, sobretudo porque restam apenas dois dos sócios iniciais. O que se sabe ao certo, é que contaram com o apoio político do sindicato, quando se constituíram. Na segunda metade dos anos 1990, com a entrada de um novo sócio que veio demitido de uma metalúrgica e recebeu máquinas e equipamentos como indenização, ela se assume como cooperativa de metalurgia. Trabalha principalmente com a produção de metais sanitários, que era a origem da empresa anterior.

A cooperativa B2 surge da mobilização apoiada pelo sindicato dos metalúrgicos para evitar que uma empresa falimentar esvaziasse o prédio e deixasse os empregados sem receber nenhum tipo de indenização. Nesse caso, foi o próprio sindicato que sugere e apóia a formação de uma cooperativa autogestionária para manter os postos de trabalho. Trabalha com a fabricação de radiadores automotivos e industriais.

A cooperativa B3 já estava falida e igualmente os trabalhadores foram apoiados e mobilizados pelo mesmo sindicato, processo esse em que foram apoiados pela política pública de Economia Solidária, do Estado do Rio Grande do Sul¹³. Por algum motivo, ela passou a ser apresentada pelo governo, como protótipo do Modelo de Economia Popular e Solidária, em função do que viria a receber apoios muito diferenciados. Ainda durante o Governo Olívio Dutra, ela recebeu cerca de R\$ 300.000, 00 como capital de giro. Fato esse inédito se comparado com a

¹² Para caracterizar adiante as cooperativas pesquisadas, será usada a identificação B1, B2, B3 e B4 para referir cada uma delas.

¹³ Uma seção do próximo capítulo, dedicado ao conceito de Economia Solidária, conta a história do movimento no Estado do Rio Grande do Sul, na qual essa política pública tem destaque.

situação das demais. Trabalha com a fabricação de fogões a gás e a lenha, além de aquecedores a gás.

Já a B4 foi formada a partir de uma empresa líder de mercado, que não chega a decretar falência, mas entrega o prédio, máquinas e dívidas ao controle dos ex-empregados. Alguns saem - os mais qualificados - inclusive para a concorrência, pela falta de pagamento de salários e indenizações, e os demais se organizaram sob uma forte liderança que hoje centraliza muito dos processos de gestão. Trabalha com a fabricação de balcões e expositores frigoríficos.

Não se observou mudança significativa na organização do trabalho, na medida em que os postos de trabalho continuam a ser ocupados, com exceção dos de direção, pelas mesmas pessoas. Por exemplo, na cooperativa B3 o responsável pela produção - que assumiu esse posto na cooperativa por conhecer a fundo todas as etapas da produção - era um dos empregados mais antigos e o encarregado da fábrica antes da falência.

O que mudou – e no sentido inverso ao que seria de esperar, considerando-se os princípios solidários – é que ele, hoje, não apenas dispensa e admite cooperados com absoluta autonomia do coletivo, como justifica seus atos em nome da necessidade de ajustar o número de trabalhadores, às demandas do mercado.

Já no que se refere à motivação para a proposta da Economia Solidária, também aqui, o que se verificou é que não ocorreu um processo de adesão voluntária, no sentido dessa proposta representar um ideal coletivamente partilhado pelo grupo, mas pelo contrário que ela foi “vendida” pelo sindicato da categoria.

Em três das cooperativas de metalurgia na RMPOA, a participação dos trabalhadores no processo de gestão é limitada, sendo que em duas delas (B1 e B3) a coordenação¹⁴ tem autonomia para admitir e demitir cooperados, o que é inadmissível dentro do espírito do cooperativismo.

14 A coordenação normalmente é referida como um colegiado com coordenadores de áreas funcionais (técnica, social, financeira, comercial, etc..) onde as decisões são tomadas coletiva e democraticamente. É relevante registrar que as tarefas de coordenação colocam os coordenadores na linha de frente das negociações comerciais (compra e venda) e das atividades financeiras (negociação com bancos, uso de mecanismos de crédito e formas de financiamento), sem, contudo, os afastar totalmente da produção. Dois desses coordenadores - a título de exemplo da cooperativa B2 - conhecem desenho técnico e são os responsáveis por ler e transformar desenhos dos clientes em protótipos e produtos, além de trabalharem como mão de obra de produção normalmente. Os

Na cooperativa B1, por exemplo, a coordenação tomou a decisão de fusão das atividades com a cooperativa B3, relegando dois de seus membros, enquanto na cooperativa B4 uma decisão centralizada determinou a contratação assalariada de mão de obra especializada. Nesta última, decisões centralizadas se repetem quanto ao uso de mecanismos de crédito, inclusive de empréstimo feito pelo próprio coordenador à cooperativa, mediante cobrança de juros quase ao nível do mercado formal.

De um modo geral, os trabalhadores dessas cooperativas são pessoas com algum tipo de qualificação técnica mínima para o trabalho na indústria metalúrgica e todos com um razoável tempo de experiência no setor e nas próprias empresas de cuja falência as cooperativas se originaram.

Outra distinção importante é o histórico de aproximação com o movimento sindical, de forte e tradicional inserção junto a esses trabalhadores, que se refletem, por um lado, na identificação desse movimento como o principal apoiador do movimento da Economia Solidária na metalurgia. Por outro lado, a presença constante e histórica do sindicato confere a esses empreendimentos uma característica de luta e de mobilização política relativamente elevada.

Entretanto, ainda que esse histórico de lutas e de mobilizações tenha sido importante e necessário, para a organização das cooperativas e para a manutenção, ainda que parcial, dos postos de trabalho, após as falências das empresas que deram de origem as atuais cooperativas de metalurgia, o dirigente sindical entrevistado revelou que o excesso de ideologia cria dificuldades adicionais para a gestão.

Trata-se, portanto, de uma amostra de trabalhadores com relativo conhecimento formal e com acúmulo político significativo, o qual ao mesmo tempo em que ajuda nas situações em que é preciso pressionar o poder público, na visão do dirigente entrevistado dificulta a tomada de certas medidas que seriam necessárias para a saúde financeira do empreendimento. Tensões essas que são

demais membros não assumem tais tarefas comerciais e financeiras por desconhecimento, mas são incentivados a voltarem a estudar e se qualificar, inclusive do ponto de vista técnico.

evidenciadas nas análises seguintes relativas à gestão interna das relações de trabalho nas cooperativas.

Como apontado anteriormente, as cooperativas de metalurgia tiveram origem dentro de uma estratégia de manutenção de postos de trabalho em empresas que estavam falidas ou em situação falimentar. Levando-se em conta tal realidade, suas dificuldades iniciais estiveram ligadas, de um modo geral, a problemas financeiros, os quais nenhuma delas conseguiu superar. A cooperativa B1 relata que houve falta de capital de giro, dificuldade de acesso ao mercado para vender os seus produtos e uma gestão que foi qualificada pelo entrevistado como “amadorística”, todas elas dificuldades ainda não superadas.

A cooperativa B2 também aponta que houve falta de capital de giro, uma dificuldade inicial que ainda não foi superada, apesar de a cooperativa ter tido acesso a um crédito da ICC Portosol, que permitiu as primeiras compras de matéria prima para a retomada da produção. Mesmo assim, a cooperativa enfrentava dificuldades de liquidez, como descrito na análise da dimensão econômica, e por isso apontava essa dificuldade como não superada.

Outras duas dificuldades foram apontadas como parcialmente superadas: a ansiedade inicial dos trabalhadores de que a iniciativa, e a dificuldade que para reconquistar clientes. Nenhum dos dois problemas foi, entretanto, completamente superado, os trabalhadores guardam insegurança quanto a seu futuro e muitos antigos clientes não foram reconquistados.

A cooperativa B3 também aponta a ansiedade no momento de formação da cooperativa, a qual teria sido superada com a entrega formal da antiga empresa aos trabalhadores em outubro de 2001.

A situação de crédito e capital de giro é dada como parcialmente superada. A exemplo da cooperativa B2, a cooperativa B3 igualmente precisou de crédito para capital de giro que viabilizasse a retomada da produção, e isso aconteceu no começo. Mas como a cooperativa, assim como a B2, enfrentava no momento da pesquisa dificuldades financeiras e falta de liquidez, essa dificuldade inicial de crédito foi apontada como parcialmente superada. A terceira dificuldade inicial apontada por B3 foi a defasagem tecnológica da sua planta produtiva, ainda não superada.

A cooperativa B4 apontou apenas uma dificuldade inicial, o crédito, que ainda não havia sido superada. A cooperativa herdou algumas dívidas da empresa falimentar que foi assumida e, da mesma forma que B2 e B3, enfrentava problemas de liquidez na época da pesquisa, levando-a a apontar essa dificuldade como não superada.

É interessante o fato de todas as cooperativas apontarem a falta de crédito como dificuldade inicial, e em todas elas não superada, o que permite pensar que os entrevistados entendem que mais recursos financeiros poderiam solucionar os seus problemas.

Apenas em uma das quatro aparece uma reflexão a propósito do sistema de gestão da cooperativa (B1), e em outra aparece uma preocupação com o futuro das pessoas dentro da cooperativa (B2), e em outra (B3) uma preocupação com a tecnologia.

A presença desse tipo de dificuldade inicial, especialmente se elas ainda não estão superadas, e o reconhecimento por parte dos trabalhadores de que se trata de pontos importantes a serem corrigidos, pode significar uma relativa capacidade de auto-análise que supera a simplicidade do pensamento da mera falta de recursos financeiros.

A Residência Solidária permitiu ainda um convívio maior com três das quatro cooperativas da amostra, de onde emergiu um outro conjunto de dificuldades iniciais ligadas ao comportamento dos cooperados, em termos de comprometimento e de participação nas decisões e na gestão da cooperativa, significando que existe um trabalho grande a ser feito em termos de mobilização e formação.

A entrevista com o dirigente sindical, anteriormente referido, também aponta que em geral existe uma resistência grande dos trabalhadores à idéia da cooperativa e da Economia Solidária como estratégia de manutenção dos postos de trabalho, havendo uma *cultura de emprego*, e isso pode estar colaborando com a existência dessa dificuldade.

Da Residência Solidária também se pode apreender que o temor quanto ao futuro das cooperativas também é compartilhado por todos os empreendimentos, e que a fragilidade e instabilidade dos pedidos, que se reflete no rendimento recebido, reforça esse medo e incerteza quanto ao futuro.

2.3 Políticas públicas para o setor de metalurgia de Porto Alegre

Duas políticas públicas são marcantes para as cooperativas da amostra de metalurgia de Porto Alegre. A primeira foi o projeto de Economia Solidária lançado pelo Governo estadual em 2001, e transformado em lei em 2002.

A primeira cooperativa apoiada por esse projeto, que teve foco em cinco eixos: crédito, comercialização, capacitação técnica, gestão e incubação, foi a cooperativa B3.

Ela recebeu em 2002 um crédito para capital de giro, de modo a poder retomar a produção e foi apresentada pelo governo do estado como modelo de Economia Solidária.

Essa cooperativa tornou-se então ícone do referido programa, de forte cunho ideológico que veio a marcar o discurso dos gestores da cooperativa e de outros sócios, como foi possível verificar durante a Residência Solidária. Das demais empresas da amostra, nenhuma delas foi beneficiária de qualquer ação desse programa que em 2003, com a eleição de outro governador foi abandonado

A segunda política pública relevante foi o programa Complexos Cooperativos através do qual é estabelecida parceria entre a ADS e o SEBRAE, para o desenvolvimento de Pólos Cooperativos Solidários.

O projeto foi lançado em 2002 e entrou em prática em 2003, abrigando vários empreendimentos solidários em todo o Brasil, sendo que no Rio Grande do Sul havia pólos dos setores têxtil e metalúrgico, sendo depois criado mais o pólo do reciclo.

O programa atuava em duas frentes: a ADS promovia ações de formação e capacitação em autogestão e Economia Solidária para todos os trabalhadores do empreendimento, enquanto os consultores do SEBRAE prestavam assessoria em gestão, focando algumas questões como gestão financeira e de custos, qualidade e organização.

O programa *Complexos Cooperativos* atendeu as quatro empresas da amostra de empresas metalúrgicas de Porto Alegre. Foi possível observar, inclusive,

através da residência Solidária, que os gestores da cooperativa B3 eram bastante refratários ao programa. No entanto, todos os empreendimentos participaram de discussões e reuniões do programa, sendo que chegou a acontecer uma sugestão dessa cooperativa que todas as três demais tivessem sua sede, em um único lugar, que era a maior de todas e ficava na cidade de Guaíba, limítrofe a Porto Alegre.

Ao final da pesquisa, uma das cooperativas, a B1, efetivamente se transferiu fisicamente para lá, até mesmo porque havia encerrado o seu tempo de Incubação em uma Incubadora da prefeitura de Porto Alegre.

O programa Complexos Cooperativos, talvez por ter sido mais abrangente e ter atingido todas as empresas da amostra, ou talvez por trazer um resultado mais palpável para as empresas, pois tinha um consultor em gestão visitando as cooperativas, pareceu mais consistente e mais integrado.

O referido programa acabou em 2005: sua previsão era de dois anos e acabou sendo prorrogado por mais um, porém a limitação de recursos e a necessidade de rediscutir alguns termos do contrato, fez com que ele não fosse renovado até o momento do fechamento desta pesquisa.

Os resultados de ambas as políticas públicas é ainda incompleto, especialmente pela descontinuidade que ambas sofreram. O programa do governo estadual, de vida mais curta, não teve tempo de exercitar os demais eixos propostos. Algumas operações de crédito e outras poucas de formação aconteceram, em parceria com ONGs e Universidades, mas o efeito mais visível, dessa política no empreendimento que dela se beneficiou, foi a marca ideológica da Economia Solidária como uma opção de luta por mudanças sociais consistentes.

Os resultados da política de complexos cooperativos são mais fortes em alguns aspectos da gestão dos grupos, como, por exemplo, a readequação das planilhas de cálculo de preço dos produtos de uma das cooperativas. A abordagem de formação também foi diferente da política pública de governo: esta enfatizava uma forma de luta política, enquanto que o programa Complexos Cooperativos revelava a idéia de Economia Solidária que tem a CUT/ADS, ou seja, uma forma nova de geração de trabalho e renda que incorpora valores de igualdade entre trabalhadores.

Ainda é possível identificar uma terceira política pública com um pequeno impacto em uma das cooperativas da amostra de empresas solidárias metalúrgicas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Trata-se da Incubadora Popular fundada com recursos do Orçamento Participativo, e que incubou a cooperativa B1 durante certo período. O resultado desse processo é, no entanto, duvidoso, dado que findo o período de incubação a B3 havia acumulado um passivo tendo encontrado como solução deslocar-se para o espaço da B3.

Assim como o crédito e o apoio simbólico-político recebido pela cooperativa B3, a incubação, de que se beneficiou a cooperativa B1, gerou uma situação de dependência desses empreendimentos em relação a essas políticas. O ponto simbólico dessa dependência foi a total falta de condições da cooperativa B1 se manter sem a sede da incubadora, o que precipitou que ela passasse a trabalhar dentro da cooperativa B3.

Já a cooperativa B3 não havia conseguido dar um impulso sustentado à sua produção, mesmo com um grande aporte de capital inicial. A situação de dificuldade financeira que a cooperativa vivenciava à época da pesquisa estava levando-a a pleitear uma nova operação de crédito, essa mais vultuosa junto ao BNDES, com o propósito de comprar a planta e ter capital de giro para trabalhar uma outra linha de produtos que foi identificada como uma boa oportunidade de mercado.

Ou seja, em ambos os casos, as políticas públicas de governo criaram um quadro de forte dependência dos empreendimentos e um baixo resultado prático tanto em termos de estabilidade na gestão econômica dos mesmos, como em termos de sustentabilidade. Já a política pública dos complexos cooperativos, embora também não possa ter contribuído de forma sustentável, por força da sua interrupção, trabalhou em outros pontos ligados à gestão e deixou algumas marcas mais visíveis.

2.4 Resultados da pesquisa

O maior desafio das empresas da amostra dos empreendimentos pesquisados era o de poder aumentar os pedidos e a produção para poder aumentar a renda dos participantes atuais e também o número de associados para dar conta

desse aumento de demanda. A única exceção é a cooperativa B4 que já está operando no limite da capacidade instalada de máquinas e equipamentos e na qual uma eventual expansão passaria agora pela necessidade de um investimento grande. As demais possuem máquinas, prédios, ferramentas e equipamentos que permitiriam um aumento de produção e a agregação de novos sócios, mas estão esbarrando nos limites de comercialização.

Por conta desse quadro, as tentativas de motivação¹⁵ do quadro social são referidas pelos entrevistados como quase que a única fonte possível para manter as pessoas trabalhando. De modo contraditório à centralização observada nos processos decisórios, os coordenadores das cooperativas reclamam, de modo geral, da falta de participação e comprometimento dos demais sócios, relatando esforços que estariam sendo feitos nesse sentido.

Embora seja evidente a centralização dos processos decisórios em três das quatro cooperativas que compuseram a amostra, o fato das decisões serem centralizadas não implica em controle sobre os trabalhadores. Pelo contrário, mesmo nas cooperativas que estão trabalhando no limite da capacidade da mão de obra (B2 e B4) e também na B3, na fase em que houve ocupação total da mão de obra, não foram relatados problemas de pessoas que não se comprometessem com a produção. Houve inclusive relatos (B2 e B4) de que a jornada de trabalho muitas vezes é estendida para além do final do dia e às vezes para os sábados, para dar conta das entregas.

Os processos de qualificação se limitam aos cursos de formação em autogestão promovidos pela ADS dentro do programa Complexos Cooperativos e não estão sendo utilizados como mecanismo de aumento da participação e de comprometimento, embora em algumas entrevistas ele tenha sido identificado como um momento em que essa participação ganhava algum impulso. Ao mesmo tempo, é identificada em uma das cooperativas (B2) a necessidade de aumento da escolaridade e da qualificação técnica de alguns sócios como fonte de aumento de competitividade.

¹⁵ O sentido de “motivação” variava em cada uma das cooperativas, desde a idéia tradicional baseada em recompensas materiais até a idéia mais abstrata de uma mudança de qualidade de vida pela vivência no campo da Economia Solidária e o compartilhar dos seus valores.

2.4.1 Hierarquia e relações de trabalho

Como já introduzido na seção anterior, a transparência e a garantia de gestão coletiva mostrou-se desigual nas quatro cooperativas da amostra. A forte distorção na prática do conceito de autogestão, identificada nas cooperativas B1, B3 e B4, mostra que existe uma hierarquia explícita onde nem todos os membros da cooperativa têm os mesmos direitos sobre os rumos e decisões da cooperativa, e essa assimetria se reflete na remuneração, no status e no acesso a dados estratégicos.

Quando as decisões tornam-se confidenciais e restritas a um pequeno grupo, é mutilado o princípio cooperativista de uma pessoa, um voto. Ao contrário, o que algumas decisões exemplificadas anteriormente revelam é nem todos os sócios são sujeitos das tomadas de decisão, mas antes o seu objeto, enquanto a coordenação é o seu agente. Tal condição seria inaceitável em uma cooperativa.

A presença desse tipo de mecanismo de gestão faz com que essas três empresas cooperativas viessem a ser caracterizadas como não sendo empresas autogestionárias de fato¹⁶, mascaradas como empresas solidárias, as suas práticas de gestão terminam por revelar uma firma tradicional com relações hierárquicas rígidas.

Por outro lado, a mesma amostra revela uma empresa solidária quase pura. É importante ressaltar que nesta última cooperativa (B2) aparecem inovações hierárquicas interessantes, onde, mesmo havendo essa diferenciação entre alguns sócios, a participação na coordenação é aberta a todos que queiram se candidatar, e ainda assim o fato desse “superior hierárquico” tomar isoladamente ou de forma colegiada uma decisão, não o isenta de comunicar, prestar contas e dar transparência a ela.

Na verdade, a gestão adapta-se à velocidade do contexto sem se tornar arbitrária, centralizada ou autoritária. O estudo das redes de organizações apoiadoras amplia de forma significativa o entendimento dessa inovação, na medida

¹⁶ Na pesquisa comparativa internacional, foi criada uma tipologia para identificar as empresas efetivamente solidárias, segundo três aspectos: forma de criação (espontânea ou induzida), presença de gestão democrática e partilha igualitária dos ganhos financeiros.

em que o processo de tomada de decisão extrapola a empresa solidária e usufrui de um conjunto de saberes que se encontra diluído nessa rede. Este tema será retomado na parte final da tese.

2.4.2 Produção

A matéria prima continua a ser fornecida pelos antigos fornecedores das empresas originais. Em uma das cooperativas (B2) foi relatado que o fornecedor de uma determinada matéria prima é único no Brasil e que a relação com ele, hoje, é pior do que no período anterior à formação da cooperativa, face às dívidas adquiridas pela antiga empresa.

A carga histórica associada ao nome dessa cooperativa, e que em maior ou menor grau se apresenta também para as outras cooperativas pesquisadas, faz com que todos os pagamentos tenham que ser feitos de forma antecipada - 50% na encomenda e 50% no despacho da mercadoria, em São Paulo.

Outro ponto a ressaltar é a continuidade em todas elas, dos processos de trabalho anteriores à sua criação, assim como a preocupação imediata com a manutenção de um nível mínimo de produção, o que é compreensível face ao acúmulo de dívidas que elas devem saldar. Em uma das cooperativas (B4) um produto teve sua produção descontinuada após a falência pela saída de pessoas qualificadas que foram então recontratadas como empregados para retomar a produção que é altamente demandada

Não houve alteração no processo produtivo, e quase nenhum produto novo foi criado ou desenvolvido após a falência das empresas na origem da criação das cooperativas.

Uma delas (B4), por enfrentar forte concorrência de empresas privadas, contratou engenheiros para funções mais complexas de produção, como a elaboração de projetos, o que viabiliza a atualização permanente da linha de produtos que é oferecida - balcões frigoríficos, *freezers* e refrigeradores comerciais. Ainda que não se trate de uma inovação em si, na medida em que não foram criados novos produtos, essa é, entretanto, uma estratégia que a diferencia das demais.

Uma das cooperativas, a que fabrica radiadores (B2), eventualmente, por demanda de alguma indústria e a partir de protótipos ou de desenhos fornecidos por esses clientes, produz modelos diferenciados. Trata-se, entretanto, de pedidos pequenos e descontínuos.

Ainda que a iniciativa de desenvolvimento de produtos não nasça dentro dessa cooperativa, o fato dela ser capaz de responder à demanda indica a presença de determinadas competências, as quais não estão sendo exploradas de modo comercial. Em uma outra cooperativa (B3) está se desenvolvendo um projeto para fabricar fogões a gás, mas para ter licença do INMETRO precisa desenvolver protótipos e fazer vários testes, cujos custos superam sua capacidade financeira atual. Ela também passou a fazer, além dos produtos que já fabricava (aquecedores e fogões a lenha), peças fundidas para outras empresas metal-mecânicas, utilizando máquinas, conhecimento e matéria prima usados no processo de fabricação da sua linha de produtos original, conseguindo com isso reduzir parte da capacidade ociosa.

2.4.3 O processo de produção

O processo de produção do setor metalúrgico se concentra em algumas etapas mais simples e que exigem menor qualificação, como a usinagem de peças, dobras, estamparias, soldas e fundição. São encontrados alguns processos mais sofisticados em algumas das cooperativas.

Na cooperativa B1 a parte mais sofisticada está sendo feita fora da empresa e agregando custo ao produto. Os metais sanitários produzidos são polidos e cromados em uma empresa terceirizada, porque a cooperativa não possui nem os equipamentos e nem pessoas qualificadas para a tarefa. São etapas fundamentais para agregação de valor ao produto e diferenciação, e que, para a gestão econômica da cooperativa, se tornam um custo.

Evidencia-se, desse modo, uma divisão do trabalho perversa provocada pela dupla carência de capital e de conhecimento, que coloca a cooperativa em uma posição subalterna dentro de uma cadeia produtiva. Se era de se esperar que houvesse um ganho extraordinário por se trabalhar com um produto nobre e sofisticado, na verdade grande parte desse ganho está ficando em outros pontos da cadeia.

A empresa cuja falência deu origem à fabricação de metais sanitários dentro da cooperativa B1, naquele momento (1999) se deslocava da produção para a comercialização de metais sanitários, e no momento da pesquisa possui quatro lojas em Porto Alegre com pontos de venda sofisticados em bairros de classe média alta e alta. Ou seja, a cooperativa absorveu a *parte suja* da produção, a parte mais nobre (polimento e cromagem) fica a cargo de uma outra empresa, e a cooperativa faz um esforço de venda para colocá-los em lojas comerciais onde a prestação de serviços agrega valor ao produto.

Em resumo, o processo produtivo é rudimentar e limitado, podendo-se descrever tranqüilamente a posição das cooperativas dentro das suas cadeias como limitada e subalterna. O processo não apresenta nenhuma inovação significativa tanto em termos tecnológicos – mesmo porque a cooperativa não tem como investir em novas tecnologias ou capacitação – e nem em termos de organização da produção, resultando em baixo valor agregado que está se refletindo na situação econômico-financeira da cooperativa.

Na cooperativa B2, que produz radiadores, são encontrados alguns processos ligados à produção da chamada *coolméia*, que é o coração do radiador, e que apresenta uma maior sofisticação. A sua produção consiste em trefilar fitas de cobre que separarão e isolarão os tubos por onde passa o gás, água ou óleo que serão responsáveis pelo aquecimento ou refrigeração, conforme o tipo de radiador. A matéria prima é cara e vem de um único fornecedor de São Paulo.

É um processo cuidadoso e detalhado que exige perícia e atenção. Após a sua conformação, o material cobre os tubos, que também são produzidos em um processo mais simples, e vão para um forno de secagem. Esse forno é elétrico e está subutilizado. Como leva cerca de 4 horas para aquecer, gasta muita energia para secar poucas peças de cada vez, mas como os pedidos precisam ser atendidos rapidamente, o forno é ligado todos os dias, implicando em grande gasto.

Se houvesse mais pedidos, o forno seria mais bem utilizado, reduzindo-se o custo unitário das peças. Outra alternativa seria a troca por um forno menor a gás, mais econômico e que demora menos tempo para aquecer, mas implica em um investimento de cerca de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) que a cooperativa não tem como fazer e nem como tomar crédito para viabilizá-lo.

A produção da *coolméia*, no entendimento dos cooperados entrevistados, é o que garante um diferencial do seu produto em relação aos concorrentes. Esse diferencial vem da qualidade da matéria prima utilizada e também da perícia na fabricação, mas igualmente não constitui uma inovação, e sim uma continuidade no mesmo modo de produzir que já estava presente na antiga empresa.

Alguns tipos de radiadores especiais são produzidos sob encomenda, a partir de pedidos de clientes. Grande parte deles são produtos que não têm continuidade, ou seja, são produzidos muito poucos ou um único exemplar e depois ele nunca mais volta ser fabricado. No momento da pesquisa, um produto novo havia sido desenvolvido para equipar aparelhos de ar condicionado para ônibus fabricados em Caxias do Sul, na serra gaúcha. O desenvolvimento foi feito a partir da necessidade da empresa cliente e estava sendo produzido em grande quantidade, se constituindo em uma exceção a essa regra de descontinuidade.

Alguns modelos, igualmente sem continuidade, são produzidos a partir de desenhos passados pelas empresas clientes, os quais dão origem a protótipos que devem passar pela sua aprovação. Esses exemplos demonstram o baixo nível de inovação presente no trabalho da cooperativa. Mesmo demonstrando alguma habilidade técnica na construção de protótipos, todo novo modelo fabricado é desenvolvido pela empresa demandante, cabendo à cooperativa somente uma tarefa secundária nesse processo.

Na cooperativa B3 o processo de fabricação de fogões a lenha, a gás e de aquecedores - estes dois últimos produtos tiveram sua produção descontinuada - mantém a mesma rotina de antes da falência, os mesmos modelos, cores, acessórios, etc. Toda a fabricação é feita na cooperativa e poucos componentes são comprados prontos para serem instalados, como era o caso do vidro e dos acendedores automáticos nos modelos a gás que chegaram a ser produzidos pela cooperativa.

A cooperativa, ao ser retomada, passou a produzir de acordo com uma expectativa de demanda que não se confirmou, depois redimensionou o quadro de associados que atuavam na produção, via decisão de coordenação, e então passou a produzir apenas mediante demanda, fato que também é observado igualmente nas demais cooperativas. Mais do que uma estratégia que poderia ser entendida como inovadora na gestão da produção, esse formato organizacional corresponde à estrita

incapacidade econômico-financeira de estocar matéria prima ou produto acabado, devido à ausência de qualquer reserva ou capital de giro.

A cooperativa também tem um forno para secagem da pintura dos fogões a lenha cuja operação precisou ser otimizada em função da baixa produção. É um equipamento antigo e de alto gasto de energia que tem sido mantido a maior parte do tempo desligado até o acúmulo de produção que possa gerar gargalo nas próximas etapas ou comprometer alguma eventual entrega. Pode ser entendida como uma prática criativa de redução de custos, mas absolutamente não significa uma inovação relevante, até por se tratar de uma estratégia que já vinha sendo utilizada na empresa no período de baixa produção.

A cooperativa B4 não descreveu o seu processo de produção, que exige algum grau de sofisticação nos procedimentos e acabamentos, a julgar pela excelente qualidade e aparência dos produtos (balcões e expositores frigoríficos). Igualmente trabalha mediante pedido e está operando no limite da sua capacidade instalada, embora existam oportunidades de mercado que poderiam ser aproveitadas, mas nesse momento uma expansão é economicamente inviável, pois exigiria investimentos e capacidade de endividamento que a cooperativa não possui.

A cooperativa, depois de assumir a empresa já mudou o visual de alguns produtos e também desenvolveu um novo sistema de refrigeração para os balcões e expositores, a partir do trabalho de um engenheiro que foi contratado especificamente para esse fim. Essa mudança, ela sim, significa uma inovação importante e que partiu da própria cooperativa. Mesmo a idéia de contratar um profissional externo para desenvolver já demonstra uma idéia diferente e avançada em relação ao conjunto das demais cooperativas de metalurgia. Trata-se de uma idéia que partiu da coordenação da cooperativa e está voltada para o aumento da sua competitividade.

Nesta situação, evidencia-se um processo de inovação tipicamente capitalista e cuja concepção possivelmente esteja introjetada pelos ex-empregados, acostumados a trabalhar em uma empresa que durante muito tempo foi líder de mercado na sua região. Para a questão de análise das inovações em Economia Solidária, representa uma dupla possibilidade: ao mesmo tempo em que pode ser rechaçada por não representar uma forma inovadora de posicionamento e competição no mercado, em relação ao formato capitalista tradicional de inovação,

ela pode ser interpretada como um movimento da Empresa Solidária para encontrar formas de competir nos mercados em que está inserida, ainda que recorrendo a expedientes conhecidos pelas organizações capitalistas. Tal questão voltará a ser debatida com intensidade nesta tese.

Três das cooperativas (B1, B2 e B3) avaliam que cerca de 70% da sua capacidade produtiva está ociosa, quando comparado ao volumes de produção antes da falência das empresas originais. Apenas a cooperativa B4 que produz balcões frigoríficos, *freezers* e refrigeradores comerciais, não está conseguindo atender a demanda recebida, e não consegue investir para aumentar a sua capacidade de produção.

2.4.4 Comercialização

Duas das cooperativas pesquisadas (B3 e B4) possuem representantes de vendas profissionais e comissionados que se encarregam da venda no varejo. Trata-se, entretanto, de uma venda “oportunista”, isto é, que não é orientada por um planejamento estratégico. Em um terceira (B1) os cooperados também atuam em vendas no varejo, e de forma pulverizada. Já em outra (B2) um dos cooperados é responsável pelas vendas, das quais cerca de 50% são realizadas em grandes lotes para indústria. A estratégia que desenvolve, quando comparada ao processo de comercialização nas demais, pode ser considerada inovadora.

A cooperativa que produz radiadores (B2) comercializa seus produtos através de uma rede de distribuidores autorizados. São pequenos estabelecimentos comerciais, concentrados, principalmente na RMPOA e na região do Vale dos Sinos, distante cerca de 50 km da capital - embora existam vários deles espalhados por todo o interior do estado do Rio Grande do Sul - que tanto comercializam radiadores automotivos, como fazem as vezes de assistência técnica. O que significa dizer que vendem, assim como atendem pedidos de reparos de radiadores automotivos, os quais caso não consigam solucionar, são encaminhados a essa cooperativa.

Na realidade, na medida em que esses pequenos comerciantes atuam como *concessionários* de uma marca com tradição no mercado, a criação de um sistema de franquia, poderia ser uma alternativa de capitalização. Alertada nesse sentido, pelos residentes solidários, sua direção argumentou que a venda realizada por

esses representantes “autorizados” é muito importante para a sobrevivência da empresa, e que a adoção de tal medida poderia colocar em risco essa “parceria”.

Ainda que uma interpretação possível seja “a ausência de espírito empreendedor”, é também preciso ter claro que a fragilidade econômica das cooperativas em geral, as obrigada a serem particularmente cautelosas antes de adotarem estratégias que possam colocar em risco os meios de comercialização estabilizados.

Todas as cooperativas enfrentam concorrentes de porte e bem estruturados, exceto a B4, cujo único concorrente inclusive emprega atualmente algumas pessoas que saíram da empresa na época da falência. A primeira das cooperativas (B1), que fabrica metais sanitários, enfrenta concorrentes nacionais de grande porte, como Deca, Docol e Fabrimar, que possuem produtos de primeira linha e apresentam nítidos ganhos de escala e forte vínculo com revendedores. À cooperativa resta a colocação do seu produto em pequenos nichos, via um cooperado vendedor, que é uma estratégia semelhante a de outros pequenos fabricantes regionais.

A cooperativa que produz radiadores (B2) também tem concorrentes no Rio Grande do Sul e em nível nacional. O diferencial que os cooperados enxergam no seu produto vem de duas origens: primeiro eles utilizam matéria prima de qualidade, servindo-se dos mesmos fornecedores da antiga empresa que lhes deu origem, mesmo sabendo que podem conseguir matéria prima mais barata; em segundo lugar, eles consideram-se trabalhadores mais experientes e que fazem um produto de qualidade superior. Algumas vezes os revendedores autorizados cotam esses outros fabricantes para conserto dos radiadores e os alertam sobre a sua diferença de preço, mas eles mantêm-se firmes e afirmam fabricar um radiador que não vaza, podendo dar maior garantia para o cliente final. No momento de conclusão da pesquisa, os cooperados estavam cogitando, por sugestão dos pesquisadores, de ter uma outra linha de produto com material mais barato para concorrer por preço com outros fabricantes.

Na terceira cooperativa (B3) foram citados concorrentes que fabricam fogão a gás, que não era mais fabricado pela empresa mesmo antes da falência. Também mencionaram concorrentes para os segmentos específicos que estavam ativos: fogões a lenha e aquecedores. Nos aquecedores, os concorrentes são todos importados, sendo marcas fortes e que têm se mantido inovando e conquistando

espaços. À Cooperativa resta uma produção pequena na linha voltada para residências e algumas produções para uso industrial que eram decorrentes de acordos esporádicos e descontínuos. Obviamente, a produção descontínua dificulta o planejamento e a manutenção de um “colchão” financeiro estável. Isso levou a cooperativa a desativar a linha de aquecedores no decorrer da pesquisa. Nos fogões a lenha, um produto ainda mais sazonal do que o aquecedor, os seus concorrentes eram também fabricantes de outros produtos, especialmente de fogões a gás, o que permitia a essas empresas melhores negociações com os revendedores.

A última cooperativa (B4) é a que possuía uma situação mais confortável de todas em relação à concorrência, pois sempre foi líder de mercado. Há em Porto Alegre outra empresa fabricante de balcões e expositores frigoríficos, que inclusive absorveu parte da mão de obra da empresa de origem, quando da falência. Os cooperados entendem que o seu produto é mais bonito do que o dessa concorrente, ao mesmo tempo em que reconhecem que eles não apresentam muita diferença entre si. O fato de alguns dos antigos colegas estarem trabalhando nessa empresa concorrente o leva a fazer essa comparação de que os produtos são semelhantes.

2.4.5 Resultado financeiro

Os resultados financeiros em todas as cooperativas é extremamente modesto e resume-se a uma partilha do resultado alcançado. Nenhuma delas possui algum fundo de reserva acumulado com resultados anteriores. Ao contrário, todas têm algum tipo de dívida de curto prazo referente a operações de crédito e fornecedores e/ou não têm nenhuma disponibilidade para despesas correntes ou para capital de giro.

A cooperativa B3, beneficiária de uma linha de crédito aberta pelo governo do estado do RS dentro da política de apoio à Economia Solidária, é devedora de um valor mais expressivo que representa um passivo de difícil quitação em face do atual nível de produção.

2.5 Conclusões da primeira fase da pesquisa

Resumindo-se os resultados da fase exploratório-descritiva da pesquisa, foram encontradas inovações localizadas em diferentes empreendimentos. No entanto, nenhuma delas conseguia, no momento da pesquisa, colaborar para a superação as imensas dificuldades econômicas e sociais, em termos de relacionamentos internos, que estavam presentes nos empreendimentos, e nenhuma delas também havia sido replicada em outro empreendimento. Isto é, não existiam vestígios de um processo sistemático de troca de conhecimentos, de estabelecimento de sinergias e de potencialização coletiva da rede com base na interação entre os agentes.

Ou seja, ou eram inovações nas políticas públicas construídas e implementadas de forma centralizada pelo poder público, ou com um grau pequeno de participação dos empreendimentos; ou eram iniciativas isoladas dos empreendimentos, seja na forma de organizar processos produtivos, de otimização do espaço físico e dos equipamentos, ou eram inovações nos processos de tomada de decisão, estas quase sempre sugeridas e implementadas por organizações apoiadoras externas.

Parte da construção teórica que embasava a pesquisa estava ligada à teoria econômica, e apontava para as potencialidades dos processos de inovação, especialmente a inovação em rede e o processo social a ela subjacente. Entendia-se que o processo social das redes de Economia Solidária, fortalecido pelos laços de comunhão de um projeto político comum pregado no seu discurso, seria facilitador de trocas de experiências, conhecimento e do estabelecimento de relações comerciais de parceria, em processo de efetiva inovação sistêmica.

A solidariedade, entretanto, não ocorria. A título de exemplo, entre as treze associações de triagem de Porto Alegre, apenas uma delas identificava outra associação como parceira e apoiadora.

A participação de diferentes atores na rede não configura, ao contrário do que poderia se esperar, uma atuação sistêmica. A maior parte das chamadas organizações apoiadoras concentra a sua atuação em atividades de formação e capacitação, que por sua vez têm o foco primordial na mobilização política e na

formação de valores que procuram distinguir o empreendimento de Economia Solidária da atividade econômica capitalista. As atividades de formação, por sua vez, partem normalmente das ONGs e do movimento sindical, estão desarticuladas e, muitas vezes, até em contraposição à atuação, por exemplo, do poder público e das organizações religiosas.

As organizações religiosas atuam primordialmente no apoio material aos grupos, com a cessão de espaços físicos e prédios, além de doações esporádicas e outros auxílios de ordem financeira, portanto com um caráter paternalista.

Já a ação do poder público limita-se a políticas públicas ainda concebidas de forma centralizada e parcialmente discutidas com os trabalhadores na sua implementação e avaliação. Especificamente para o setor de triagem de resíduos sólidos, e a título de ilustração, a ação governamental é essencial para a sobrevivência dos empreendimentos, pois a coleta seletiva fornece a matéria prima de trabalho nos grupos. Por conta disso, o governo local capitaliza politicamente a sua ação junto aos empreendimentos. As poucas discussões resumem-se a uma disputa interna entre os empreendimentos para dividir os limitados recursos do órgão responsável pela coleta, ou a disputas por cargas de resíduos diferenciadas, e as relações que se estabelecem são, portanto, clientelistas. Além disso, as políticas públicas sofrem ainda da descontinuidade nas situações de transição de governos, o que foi vivenciado tanto pelos empreendimentos de metalurgia quanto os de triagem, dentro do próprio período da pesquisa.

Também a Universidade ressenha-se dessa falta de articulação na rede. Ela é bem recebida pelos empreendimentos quando oferece apoio (CARRION, VALENTIM e HELLWIG, 2006), porém os contatos com as demais organizações, tanto para as atividades de extensão como de pesquisa, acontecem pontualmente e de forma fragmentada. Além disso, a Universidade não é chamada pelo poder público para o trabalho de concepção das políticas públicas. As poucas tentativas de articulação conjunta entre todos os atores da rede acabam esbarrando na falta de mecanismos eficientes de governança democrática (CARRION e LOPES, 2004).

Ao mesmo tempo em que a presença do Estado era relevante para a legitimação e para a consolidação de um espaço de discussão política da Economia Solidária, motivando e catalisando a participação de outros atores e organizações interessados, ela também produz, e/ou reproduz, laços de dependência que podem

comprometer a construção da autonomia dos empreendimentos e dos trabalhadores envolvidos (COSTA, 2003a).

A tal quadro, algumas reflexões iniciais foram tecidas no relatório de pesquisa, e delas decorrem um problema de pesquisa que motiva o presente projeto de tese. A seguir são apresentadas algumas dessas reflexões.

Ao nível econômico e organizacional, e de forma isolada em alguns dos empreendimentos pesquisados, foram encontradas pequenas inovações, o que constitui um avanço, no sentido de que coloca as pessoas protagonizando processos de inovação. Tal protagonismo pode assumir um caráter relevante, ao simbolizar um processo endógeno de aprendizagem que, de forma análoga, poderia potencializar a capacidade de aprendizagem e inovação para outras situações de trabalho. Entretanto, dentro do empreendimento, essas inovações partiam, na sua totalidade, das pessoas que ocupavam cargos de coordenação ou gestão, o que impede que se extrapole a hipótese do aprendizado ao conjunto dos trabalhadores.

Em nível institucional, se verificou que as relações entre empreendimentos, governos e organizações apoiadoras, não tinham um caráter sistêmico, isto é, não aconteciam inovações nas relações entre os atores do campo da Economia Solidária.

Constatações desta natureza contradizem o discurso sobre a Economia Solidária, que a aponta como um movimento em que o valor da competição é substituído pela solidariedade e por grandes concertações.

Esses resultados – baixa colaboração e integração em redes - levaram o grupo de pesquisa a questionar o próprio conceito de inovação com o qual se estava trabalhando. Partiu-se da validade do referencial teórico proposto pela Teoria Econômica da Inovação (TEI), tentando-se adaptar esse conceito para o campo da Economia Solidária. Entretanto tal dinâmica se revelou inviável para a explicação de alguns resultados e para a ausência de uma solidariedade típica dentro dos empreendimentos e também nas relações em rede.

Restou que a categoria central da pesquisa se mostrou, desse modo, carente de uma conceituação mais precisa e mais adequada para explicar a forma como os empreendimentos e as redes em torno deles se organizavam, se mantinham e procuravam se desenvolver. Ou seja, a pesquisa inicial, ainda que tenha produzido

avanços significativos em termos de produção de conhecimento em Economia Solidária, sinalizou, ao mesmo tempo, a impossibilidade de a TEI captar a real complexidade da Economia Solidária e da sua dinâmica específica de inovação.

Por isso, nesta tese será proposto um conceito de inovação que tente superar o reducionismo econômico e que se mostre apropriado para entender a dinâmica da Economia Solidária como sendo inovadora, ainda que não apresente atributos que, à luz da TEI, refletissem um processo de inovação.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como mencionado na introdução, Economia Solidária será tomada neste trabalho como uma prática a ser problematizada, e não como uma construção teórica que, no caso da amostra de empreendimentos mencionada no capítulo anterior, não apresenta as características do modelo idealizado. Entretanto, este capítulo apresenta o que é esta construção teórica a respeito da Economia Solidária e de suas redes ou arranjos, e esta construção é necessária para que se parta de um entendimento mínimo sobre Economia Solidária.

A Economia Solidária se manifesta através de uma pluralidade de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda, envolvendo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, além de organizações que prestam atividades de suporte, como financiamento, comércio e consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos. Esses empreendimentos assumem formas variadas de organização (cooperativas, associações, grupos não formalizados) e apresentariam características bem marcantes que os distinguem tanto da atividade econômica capitalista tradicional como também da economia informal.

Gaiger (2003) identifica oito características interdependentes que estariam presentes nos empreendimentos de economia solidária: autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; viabilidade; responsabilidade social; e desenvolvimento humano. Assenburg e Ogando (2006) igualmente caracterizam tais empreendimentos pelas mesmas características, substituindo o termo *viabilidade* por *auto-sustentação* e incluindo a *solidariedade*.

Portanto, os grupos de Economia Solidária se pautariam pela gestão coletiva, propriedade comum dos meios de produção, relações de trabalho não hierarquizadas e pela autogestão, que se constituem como um antagonismo às características marcantes da economia capitalista: a separação entre classes de acordo com suas posses, capital ou trabalho; e a heterogestão, sistema no qual um conjunto de normas sociais, legitimadas pelo sistema burocrático, organiza o trabalho coletivo (MOTTA, 1981).

Já em relação à economia informal, a Economia Solidária diferencia-se na medida em que ela se sustenta na reconstrução e resignificação dos laços de solidariedade no tecido social, em oposição à fragmentação provocada pela *sociedade salarial* (CASTEL, 1998) e à crescente exclusão econômica e social provocada pelos processos de reposicionamento do Estado frente à transfiguração do Mercado (COSTA, 2003a), marcada especialmente pela flexibilização produtiva (CARRION, 1998).

A Economia Solidária se situa no espaço da sobrevivência imediata (CABRAL, 2005), aparentemente o mesmo espaço social no qual se encontram as pessoas que (sobre) vivem na informalidade, entretanto

[...] alguns homens e mulheres, na busca da sobrevivência, criaram na periferia do campo social novas formas de ser e estar nesse mundo, novas socializações (CABRAL, 2005, p.30)

Já a economia informal representa uma resposta individual e precária, dada a sua baixa produtividade, baixos rendimentos, condições penosas de trabalho, ausência de proteção social e evasão fiscal (FRANÇA FILHO, 2002a). Portanto, embora a motivação para o empreendimento e as dificuldades enfrentadas sejam semelhantes, é na *qualidade da resposta* encontrada pelos trabalhadores que reside a diferença entre Economia Solidária e economia informal.

Assim, a Economia Solidária diferenciaria-se da economia informal, na medida em que essa última é entendida como um “simulacro precário das práticas mercantis oficiais” (FRANÇA FILHO, 2002a, p.16), caracterizada pela não geração de qualquer tipo de excedente ou acumulação (FAVREAU, 2002), e que no Brasil poderia ser sintetizada nos trabalhos autônomos sem especialização, os populares “bicos” (SOUZA, 2000, p.49).

Para se entender a construção do conceito de Economia Solidária, é preciso um breve histórico a respeito do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil¹⁷, e em especial no Rio Grande do Sul, tanto do ponto de vista da mobilização de diferentes organizações, como também a partir de pesquisas acadêmicas que têm tentado desvendar a sua complexidade.

3.1 Histórico da Economia Solidária no Brasil

O surgimento da Economia Solidária no Brasil, que Singer (2000a) classifica como um ressurgimento de práticas solidárias entre trabalhadores sob o capitalismo, seria resultado de múltiplos apoios vindos de diferentes espaços sociais.

Eid (2002) fala de uma economia alternativa concreta que estaria em gestação desde o final dos anos 1980 no Brasil, articulada com movimentos sociais, e que na década de 1990 começa a receber a atenção de várias investigações científicas. Algumas dessas investigações são brevemente resumidas na próxima seção, com o objetivo de desvendar o conceito de Economia Solidária para o leitor.

A primeira experiência autogestionária dessa época é a da fabricante de fogões Wallig, de Porto Alegre, falida em 1981 e assumida pelos trabalhadores de modo formal em julho de 1984 (SILVA, 1992), na qual a prática da autogestão não levou ao estabelecimento de relações de trabalho imaginadas pelo ideário de igualdade e democracia (HOLZMANN, 2000). Ainda assim, constituiu-se em importante experiência dessa prática no Brasil.

Outro ponto simbólico dessa trajetória está localizado no ano de 1991, quando uma indústria calçadista chamada Makerly, na região de Franca, interior do estado de São Paulo, é assumida por um grupo de ex-funcionários após a sua falência, os quais com o apoio técnico DIEESE (Departamento Intersindical de

¹⁷ Não se optou por uma contextualização internacional da Economia Solidária em razão do caráter regional do campo a ser pesquisado. O leitor que busca um histórico internacional da Economia Solidária pode encontrar bons trabalhos em França Filho e Laville (2004); Fall (2004); Fall, Favreau, Larose (2004); Laville (2004); Favreau et al (2001); Favreau (2003); Vaillancourt e Favreau (2000); Lévesque e Mendell (1999); Defourny, Favreau e Laville (1998).

Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) entidade técnica estreitamente associada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) vão tentar recuperá-la (ANTEAG, s/d).

A consciência das características estruturais da crise dentro da qual acontece essa retomada autogestionária de uma empresa tradicional falida, induz segmentos da Igreja, do Poder Público, de ONGs, e de Fundos e Agências Internacionais a apoiarem iniciativas autônomas de geração de trabalho e renda nesse formato.

Em 1994, trabalhadores de cooperativas populares, impulsionados por lideranças sindicais associadas à CUT, criam a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), cujo objetivo era prestar assessoria técnica e de formação, conforme os princípios da autogestão, a trabalhadores responsáveis pela reestruturação de empresas capitalistas falidas, e cuja direção vêm assumir.

Em 1995, com a participação ativa do Comitê de Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria (COEP) e da Fundação Banco do Brasil, um grupo de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro cria a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) no Brasil.

Em 1997, em resposta à interpelação da direção da CUT a professores e pesquisadores das universidades públicas brasileiras, um grupo de reitores apóia a criação da UNITRABALHO, uma rede de cooperação entre universidades brasileiras e sindicatos de trabalhadores associados à CUT. A responsabilidade da rede será participar ativamente, através da disponibilização e produção conjunta de conhecimento, metodologias, cursos de formação, do processo de reinserção de trabalhadores marginalizados ou na iminência de serem marginalizados (CARRION, 2002).

A participação da Universidade brasileira, na rede UNITRABALHO, que reuniu os pesquisadores interessados em colocar o saber acadêmico a serviço da inclusão social, se consolida com a criação no mesmo ano do Grupo de Trabalho Economia Solidária e autogestionária no âmbito dessa rede.

Em 1998, associam-se às duas ITCP universitárias já existentes (Rio de Janeiro e São Paulo), uma dúzia de outras, espalhadas em diferentes universidades do país. Em comum os membros da Rede Universitária de Cooperativas partilham o desafio de “apoiar o desenvolvimento de cooperativas de produção, empresas de

autogestão e associações de produtores no campo e na cidade criadas como opção de trabalho e renda” (UNITRABALHO, s/d) por trabalhadores marginalizados pela economia capitalista.

Integradas à rede UNITRABALHO, as ITCP se consolidam. Realizam parcerias com os sindicatos de trabalhadores e promovem cursos de formação, elaboram projetos de constituição de novas cooperativas e desenvolvem metodologias de intervenção.

Ainda em 1999, com o apoio financeiro da ICCO¹⁸, a CUT, o DIEESE e a rede de incubadoras da UNITRABALHO, criam a ADS, Agência de Desenvolvimento Solidário, cujo objetivo seria fomentar a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, em empreendimentos de caráter solidário. A ADS dedica-se à educação popular, à pesquisa e criação de metodologias de educação popular e à definição de programas de crédito solidário (TODESCHINI e MAGALHÃES, 2002).

Ao nível das políticas públicas, a Economia Solidária recebe grande impulso a partir da instituição do Programa Estadual de Economia Solidária no Rio Grande do Sul em 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2001), que acaba fomentando outras iniciativas municipais, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre, onde as administrações locais também estavam a cargo do mesmo partido. O conjunto dessas iniciativas, bem como a articulação entre elas, introduz, de modo mais evidente, a figura do Estado como ator afirmativo da Economia Solidária¹⁹. A partir de 2003, com a eleição do governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da república, o movimento da Economia Solidária encontra um campo apropriado para pressionar o Estado para a formulação de políticas públicas em nível nacional. As articulações se iniciaram no Primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em 2001, em Porto Alegre, onde se constitui um Grupo de Trabalho (GT), passou pela primeira plenária nacional de Economia Solidária, em dezembro de 2002 em São Paulo e

¹⁸ Organização de origem holandesa intereclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento, consiste no financiamento de atividades que estimulam e habilitam as pessoas para criar, à sua própria maneira, condições dignas e humanas de vida e habitação.

¹⁹ Na próxima seção o caso do estado do Rio Grande do Sul é explorado com maior detalhamento.

culminou com a apresentação de uma Carta ao Governo Lula construída na terceira edição do FSM em 2003, também em Porto Alegre.

À semelhança da experiência gaúcha, que em 2000 elaborou uma Carta ao governo estadual, e que resultou depois no estabelecimento de uma política pública estadual em 2001, em nível nacional o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), constituído em 2003 durante o III FSM, pressiona o governo Federal e obtém como resultado a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho.

O titular da SENAES desde a sua criação é o economista Paul Singer, fortemente identificado com o movimento e com a teorização da Economia Solidária, indicando assim uma ocupação de espaço no Governo, ou um eco do movimento forçando a articulação de políticas públicas. A primeira ação da SENAES foi um censo sobre os empreendimentos e organizações apoiadoras, o SIES, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que resultou na publicação, em 2006, do Atlas da Economia Solidária no Brasil, com dados de 2005.

3.1.1 Histórico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul

Esta seção procura especificar algumas características quanto ao surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária no Rio Grande do Sul, como forma de propiciar ao leitor a possibilidade de conhecer as suas peculiaridades, que se entende serão importantes para, ao longo do trabalho, se poder avaliar melhor a dinâmica dos empreendimentos e redes estudados nesta tese. É evidente que a história do movimento no Estado não está descolada da história nacional, portanto esta narrativa só faz sentido em diálogo e sintonia com a dimensão nacional apresentada na subseção anterior.

Assenburg e Ogando (2006) mencionam antecedentes históricos remotos de atividade cooperativista no Rio Grande do Sul, especialmente na região das missões jesuíticas, que vigoraram entre 1625 e 1750. Os autores ainda mencionam os (aproximadamente 50) quilombos que se formaram no século XIX, o surgimento do cooperativismo de crédito no século XX e os círculos operários, as frentes agrárias e as comunidades eclesiais de base, todos a partir dos anos 1960/70, como outros

exemplos de iniciativas populares e associativistas que estariam na base da formação de uma cultura solidária de trabalho no estado.

Dentre esses movimentos do final do século XX tem destaque a atuação da Cáritas Brasileira junto aos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que apoiavam pequenas iniciativas coletivas de trabalho em comunidades pobres, onde essas pudessem fazer uma diferença significativa na melhoria da vida das pessoas. Os PACs sempre tiveram um horizonte libertador, ou seja, procuraram desenvolver a autonomia dos sujeitos envolvidos, através de ações participativas como planejamento e tomadas de decisão (BERTUCCI e SILVA, 2003). Com isso, desejava-se não apenas a geração de trabalho e renda onde as condições de vida fossem extremamente precárias, mas ao mesmo tempo se fortalecer as relações comunitárias, resgatar a auto-estima dos envolvidos e promover a sua emancipação política.

A Cáritas, ao acessar fundos internacionais e locais de ajuda comunitária financiava a fundo perdido essas iniciativas, porém as mudanças na orientação dos financiadores internacionais nos anos 1990 fizeram aumentar o foco também na sustentabilidade econômica dos empreendimentos, pois uma devolução parcial dos recursos empregados passou a ser exigida.

Embora fosse uma articulação nacional, presente em doze estados brasileiros, foi no Rio Grande do Sul que os PACs começaram uma aproximação com a Economia Solidária, através de uma articulação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - em 1996. Foi feita uma pesquisa mapeando os empreendimentos então atendidos pela Cáritas, ponto a partir do qual o diálogo com outros movimentos sociais foi se estreitando e as similaridades entre as propostas dos PACs e da Economia Solidária começaram a se evidenciar.

Essas similaridades se inscrevem no conjunto de características já elencadas: foco na autonomia e emancipação dos sujeitos, sem assistencialismo e para além do resgate econômico, enfatizado especialmente pelos processos participativos e pela autogestão dos grupos; e também por uma forte ligação com a promoção de um *desenvolvimento local em outras bases*.

Bertucci e Silva (2003) apontam que desde o começo dos PACs, o entendimento da Cáritas apontava para uma crítica ao modo de desenvolvimento

que tinha levado aquelas pessoas à situação de exclusão, de modo que a proposta focada em autonomia e emancipação levava a se pensar em formas alternativas de desenvolvimento, pois o modelo vigente já tinha sido percebido como intrinsecamente excludente.

Nesse sentido, a sustentabilidade dos grupos passava a ser entendida como não só técnica, econômica e gerencial, mas também política, porque dependia diretamente da participação e da solidariedade das pessoas, e da capacidade de *estabelecer relações com outros grupos*. Tanto que os mecanismos de avaliação dos PACs se dividiam em três dimensões: resultados econômicos, políticos/organizativos e sociais/culturais.

Como apontam Bertucci e Silva (2003), a aproximação dos PACs com a Economia Solidária não foi apenas uma aproximação ideológica, embora esse componente fosse fundamental para que se pudesse estabelecer um diálogo. Tratava-se também de uma possibilidade efetiva de colaboração, de troca de conhecimento e experiências e de comércio e trocas em bases solidárias. Mais do que isso, e falando das iniciativas de Economia Solidária, Bertucci e Silva (2003, p.69) apontam que “o que pode lhes dar maior consistência é a sua coesão no campo dos movimentos populares”.

Uma experiência relevante e que surge dentro do contexto dos PACs no Rio Grande do Sul é da Coopertiva COOESPERANÇA, de Santa Maria. Icaza e Freitas (2006) narram a trajetória dessa iniciativa, que depois de vinte e cinco anos de altos e baixos envolviam, no momento da publicação, cerca de 4000 famílias que totalizam aproximadamente 16000 pessoas organizadas em 220 diferentes grupos de comercialização em 30 municípios da região central do estado.

O hoje chamado projeto Esperança/Coesperança tem seus antecedentes também ligados à Cáritas Brasileira na região, especialmente na figura de Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria desde os anos 1980 e recentemente falecido. A história do projeto sofreu muitas oscilações, e Icaza e Freitas (2006) identificam cinco grandes períodos em que estaria dividida essa trajetória.

O primeiro desses períodos teria sido entre 1982 e 1987, marcado pelos intensos debates entre atores locais, especialmente a Cáritas e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no diálogo com movimentos sociais e grupos

atendidos pelos PACs locais. O segundo período inaugura-se em 1987 com a consolidação formal da COOESPERANÇA, uma cooperativa que tratava de comprar a produção agrícola dos seus associados e revendê-la na cidade. Como toda cooperativa, enfrentou problemas de gestão e de sustentação econômica e acabou fechando.

Em 1992 se reativa um prédio chamado Terminal De Comercialização Direta, que havia sido construído em 1989 com recursos de organismos internacionais, inaugurando a terceira fase do projeto. Nessa retomada dos ideais do projeto original, se optou por mudar o modelo de comercialização, oportunizando a venda direta ao consumidor pelos produtores e evitando-se uma burocratização e perda de controle financeiro pelos associados, o que também fortaleceria a participação direta e a autogestão. Dentro desse período, em 1994, inicia-se o Feirão Ecológico e se realiza a primeira feira do chamado Cooperativismo Alternativo²⁰.

Em 1999 inaugura-se a quarta fase do projeto, já sob a bandeira da Economia Popular Solidária e com impulso do poder público estadual, que começava a delinear uma política pública de Economia Solidária no Estado, que será detalhada logo a seguir. Entre as iniciativas do governo estadual, e depois do governo municipal do mesmo partido, a partir de 2001, pode-se destacar a realização de cursos de capacitação, o apoio ao desenvolvimento de dois selos para rotulagem de produtos da economia solidária e a construção de um segundo prédio junto ao Terminal de Comercialização Direta, ampliando o espaço de comercialização dos empreendimentos.

Com um convênio feito com a ANTEAG para desenvolvimento de ações no campo da Economia Solidária, a cidade de Santa Maria também recebeu um escritório desse órgão, aproximando técnicos e gerando debates e outras atividades de formação de maior alcance para as pessoas da região. Por fim, e como decorrência desse forte impulso trazido pelas políticas públicas²¹, Icaza e Freitas

²⁰ Por cooperativismo alternativo se entendia, dentro dos debates da Cáritas, uma retomada dos valores autênticos do cooperativismo, que estavam, no entendimento dos envolvidos nessa discussão, deturpados pela lógica da legislação cooperativista brasileira criada em 1971 dentro de moldes autoritários e desenvolvimentistas. (BERTUCCI e SILVA, 2003; ICAZA e FREITAS, 2006).

²¹ Um depoimento da Irmã Lourdes Dill, uma das protagonistas do projeto espelha, entretanto, o caráter dúbio e delicado das políticas públicas de apoio à Economia Solidária: "...o governo assumia o protagonismo da economia solidária, apropriando-se, de certa forma, de um trabalho já realizado há

(2006) identificam uma quinta e última etapa dessa história do projeto Esperança, marcado pelo projeto Teia, que se constitui na verdade em uma rede de comercialização que foi se espalhando a partir de Santa Maria para cerca de 30 municípios da região. Esses espaços de comercialização se constituem em Feiras permanentes e esporádicas e mais cinco pontos fixos.

A trajetória desse projeto, que atualmente possui mecanismos de gestão colegiada e que se apresenta como uma rede de empreendimentos e pessoas é emblemática tanto dos êxitos como das dificuldades da Economia Solidária, e demonstra também a importância das políticas públicas nesse contexto.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro em ter uma política pública estadual de Economia Solidária no Brasil. Leboutte (2003) identifica que a política estadual de Economia Solidária que vigorou até 2002 no estado do Rio Grande do Sul amadurecia práticas que vinham sendo desenvolvidas em diversas gestões municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente a de Porto Alegre, desde 1989.

Barros e Silva (2005) apontam que várias práticas de apoio a atividades de geração de trabalho e renda em bases solidárias eram desenvolvidas na gestão de Porto Alegre, mas que apenas em 1997 se formalizou uma Supervisão de Economia Popular e Solidária (SEP) dentro da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Tal Supervisão articula com outros órgãos e secretarias de governo programas e projetos ligados ao campo da Economia Solidária.

Dentre os projetos se destacam o Etiqueta Popular, voltado a abrir três espaços de comercialização para artesãos e associações cadastrados, com a intenção de melhorar os canais de comercialização e dar visibilidade e credibilidade junto a um número maior de consumidores.

Outro projeto é o de Incubadoras Populares, no qual a prefeitura tinha uma incubadora própria, com espaço físico e gerenciamento feito com a infra-estrutura pública, e mais sete outras incubadoras em parcerias com centros comunitários, escolas e organizações sociais, todas voltadas ao apoio de pequenos empreendimentos de Economia Solidária.

muito tempo. Lendo os relatórios, parecia que a economia solidária surgiu com a ação do governo do estado..." (in ICAZA e FREITAS, 2006, p.62)

Há ainda o projeto convívio, que abre espaços de comercialização em feiras e pontos da cidade; o PETC – Projeto para Educação, Trabalho e Cidadania – em parceria , com outros órgão públicos; e o Projeto Reciclar, envolvendo ações de apoio às Unidades de Triagem de resíduos sólidos²² e aos grupos de trabalhadores que se desenvolvem para trabalhar nesses locais sob a lógica da Economia Solidária.

A esses projetos, soma-se uma intensa articulação e participação em debates nas instâncias locais de diálogo da Economia Solidária, como os fóruns municipal e metropolitano, o Conselho Estadual de Economia Solidária e também os espaços do Orçamento Participativo Municipal, além de outros órgãos e secretarias de governo.

Partindo-se de acúmulos como esse, a Economia Solidária ganha espaço nos debates econômicos na gestão estadual do PT (1999-2002) e na edição do documento Estratégia de Desenvolvimento Econômico, em julho de 2000, se lançaram as bases do que seria o programa estadual de Economia Solidária.

Mas as discussões no âmbito do governo estadual iniciaram-se antes disso. Em dezembro de 1999 foi celebrado convênio com a ANTEAG e universidades regionais para disponibilizar técnicos que atendessem aos empreendimentos, assim como com a EMATER, para aspectos técnicos no meio rural. Ou seja, o programa também teve uma articulação forte e intensa com outros atores sociais relevantes do campo da EPS.

O Decreto 41062, 21/09/2001 instituiu o Programa Estadual de EPS, com os seguintes eixos: 1) formação e educação em autogestão; 2) capacitação do processo produtivo; 3) apoio à comercialização; 4) marco legal; 5) financiamento. O programa foi resultado de discussões ao longo de 2000, envolvendo a ANTEAG, os monitores, e os trabalhadores dos grupos que estavam sendo atendidos, além de ONGs, Universidades e outros atores ligados ao movimento. Dos encontros emergiu uma CARTA endereçada ao governador solicitando a Política. O GT de Economia

²² Para se conhecer mais sobre o processo de trabalho na reciclagem em Porto Alegre e sua relação (tensa) com a Economia Solidária, recomenda-se a leitura de CARRION e LOPES (2004), HELLWIG (2004), ANDERSSON (2005) e FORTES (2006), todos trabalhos de extensa pesquisa de campo desenvolvidos no âmbito do NIPETS/PPGA/UFRGS, tendo como objeto a rede de reciclagem na cidade.

Solidária, formado no I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001, também pressionou o governo pela institucionalização da política.

O Programa reconhecia e qualificava a matriz cooperativista que já existia no estado. A sua base conceitual era a autogestão, e houve uma preparação da metodologia, ou adaptação, entre a ANTEAG e a Escola de Trabalhadores 8 de Março²³, que resultou na concepção final para acompanhamento dos grupos. O IBASE²⁴ fez uma pesquisa comportamental com os trabalhadores e trabalhadoras dos grupos. O DIEESE²⁵ elaborou uma metodologia para falar sobre as cadeias produtivas onde se inseriam os grupos.

Havia outros programas econômicos e sociais no governo alinhados a uma chamada *inversão de prioridades*, como os programas Redes de Cooperação, Primeiro Emprego, Família Cidadã, e outros. Ou seja, a EPS surge, como política pública, articulada com outros programas de inclusão econômica e social. Também nasce de demandas originárias do Orçamento Participativo Estadual, reforçando essa ligação com políticas públicas mais amplas e costurando alianças entre as diferentes secretarias do governo. Segundo Leboutte (2005), houve resistências internas naturais no próprio governo, mas que, segundo o autor, foram resolvidas com diálogo e persistência.

Na opinião do autor, faltou tempo e recursos financeiros para o fortalecimento do programa e dos grupos. Mas as sementes teriam sido plantadas e as Feiras de Economia Solidária, além da permanência de outras conquistas, como o caso do projeto Esperança, mencionado anteriormente, mostram um pouco disso. Leboutte (2005) ressalta por fim o ineditismo da proposta e a sua pluralidade de idéias e de vozes, o que caracterizaria esse programa como uma política pública inovadora.

²³ Organização sem fins lucrativos mantida pelo Sindicato dos Trabalhadores Sapateiros de Novo Hamburgo, RS, cidade distante 40 km de Porto Alegre. A Escola já tinha uma forte tradição de apoio a grupos de trabalhadores afetados pelo desemprego na indústria calçadista do Vale dos Sinos (região responsável por 40% da produção brasileira de calçados e 80% das exportações, segundo a ABICALÇADOS), e a partir do final dos anos 1990 também começa a atuar na perspectiva da Economia Solidária como alternativa de trabalho e renda. Atualmente apóia grupos com elaboração de projetos, faz uma espécie de Incubação informal desses grupos e participa ativamente dos fóruns de EPS.

²⁴ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, fundado em 1981.

²⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, fundado em 1955 e mantido pelo movimento sindical do Brasil.

3.2 Pesquisas acadêmicas em Economia Solidária

A teorização em torno da Economia Solidária no Brasil ainda é relativamente recente, fruto de extensas pesquisas de campo. Ainda matizada ideologicamente, é apresentada como ação organizada e deliberada da classe trabalhadora em busca de novas formas de organização do trabalho que estejam mais sintonizadas com os valores que lhe seriam intrínsecos, como a solidariedade (SINGER, 2000a, 2003).

A Economia Solidária tem no grave quadro de exclusão econômica, política, social e cultural, vivida nas últimas décadas do século XX, de fato, o principal fator de união das pessoas em torno das suas proposições de resgate em todas essas dimensões (COSTA, 2003a). Entretanto essa simples busca de uma fonte alternativa de geração de trabalho e renda não é suficiente para explicar o seu surgimento ou mesmo o seu crescimento no Brasil.

Para França Filho (2002b) as atividades econômicas representariam um meio através do qual estaria se buscando a realização de objetivos sociais, ou seja, elas seriam uma forma de luta política da sociedade pelo estabelecimento de uma nova relação com a economia. O debate, portanto, seria em torno de um projeto político de sociedade ao qual as decisões econômicas deveriam ser subordinadas, contexto no qual a Economia Solidária assumiria o caráter de uma política pública (FRANÇA FILHO, 2002a).

Laville (2002) aponta a Economia Solidária como um *fato associativo*, composto por uma dimensão econômica, uma social e uma política. A articulação dessas dimensões seria permanente e elas estariam fortemente imbricadas, de modo que não se pode tratar nada desse fenômeno sem considerar a todas elas simultaneamente. Como fenômeno complexo, na economia solidária “[...] os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, trata-se de membros de famílias ou de comunidades (local, étnica, profissional...). Trata-se igualmente de cidadãos na esfera política” (LAVILLE, 2002, p.29).

Essa confusão de papéis a que se prestaria a economia solidária - uma forma de luta política ou a solução imediata de um constrangimento econômico - revela, na verdade, um fenômeno complexo que estaria buscando a sua lógica singular de organização e atuação (GAIGER et al., 1999). A dúvida, no entanto, permanece.

Tiriba (2000, p.224), pergunta: “Para os trabalhadores associados, em que medida as iniciativas de geração de trabalho e renda se configuram como algo ‘alternativo’? Alternativo à lógica do capital, ou um refúgio ante a crise do emprego?”.

Essa questão parece permanecer em aberto. Mas pesquisas empíricas revelam que, entre as condições que parecem mais contribuir para o desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária, figuram a

[...] formação de um cenário político e ideológico que reconheça como relevante essas demandas sociais e as alternativas que apontam e a mediação de organismos representativos ou de apoio, capazes de canalizar a demanda social para alternativas associativas (GAIGER, 2003, p.137).

No novo cenário social no qual se inserem as iniciativas de Economia Solidária, esse espaço público de atuação não poderia, nessa corrente de pensamento, ser reclamado com exclusividade pelo Estado, mas também por organismos representativos da sociedade civil que reconheçam as formas associativas de trabalho como alternativas à dificuldade de geração de trabalho e renda. Mesmo o cenário político e ideológico favorável a essas iniciativas não poderia ser visto como uma responsabilidade exclusiva do Estado, primeiro porque ele representa, ou deveria representar, o posicionamento político e ideológico da sociedade e, em segundo lugar, porque o reconhecimento político dessas iniciativas passa também pelo seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade e dos demais atores com quem irá interagir no seu processo de formação e desenvolvimento.

Mesmo com essa nova configuração política da sociedade, o papel do poder público ainda exerce forte influência sobre a instituição e a dinamização das políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda (COSTA, 2003b). Para evitar o que Kliksberg (1998) chamou de movimento pendular entre *estado totalitário* e *estado mínimo*, o Estado deveria criar uma inter-relação entre os planos econômico e social, mobilizando as complementaridades dessas duas dimensões.

Como um fenômeno complexo, ou como um fato associativo, a Economia Solidária exibiria atributos que lhe credenciaríamos como uma forma de política pública que consegue mobilizar ao mesmo tempo as dimensões econômica e social dos grupos onde se desenvolve (CARRION e COSTA, 2003). Na dimensão econômica, as iniciativas de Economia Solidária apresentar-se-iam como uma alternativa de geração de trabalho e renda para um grande conjunto de pessoas que estão fora

daquele núcleo qualificado do novo capitalismo, e que dificilmente vão encontrar caminho de volta para esse mercado (GAIGER et alli, 1999; GAIGER, 2003; SINGER, 2000; TIRIBA, 2000; CARRION, 2002). Na dimensão social, a Economia Solidária mostrar-se-ia capaz de, não sem conflitos, e não adotando falsos consensos, mobilizar laços de cooperação e de solidariedade que de fato não estão presentes nas relações assalariadas típicas do capitalismo. Gaiger (2003) lembra que o que ele chama de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) “adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas” (GAIGER, 2003, p.136).

Diversas pesquisas empíricas (CAMP, 2002, CARRION, 2002; GAIGER, 2000; NAKANO, 2000; POCHMANN, 2002; SOUZA, 2000b; TIRIBA, 2000) apontam outras dimensões não econômicas que caracterizariam a Economia Solidária como um fenômeno social mais amplo, no seio do qual estariam presentes relações substantivas entre seus membros, que diferem das relações de trabalho presentes nas organizações capitalistas.

Todeschini e Magalhães (2002) assumem a Economia Solidária como o conjunto das novas formas de organização do trabalho e da produção, como as cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares.

O empreendimento de Economia Solidária, ou a Empresa Solidária, portanto, seria uma iniciativa de geração de trabalho e renda centrada no trabalho, e não no capital, com o estabelecimento de relações substantivas entre seus membros, e que inspiraria novas formas de participação social, econômica e política. Essa caracterização demanda a definição de uma racionalidade que seria própria da Economia Solidária (GAIGER, 2000), e algumas buscas já estão sendo empreendidas para tentar entender essa lógica particular, no entanto apontando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para desvendar essa lógica em toda a sua complexidade (COSTA, 2003b).

3.3 Arranjos produtivos de Economia Solidária

Na literatura econômica, fala-se sobre os arranjos produtivos como estratégia para a inovação e para a competitividade das firmas, calcado sobre um modelo de desenvolvimento cuja ênfase é o crescimento econômico, discussão que será aprofundada no capítulo seguinte. Por ora, se resumem rapidamente alguns conceitos para que se possa pensar como deveria funcionar um arranjo ou rede de Economia Solidária, uma vez que o objeto da pesquisa desta tese é uma rede.

3.3.1 Inovação sistêmica nos arranjos produtivos: aprendizagem e cooperação em redes

Durante os trinta anos após a II Guerra Mundial, o crescimento econômico, lastreado pelos processos de inovação empresarial, foi sustentado também pela mão visível dos mercados regulados²⁶. Esse modelo, entretanto, sofre metamorfoses significativas a partir dos anos 1970, especialmente pelo esgotamento do modelo *fordista* de regulação econômica e social, com os seus pressupostos de crescente produção e consumo.

O acirramento da competitividade e o afastamento gradual do Estado como regulador da economia, preconizado pelas políticas chamadas neoliberais dos anos 1980²⁷, levam as organizações a rever as suas estratégias competitivas de inovação, fazendo crescer as alianças e parcerias que tornassem mais robustas as suas capacidades inovadoras. Assim, a questão da cooperação emerge como tema de estudo na teoria econômica.

A idéia de um arranjo do tipo Economia Solidária é que ele contribuiria para um padrão de desenvolvimento local política e coletivamente construído, e que a melhoria de vida que ele poderia proporcionar não é centrada unicamente na questão econômica. Portanto, as inovações, cuja presença deveriam ser verificadas em um arranjo dessa natureza, não seriam ligadas unicamente ao seu aperfeiçoamento econômico-financeiro.

²⁶ Por mercados regulados entende-se tanto os Estados capitalistas centrados no “*Welfare State*” como os Estados socialistas de economia centralizada e planificada.

²⁷ Conforme MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo, SENAC, 2001. (Ponto futuro: 6)

Pensando-se nesta concepção de arranjo produtivo, surge a questão: como se poderia imaginar um arranjo produtivo solidário?

Entre as condições que parecem mais contribuir para o desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária, figuram a “formação de um cenário político e ideológico que reconheça como relevante essas demandas sociais e as alternativas que apontam” e “a mediação de organismos representativos ou de apoio, capazes de canalizar a demanda social para alternativas associativas” (GAIGER, 2003, p. 137).

Um arranjo produtivo do tipo Economia Solidária, portanto, pressuporia que, primeiramente, ele não se compusesse unicamente de empreendimentos solidários (ou empresas solidárias), mas que envolvesse a participação do Estado, via políticas públicas, de organizações sociais apoiadoras, como Organizações não governamentais, Sindicatos e Igrejas e da própria Universidade, entre outros. Esta posição é corroborada pela afirmação de França Filho e Laville (2004, p.50):

Importa ressaltar que, além das próprias ações diretamente empreendidas pelos grupos, o universo da economia solidária conta com uma série de entidades que atuam como organizações de apoio e fomento ao desenvolvimento das iniciativas.

A reunião desses diferentes atores sociais estaria mostrando uma preocupação com a construção de alternativas econômicas ao modelo dominante do capitalismo neoliberal, ou com o que Santos e Rodriguez (2002) chamam de um modelo contra-hegemônico de organização social²⁸.

Essa forma de organização ou arranjo impõe a reflexão a partir de categorias como território e capital social, que são abordados na seção 4.4, em que se problematiza a questão do DESENVOLVIMENTO. Por ora, interessa seguir no processo de aprofundamento sobre as configurações conceituais dos arranjos ou redes solidárias.

Gaiger (2004) assinala oito princípios que estariam presentes nos empreendimentos de Economia Solidária: a) autogestão; b) democracia; c)

²⁸ A expressão *contra-hegemônica* suscita uma discussão que é retomada ao final da tese, na seção 6.4, e que, justamente, problematiza qual o papel das Inovações em Economia Solidária para o desenvolvimento.

participação; d) igualitarismo; e) cooperação; f) auto-sustentação; g) desenvolvimento humano; h) responsabilidade Social.

Singer (2004) menciona explicitamente o termo *arranjos solidários*: seriam aqueles onde existe cooperação: i) entre as firmas; ii) entre trabalhadores e patrões, quando estes existirem; iii) entre a rede e outros segmentos públicos e privados, associações, outras entidades. Seriam “comunidades de empreendimentos e de trabalhadores unidos pela solidariedade e pela confiança mútua” (idem, p.20)

Ora, vários dos valores acima citados mobilizam em torno de si muitas ideologias políticas, econômicas e religiosas. Entre essas aspirações estão a preocupação com a igualdade e com a dignidade humanas e a busca de modelos econômicos fora do capitalismo, e que fazem convergir para a Economia Solidária uma série de pessoas e organizações que têm perseguido esses objetivos em outras formas de luta, e que se encontram agora na condição de *apoiadores* da Economia Solidária.

Entre tais apoiadores, pode-se identificar partidos de esquerda identificados com o marxismo político, alguns setores das Igrejas cristãs, sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais e movimentos sociais que lutam contra o que genericamente chamam de *exclusão social* e alguns setores críticos do meio acadêmico, muitos deles apontados nas seções iniciais deste capítulo, que reviram o processo de consolidação histórica da Economia Solidária no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Um exemplo da aproximação da Economia Solidária, por parte de atores sociais historicamente ligados a lutas e movimentos sociais, pode ser ilustrado como caso do movimento sindical. A CUT, através de uma agência específica voltada para o apoio à Economia Solidária, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), firmou em 2002 um convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para estruturar um Programa nacional chamado de Complexos Cooperativos. O objetivo do projeto era de promover a formação de redes de empreendimentos por setores econômicos e por regiões²⁹.

²⁹ O pesquisador teve oportunidade de acompanhar, em um primeiro momento, o programa de dentro da ADS, participando de um processo seletivo para coordenação local do projeto. Não foi possível

No Rio Grande do Sul, foram apoiados os setores metalúrgicos e têxtil, em um primeiro momento, e no final de 2003 foi incluído o setor de triagem de resíduos sólidos. O programa consistia em apoio específico a empreendimentos de Economia Solidária, através de programas definidos de capacitação, e executados por técnicos da ADS, paralelamente à prestação de assessoria em gestão administrativa por consultores do SEBRAE. Os quatro empreendimentos de metalurgia pesquisados nesta tese compunham o chamado Complexo Cooperativo metalúrgico deste programa.

A concepção subjacente ao programa era de capacitação dentro dos empreendimentos e de estímulo a relacionamentos de trocas entre eles (com reuniões periódicas, troca de experiências, encaminhamento de demandas comuns em termos de políticas públicas e de outras formas de apoio para o conjunto dos empreendimentos), o que poderia potencializar o desenvolvimento da Economia Solidária como um *setor econômico*. O modelo de organização sistêmica dos complexos cooperativos era o dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que serão detalhados no capítulo que trata da Inovação dentro da teoria econômica.

Enquanto a aspiração da ADS nitidamente era de promover um *ganho de escala* para a Economia Solidária, a expectativa do SEBRAE era de colocar em prática alguns conceitos de arranjo produtivo sobre o qual o órgão se debruçava naquele momento, depois de ter apoiado muitos estudos dentro do grupo RedeSist³⁰, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um programa dessa envergadura, que funcionou até o final de 2005 e envolveu uma soma expressiva de recursos financeiros de um órgão paraestatal (o financiamento foi quase integralmente bancado pelo SEBRAE), pode indicar que a questão de arranjos produtivos pode interessar, também a atores sociais que, não necessariamente, vinculam-se àquela matriz de valores anteriormente apontada como características da Economia Solidária.

assumir essa função porque ela exigia um número grande de atividades de capacitação e formação fora de Porto Alegre, que conflitava com as atividades acadêmicas e docentes do pesquisador. Em um segundo momento, foi possível acompanhar o programa a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pois um programa de extensão de Residência Solidária (CARRION, VALENTIM e HELLWIG, 2006), explicado no capítulo anterior.

³⁰ Ver detalhes e textos disponíveis em <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>

Talvez por causa do que Boff (2001) identificou como uma desigualdade insustentável haveria indícios de que tem despertado ou crescido em outros atores sociais - que não aqueles historicamente comprometidos com esse tipo de crítica e posicionamento – uma sensibilidade para com as desigualdades sociais que se evidenciam e são estampadas ostensivamente na condição a que chegaram os trabalhadores da Economia Solidária. Como explicado anteriormente, e tomando por base diversas pesquisas empíricas no Brasil, a origem desses trabalhadores e trabalhadoras é muito humilde e eles/elas entraram nessas atividades, na grande maioria dos casos, por absoluta falta de outras alternativas de geração de trabalho e renda.

França Filho e Laville (2004) também interpretam esse quadro de exclusão no sentido da perplexidade que causa ao conjunto da sociedade:

É importante frisar que um tal quadro explicita não apenas a questão da agravação da situação de pobreza existente na sociedade, mas também leva um contingente cada vez maior de pessoas e instituições a interrogarem os padrões de valores subjacentes ao atual modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e na lógica exclusiva do mercado [...] (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.59),

Na análise do surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, os autores constataam ainda que

Nunca antes na história da sociedade brasileira assistiu-se a um apelo tão amplo em torno dessa preocupação. O que antes constituía um campo específico de ação dos movimentos sociais (mais engajados e à esquerda no espectro político), hoje tende a ampliar-se, ensejando uma grande diversidade de práticas, não apenas no ponto de vista da forma assumida pelas organizações, quanto em relação ao próprio conteúdo dessa ação (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.60).

Um arranjo econômico do tipo Economia Solidária supostamente conseguiria abrigar todos esses valores. Estaria, portanto, em um estágio ou nível anterior à construção de uma utopia do melhor dos mundos. Um arranjo dessa natureza se proporia a promover uma garantia de condições mínimas, abaixo das quais o que está ausente é a dignidade humana. É evidente que o alcance de condições mínimas de vida digna reforça e reanima as características ideológicas da Economia Solidária, e que lhe parecem ser intrínsecas, imanentes. Não está sendo advogada a sua neutralidade ideológica, mas sim a sua capacidade de abrigar diferentes apoios, de diferentes setores sociais, justamente por conta dessa matriz de valores que nela se manifesta.

Pensado em uma conformação análoga aos arranjos produtivos tradicionais, os *arranjos solidários* apresentariam, assim, duas características básicas: (i) manifestariam uma ideologia voltada a mudanças sociais substantivas, sem ficar reduzido a ela; e (ii) envolveriam atores que não são unicamente agentes econômicos, mas também atores sociais, exatamente porque não se resumem a uma bandeira de lutas. Sendo assim, estariam servindo como espaço de discussão e reorganização social a partir de uma discussão, antes de mais nada, política.

3.4 A governança nas redes de Economia Solidária

Uma outra ordem de dificuldade é de orquestração de todo o conjunto de organizações envolvidas no apoio à Economia Solidária. Carrion e Lopes (2004) relatam as falhas de governança em torno de um projeto de vital importância para o setor da reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre, que custou a perda de um recurso a fundo perdido de que dispunha a prefeitura local para a sua consecução. A experiência retrata não só conflitos entre os treze galpões de triagem oficialmente reconhecidos pela prefeitura, mas também destes com o próprio poder público, com ONGs apoiadoras e até com Universidade.

O desafio de *governança* dessa constelação de atores que caracteriza a Economia Solidária parece ser o grande desafio à gestão dos arranjos ou redes solidárias. A seguir é feita uma revisão rápida do termo Governança, com a intenção de que sirva de suporte teórico para avaliar as relações na rede pesquisada.

3.4.1 O termo governança

Milani e Solinís (2002) identificam que o termo governança surgiu ligado à *teoria da firma*, designando coordenações internas e externas que visavam à redução de custos de transação. As reestruturações empresariais criadas como resposta ao declínio do sistema *fordista* de regulação teriam minado as relações hierarquizadas, substituindo-as por articulações de rede, contexto no qual emerge a designação de governança como regulação das relações que se estabelecem nessas redes de empresas.

O estudo de Fleury e Fleury (2000) sobre a conformação das redes empresariais no Brasil ilustra essa concepção de *governance* como uma estrutura de comando em que uma ou mais firmas coordenam e controlam uma rede de empresas articuladas entre si. Bem entendido que essa forma de arranjo organizacional não suprime as relações hierárquicas que, de acordo com o modelo de organização *fordista* verticalizada, aconteciam dentro de uma única firma, e passam, nesse modelo, a serem relações pautadas pelas posições de cada firma na cadeia, que por sua vez são determinadas pelo conjunto de competências que cada uma domina.

Ou seja, tal idéia de *governance* não implica, necessariamente, numa igualdade de relações e acesso a recursos pelas firmas dentro da rede. Pelo contrário, é um formato de regulação interorganizacional em que há assimetrias entre os atores envolvidos. Essa assimetria de poder também aparece em outros estudos sobre redes de empresas no Brasil (CARLEIAL, 2001) e fora dele (YOGEL, NOVICK e MARIN, 2001).

Ainda na esfera organizacional, mais recentemente o termo governança (ou *governança corporativa*) tem sido usado para designar práticas de transparência da gestão que se alinham a políticas de responsabilidade social empresarial. Tais práticas envolvem o relacionamento da organização com os seus diferentes públicos ou *stakeholders*, como os acionistas e investidores, a comunidade, os empregados, etc. Neste sentido, a governança diz respeito a estratégias de comunicação com os seus públicos, e, em alguns casos, à ampliação da participação de terceiros na gestão privada, como no caso da profissionalização parcial de alguns conselhos de administração de empresas.

Já na esfera pública, tem sido o usado o termo “boa governança” para designar práticas de organização social, desde a sua adoção pelo Banco Mundial nos anos 1980, nas discussões sobre desenvolvimento e combate à pobreza. Para Bandeira (2000, p.40), que traduz o vocábulo *governance* por governância, esta

[...] abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório.

Tal concepção de governança é produzida na esteira de uma ampliação da participação da sociedade nas decisões de assuntos de interesse público, mas também sobre um discurso neoliberal de esvaziamento e enfraquecimento do Estado como gestor de políticas públicas.

O uso do termo governança no âmbito das concepções de desenvolvimento do Banco Mundial refere-se, tão somente, à administração da organização social naqueles aspectos em que a auto-regulação dos mercados não alcança a todos – justamente por estarem fora do mercado, no caso de extrema pobreza – e que o Estado não se mostra capaz de sanar. Ou seja, a sociedade, numa espécie de auto-organização alheia ao Estado ineficiente e corrupto, se mobilizaria para continuar se reproduzindo.

Os relatórios temáticos do banco Mundial da década de 2000, consagrados à análise da pobreza (2001) ou da sustentabilidade (2003) evidenciam estratégias de desenvolvimento focadas, por um lado, no crescimento econômico, gerador de oportunidades via mercado; e, por outro lado, nas estratégias de governança que signifiquem um avanço na organização social para a busca de melhoria naqueles aspectos que estão fora das relações de mercado e que são objeto de políticas públicas.

Ou seja, esse conceito de governança é encontrado “[...] frequentemente possuindo uma dimensão normativa e prescritiva [...] perfeitamente complementar à regulação pelo mercado global” (ARTURI e OLIVEIRA, 2002, p.21). Tal questão é retomada com maior profundidade no próximo capítulo, onde se discute sobre diferentes concepções de desenvolvimento.

Coronado (2002, p.94) fala de governança com duas acepções, a primeira tradicional, ligada à eficácia administrativa, que, transposta para o campo da gestão pública, implica em avaliação gerencial das políticas públicas e dos seus resultados. A segunda acepção “[...] incorpora o tema da participação cidadã, da chamada sociedade civil, das redes de interesse estratégico agrupadas em instituições ou em fluxos organizacionais que apenas prefiguram instituições, como é o caso das organizações não governamentais”. Enquanto a *governance* tradicional é estadocêntrica e pragmática, ou seja, vê o Estado como organização planejadora e implementadora das políticas públicas, baseado em um conhecimento gerencial que ele monopoliza, a segunda vertente

(...) finca sua hipótese sobre o papel democrático ou democratizador que exerce o governo nos assuntos públicos, entendido como mediação de relações entre o Estado e a sociedade, através de instituições, mas também mediante a articulação do poder em rede ou fluxos sociais que apenas prefiguram instituições, ou que nem sequer pretendem se institucionalizar. Por isso, a ênfase metodológica se situa na participação cívica, na construção da cidadania a partir de diversos âmbitos que transitam da escala global à local (...) (CORONADO, 2002, p.96.)

Arturi e Oliveira (2002, p.14) falam também em

(...) ampliar a conceituação de governança, até aqui quase que exclusivamente circunscrita ao planejamento e gestão do desenvolvimento econômico, vinculando-a ao desenvolvimento social e à participação democrática de todos os envolvidos nas decisões.

Santos Jr. et al (2004, p.19) sustentam que:

O uso da noção de governança nos parece útil para problematizar as dificuldades e desafios colocados à construção de arranjos institucionais da interação entre governo e sociedade que respondam às mudanças sociais e econômicas em curso em nossa sociedade, cujo traço principal é a necessidade de coordenação entre governo, mercado e sociedade, mas ao mesmo tempo garantem a concretização da democratização dos processos decisórios. Nesta perspectiva, denominamos governança democrática os padrões de interação entre as instituições governamentais, agentes de mercado e atores sociais que realizam a coordenação e, simultaneamente, promovem ações de inclusão social e asseguram e ampliam a mais ampla participação social nos processos decisórios em matéria de políticas públicas.

Gohn (2004, p.64) situa a governança na discussão sobre a ampliação do que ela chama de *esfera pública*, sustentando que:

[...] governança local é um conceito híbrido que busca articular elementos do governo local com os de poder local. Ele se refere a um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio do envolvimento de um conjunto de organizações públicas (estatais e não-estatais) e organizações privadas. [...] A governança local diz respeito ao universo das parcerias, a gestão compartilhada entre diferentes agentes e atores, tanto da sociedade civil como da sociedade política.

Kazanczacigil (2002, p.53) fala de limites tênues entre o que está dentro ou fora do Estado, acrescentando que

[...] *governance* é caracterizado pelo envolvimento no processo de fazer política, das autoridades estatais e locais, bem como o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil, como as ONGs e os movimentos populares.

A governança não é, então, uma panacéia, uma receita pronta para todos os males sociais. “O conceito mesmo de governança deve estar impregnado de historicidade e referido a contextos sociais e culturais específicos” (ARTURI E

OLIVEIRA, 2002, p.15), ou seja, não existe uma única fórmula de governança para todos os tempos e lugares.

A governança se inscreve também na discussão da democracia participativa, que exige uma “comunidade cívica” (PUTNAM, 2000) ou um “envolvimento cívico” (HERMET, 2002), mais do que uma democracia representativa, formal ou de procedimentos. A retomada democrática da América latina, por exemplo, não trouxe ganhos em termos de maior envolvimento cívico (HERMET, 2002). Aqui se repete uma fórmula em que primeiro se formaliza uma norma e depois se estabelece (ou não?) as práticas na sociedade. As instituições não seriam, desse modo, uma emanção da sociedade, mas de uma elite política influente e que legisla. O Estado deveria, portanto, se constituir num espaço para a institucionalização das práticas sociais democraticamente estabelecidas através de um processo histórico.

A discussão sobre governança e democracia exige alguns cuidados. Um deles é que não se trata de uma substituição do Estado. Trata-se de incitar o Estado a ser Estado (HERMET, 2002). Há muitas armadilhas em se pensar que o terceiro setor, a comunidade ou a sociedade civil podem fazer melhor o que o Estado está fazendo mal. Cobrar do governo pela prestação de serviços públicos é tentar estabelecer uma relação clientelista de compra e venda de serviços, o que é uma prática de mercado. O que a cidadania exige é a sua influência nas políticas públicas, algo mais abrangente e menos individualista do que um pedido pessoal – ou coletivo – em benefício próprio.

Gohn (2004, p.58) argumenta que, na discussão de governança e democracia,

[...] o princípio que orienta a participação passa a ser ético, ligado à idéia dos direitos sociopolíticos dos cidadãos. A participação passa a ser concebida como intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública.

Este cuidado é necessário porque os estados nacionais já estão bastante enfraquecidos (FORJAZ, 2000; KAZANCZACIGIL, 2002). Para KAZANCZACIGIL (2002) esse enfraquecimento acelera-se nos anos 1990 com a radicalização do

neoliberalismo, materializado no consenso de Washington³¹. Não se trata, igualmente, de fazer política sem políticos, pois essas assunções todas trariam danos institucionais irreparáveis.

Um segundo cuidado é que também não se fala da construção de consensos sem conflitos, mas de colocar em discussão o que se quer decidir. O conflito é legítimo no regime democrático, e sinaliza a presença da diversidade e do respeito mútuo. A governança, desse modo, não pode ser tomada como uma estratégia para evitar dissensos, mas deve ser encarada como um mecanismo através do qual são legitimados e postos em debate os posicionamentos diferentes sobre assuntos de interesses coletivos.

Alguns estudos acadêmicos têm feito levantamentos extensos sobre as diferentes aplicações do termo governança, procurando encontrar, nessa miríade de conceitos e acepções, alguns pontos comuns que estão presentes em todas as definições. Dallabrida (2004) faz um desses estudos e evidencia quatro aspectos que aparecem frequentemente relacionados à governança: (i) legitimidade de um espaço público em construção, onde são travados os encontros entre os atores sociais; (ii) uma repartição do poder entre os que governam e os que são governados; (iii) negociação entre os atores sociais, estabelecendo diferentes formas de redes e seus diferentes mecanismos de regulação; (iv) descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

Streit e Klering (2004) fazem levantamento literário que também aponta para quatro características comuns encontradas em quinze diferentes conceituações de governança: (i) existência de estruturas e mecanismos de regulação; (ii) ênfase maior no processo de interação em si, mais do que nos seus próprios resultados; (iii) atuação em redes das organizações e dos atores sociais; (iv) presença de objetivos e guias de ação comuns.

De todas essas revisões, resultaria a idéia aproximada de governança como um mecanismo que busca regular relações entre atores e organizações em torno de

³¹ Para mais detalhes sobre o consenso de Washington ver Kazanczacigil (2002) ou as proposições diretas do seu idealizador: WILLIAMSON, John. **The Washington consensus as policy prescription for development**. (practitioners of development). Washington D.C., World Bank, January 2004.

questões públicas em que o Estado já não monopoliza as decisões - sem, contudo, eximir-se de participar das discussões a seu respeito, não raro coordenando-as. Trata, portanto, da regulação compartilhada de uma esfera pública (GOHN, 2004), uma arena (DE SARDAN, 1995) para discussão da organização e da reprodução social.

3.4.3 Governança e emancipação

Não se poderia encerrar essa breve revisão sem relacionar a governança, como forma de regulação horizontal, com a questão da emancipação e da radicalidade participativa dos atores sociais. Tal perspectiva é fundamental, pois possibilita que o debate sobre a Economia Solidária não se limite ao alcance econômico das inovações, mas também ao seu alcance político, que seria determinante para a construção da utopia que ela propõe.

Gohn (2004) propõe que se fale não de atores sociais, mas de *sujeitos políticos* que se movem em uma esfera pública onde são responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas que dizem respeito às suas próprias vidas. Para a autora,

A esfera pública é um espaço de relações sóciopolíticas e culturais, de negociações, de debates, objetivando planejar, equacionar, encaminhar, fazer escolhas, priorizações e intervenções a serem feitas pelo poder público, sozinho ou em parceria com entidades da sociedade civil organizada [...] é um *locus* do processo de publicização e portanto parte integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento da sociedade civil e da sociedade política (GOHN, 2004, p.73-74).

No sentido da ampliação da participação, a governança se apresenta como uma inovação institucional que busca construir estruturas de decisão diferentes das estruturas organizacionais burocráticas, onde a coordenação acontece pelo outro (heterogestão), e que são identificadas por Motta (1981) no próprio aparelho burocrático do Estado.

Santos (2001) identifica que um dos três conflitos paradigmáticos para a construção de uma utopia transformadora reside em torno das questões de poder e política, que seriam basilares para alavancar os processos de transformação. Em Santos e Avritzer (2004) esse conflito é traduzido para o que eles chamam de *disputa epistemológica* entre a democracia representativa e a democracia

participativa. A disputa é entre ver a democracia como forma ou como substância. Como *forma* ela diz respeito a procedimentos, representatividade, institucionalização e apatia política, enquanto que a democracia como *substância* se assenta em práticas políticas a partir de vários espaços sociais, participação efetiva, inovações institucionais, sendo ao mesmo tempo meio e fim.

Santos e Avritzer (2004) também identificam a incorporação da burocracia ao aparato da democracia representativa como um passo decisivo para torná-la ineficaz e sepultar qualquer possibilidade de ser emancipadora. Para os autores,

[...] Max Weber inaugurou essa linha de questionamento da teoria clássica da democracia ao colocar no interior do debate democrático no início do século a inevitabilidade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle crescente por formas de organização burocrática (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.46).

Santos e Avritzer (2002) sustentam ainda que foi Habermas, ao introduzir o conceito de *esfera pública* - que também inspira as reflexões de Gohn - quem abriu espaço para as proposições contra-hegemônicas de democracia. Na esfera pública a discussão política deveria ser entre iguais, independente das condições que cada cidadão possui nas suas esferas privadas individuais:

Para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. Portanto, o procedimentalismo democrático não pode ser, como supõe Bobbio, um método de autorização de governos. Ele tem de ser, como nos mostra Joshua Cohen, uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.52-3).

Admitidas e valorizadas a participação e as relações horizontais para radicalizar a democracia nos processos de governança, ela passa a ser um veículo emancipatório, seja por ter um valor intrínseco, que pode estar ligado a valores substantivos, seja porque tem um valor instrumental relevante que pode permitir ao cidadão uma participação mais qualificada nas discussões que levem a outras conquistas. A emancipação política das pessoas e a radicalização dos processos democráticos participativos, deve-se ter presente a todo o momento, está estampada no discurso da Economia Solidária e deveria ser perseguida permanentemente nos processos de articulação e gestão das suas redes.

Para Pedro Demo, a verdadeira cidadania, entendida como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”

(DEMO, 1995a, p.1), se constrói através de um processo emancipatório, e não pode ser nem tutelada nem assistida, deve ser fruto de conquista dos indivíduos e dos coletivos sociais.

O usufruto da plena condição de *sujeito político* é, portanto, fundamental, para qualificar a participação dos cidadãos e dos coletivos sociais (organizações ou movimentos) nos mecanismos de governança, ou mesmo para colaborar na sua construção nos espaços políticos onde eles não estão presentes. É apenas essa condição que pode assegurar uma participação não tutelada, portanto não cooptável por qualquer força política que procure monopolizar os espaços de deliberação e decisão.

3.5 Limites e desafios das redes de Economia Solidária

Para Gaiger (2004), ao analisar estudos empíricos em sete estados brasileiros, um limite evidente da Economia Solidária seria o convívio simultâneo entre, de um lado, uma organização interna e algumas parcerias externas que têm caráter solidário e, por outro lado, uma necessidade de relações mercantis tradicionais. O convívio com o mercado pressiona duplamente a empresa solidária, primeiro sujeitando-a às regras de trocas, e segundo tendo que adotar a base técnica do capitalismo para fazer frente às demandas por competitividade. Isso o leva a concluir que

[...] tais coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a enfrentar tensionamentos e a conceder em seus princípios; adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico (GAIGER, 2004, p.396).

Um limite evidente é que a Economia Solidária não é uma alternativa sistêmica ao capitalismo. Santos e Rodrigues (2002) lembram que o século XX já evidenciou que a proposição de alternativas que mudem a um só golpe a racionalidade econômica prevalente não é viável. Como também conclui Gaiger (2004):

Desde agora, algumas perspectivas parecem sair de cogitação: a que aposta na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários, a ponto de algum dia predominarem e em seguida dominarem globalmente a economia; [...] Da mesma forma, fica sem chão o imaginário

de uma conversão global das práticas econômicas para os princípios solidários [...] Tampouco há sentido em defender o crescimento da economia solidária em ilhas ou quistos, nas quais estariam salvaguardados os seus princípios, até que a maturação das suas práticas viabilizasse sua abertura ao mundo externo. [...] O que se pode vislumbrar, isto sim, é a adoção de um novo sistema de regulação, que garanta aquela coexistência conflitual em condições mínimas de equilíbrio, fato a ser conquistado por uma deliberação política da sociedade, uma escolha entre caminhos possíveis (GAIGER, 2004, p.400-1).

França Filho e Laville (2004) igualmente apontam um caminho conflituoso para a consolidação da Economia Solidária como a manifestação do que eles chamam de *Economia Plural*. Baseados nos princípios propostos por Karl Polanyi (1980) para as diferentes formas de comportamento econômico, a *domesticidade*, a *reciprocidade*, a *redistribuição* e o *mercado*, os autores falam em economia mercantil (onde o princípio é o mercado), em economia não-mercantil (onde o princípio é a redistribuição, e o ator principal é o Estado), e em economia não-monetária (onde predominam os princípios de domesticidade e reciprocidade).

A partir desse quadro eles apontam que a Economia Solidária caminhará no sentido de conviver em uma *Economia Plural*, na qual sejam encontrados princípios mercantis, não-mercantis e não-monetários simultaneamente. Polanyi (1980) sustenta que a grande transformação do século XIX foi que o mercado tenha subordinado a si a organização social, enquanto que em todos os tempos passados, onde existiram trocas e atividades econômicas, era ele que se subordinava à ordem social. França Filho e Laville (2004) argumentam que o avanço da Economia Solidária consiste justamente em reequilibrar ou, ao menos, questionar essa supremacia do comportamento mercantil sobre os demais. Nas suas próprias palavras,

[...] os empreendimentos de economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre essas três fontes de recursos, que representam três princípios do comportamento econômico e refletem três lógicas de ação que atravessam a dinâmica da iniciativa (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.67).

Portanto, os limites da Economia Solidária não podem ser obrigatoriamente entendidos quanto à sua capacidade ou não de substituir o modelo econômico dominante, mas sim na sua capacidade de estabelecer diálogos e de se mostrar uma forma diferenciada de comportamento econômico, que, por seu turno deveriam ser presenças marcantes nas relações dentro da Economia Solidária. Esta idéia é central para esta tese, e é retomada na sua parte final.

A governança, como caracterizada na seção anterior, poderia representar um modo de regulação de relações em que se poderia desenvolver esse diálogo e se buscar o equilíbrio dinâmico dos conflitos democráticos, favorecendo o desenvolvimento de interações produtivas entre os agentes envolvidos na rede.

Observando-se as parcerias e o formato dos arranjos que têm se formado em torno desse conjunto de iniciativas, é possível perceber que esse diálogo interessa a um número ampliado de atores e organizações que se mobilizam perante os problemas sociais para os quais a Economia Solidária tem oferecido algumas perspectivas positivas.

É exatamente essa capacidade de mobilização de outras organizações e pessoas que poderia abrir para a Economia Solidária uma possibilidade para superação dos seus limites, construindo espaços para o diálogo e para a transformação social. Para tanto, seria fundamental que houvesse, nas redes, relações efetivamente abertas ao diálogo e à construção coletiva, evidência que não apareceu na pesquisa narrada no capítulo anterior.

Por outro lado, as experiências sumariadas nas obras organizadas por Singer e Souza (2000) e por Gaiger (2004), além das experiências próprias do NIPETS em pesquisas locais (CARRION e COSTA, 2003 e 2004; COSTA, 2003; COSTA, 2004; CARRION e LOPES, 2004) apontam alguns avanços que estariam sendo experimentados nos grupos de Economia Solidária, para além do resgate econômico e social que é operado: (i) os seus princípios internos não os impedem de competir no mercado; (ii) possuem uma relativa vantagem comparativa em termos de comprometimento; (iii) geram benefícios não só econômicos, mas também sócio-culturais e políticos.

Mesmo que tais avanços pareçam insignificantes em termos de escala e alcance, de um ponto de vista ético e substantivo – o valor que têm para as pessoas implicadas - eles são fundamentais, e simbolicamente, podem representar essa abertura para o diálogo e a construção de novas formas de coexistência de distintos comportamentos econômicos, assim como a esperança daqueles que militam nesse campo. A potencialização dessas conquistas, como forma de superação dos seus limites, está sumariado em um conjunto de nove proposições de Santos e Rodríguez (2002): i) As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da

integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos; ii) O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo; iii) As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado; iv) As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala; v) A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda; vi) Existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal; vii) As formas alternativas de conhecimento, advindas da diversidade cultural e étnica, são fontes alternativas de produção; viii) Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos; e ix) As alternativas de produção devem entrar em relação de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade.

Esse conjunto de proposições abarca um largo espectro de possibilidades e de desafios para a Economia Solidária e refletem um pouco da utopia que ela carrega. Sem dúvida que são proposições ousadas e que se baseiam na proposta de uma mudança paradigmática de toda ordem social, mas é uma perspectiva a ser levada em conta - e o é por muitos - como possibilidade de ponto de partida para a Economia Solidária.

4 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo faz uma revisão do conceito de desenvolvimento, que tem sido o carro-chefe dos trabalhos de quase todas as organizações multilaterais desde a metade do século XX. Inicia-se, portanto, com as proposições concebidas nessas esferas internacionais que influenciam o imaginário das políticas públicas e dos trabalhos acadêmicos. Em seguida apresentam-se algumas críticas a essas proposições, que caminham na direção da construção de um conceito multidimensional, extrapolando as definições clássicas que se confundiam com crescimento econômico. Por fim, é feita uma desconstrução crítica do conceito, que permite revelar as suas nuances políticas e então se pensar em um modelo de desenvolvimento solidário.

Uma dessas novas dimensões incorporadas ao conceito de desenvolvimento é a que neste trabalho estará sendo chamada de político-institucional, e que receberá uma atenção especial neste capítulo.

4.1 O desenvolvimento para os organismos internacionais

O conceito etimológico de desenvolvimento refere-se a um processo natural de revelação de alguma coisa que existe *per se*. Siedenberg (2003) aponta que a partir da filosofia de Leibnitz, no século XVII, a palavra ganha o significado de evolução a partir de uma seqüência de mudanças de estágio.

Ignacy Sachs, no prefácio da obra de Veiga (2005), refere-se ao vocábulo desenvolvimento como um *avatar* do progresso iluminista. Ou seja, em vez de um

processo espontâneo, capaz de revelar a essência das coisas, o desenvolvimento passa a referir-se a uma ação deliberada de alguém que age sobre alguma coisa. Há, então, o agente e o paciente da ação.

O que Polanyi (1980) chamou de a grande transformação da nossa época, ou seja, a criação de uma economia – e de uma sociedade - de mercado, e que dependia de um processo de contínua expansão, não tardou a se apropriar do conceito de desenvolvimento, que dava conta exatamente de expressar a racionalidade de crescimento e acumulação de capital. Assim, na perspectiva da modernidade capitalista, desenvolvimento passou a ser sinônimo de crescimento econômico, ligado a uma lógica de contínua expansão da renda e dos processos de acumulação.

Até o *crash* de 1929 e a grande depressão que a sucedeu, essa crença no crescimento natural das atividades econômicas baseava-se na utopia de um mercado auto-regulado. Rist (1996) e Siedenberg (2003) apontam que em 1949 o discurso de posse do então presidente norte-americano Harry Truman teria inaugurado uma visão de que deveria haver um esforço internacional e com presença estatal na condução de um processo deliberado e planejado de desenvolvimento que reduzisse as desigualdades entre os países.

Some-se a isso a consternação mundial com o saldo da segunda grande guerra, cujas preocupações econômicas se materializam no encontro de Bretton Woods³², em 1944, e as preocupações políticas, um ano depois, na fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Estava criado um quadro de preocupações mundiais com a paz e com o desenvolvimento, e como a “teologia do mercado”

³² Durante três semanas de julho de 1944, do dia 1º ao dia 22, 730 delegados de 44 países do mundo então em guerra, reuniram-se em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos, para definirem uma Nova Ordem Econômica Mundial. Foi uma espécie de antecipação da ONU (fundada em São Francisco no ano seguinte, em 1945) para tratar das coisas do dinheiro. A reunião centrou-se ao redor de duas figuras-chaves: Harry Dexter White, Secretário-Assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e de J.M. Keynes, representando os interesses da Grã-Bretanha, que juntos formavam o eixo do poder militar e econômico de então. Acertou-se que dali em diante, que haveria um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ou simplesmente World Bank, Banco Mundial, apelidados então de os Pilares da Paz.

(SACHS, 2005) prevê que qualquer problema social pode ser resolvido através do aumento das rendas, é o desenvolvimento que passa a ser o fio condutor da nova ordem mundial, cujo comando passa a ser centralizado e planejado.

Da década de 1950 em diante, muitos paradigmas de desenvolvimento têm sido sustentados, e a maior parte deles pode ser percebida nos discursos dos organismos internacionais. Fischer (2002) destaca o desenvolvimento “sustentável”, que teria sido a denominação que ganhou força nos anos 1970, depois de haver imperado o adjetivo “econômico” nas décadas anteriores. Já Siedenberg (2003) sustenta que o termo sustentável teria tido seu ponto alto na década de 1990, tendo sido precedido por termos como “modernização” e “ajuste estrutural”.

Rist (1996) salienta ainda que tal mudança de curso nos anos 1950 teria criado o termo *subdesenvolvido* para caracterizar os países que naquele momento não demonstravam ter o nível de progresso e conforto desfrutado das economias *avançadas*. Essa sutileza reforça a idéia de desenvolvimento como, primeiro, uma questão econômica, e, segundo, como uma questão de distância a ser percorrida. O desenvolvimento, em tal concepção, é percebido como algo a ser alcançado, uma meta. Existiria um estado final desejado de sociedade, e deveriam haver esforços internacionais no sentido de permitir aos países subdesenvolvidos alcançarem, via aumento da renda, esse estado de graça.

As instituições de Bretton Woods passam a ser as guardiãs do desenvolvimento nesses países: há financiamento para a produção (Fundo Monetário Internacional), há regulação para o comércio internacional entre os *subdesenvolvidos* e os países *desenvolvidos* (GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que deu base para se criar em 1995 a OMC – Organização Mundial do Comércio) e, por fim, há dinheiro para alguns programas sociais onde as questões locais fossem demasiadamente insustentáveis (Banco Mundial).

Contudo, a tese dominante do crescimento econômico sofreu contestações. São novamente os organismos internacionais que demonstram permeabilidade a um tema que começa a chamar à atenção na década de 1960, a saber, os efeitos do crescimento econômico no ambiente natural. Em 1968 é criado o Clube de Roma, formado por pensadores e líderes de vários países, preocupados com os limites do crescimento, e que em 1972 publica um relatório chamado exatamente *The limits to growth*, onde se concluiu que o ritmo de crescimento então observado esgotaria os

recursos naturais e econômicos do planeta em cem anos, e que a alternativa possível seria alterar esse ritmo de crescimento e estabelecer uma condição ecológica e economicamente estável para o futuro.

A ONU, também em 1972 cria o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, depois de uma conferência temática em Estocolmo que é tida como o primeiro grande passo da ONU para incorporar outras dimensões não econômicas à discussão sobre desenvolvimento (VEIGA, 2005). Mas é em 1987, com a edição do relatório Brundtland³³, que o tema da sustentabilidade ganha definição. Desenvolvimento sustentável passa a ser visto como uma forma de “[...] progresso que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 1988). Esse conceito de sustentabilidade revela uma ética intergeracional até então inédita, pois traz a perspectiva da condição de vida das gerações futuras para o debate sobre o desenvolvimento.

Em junho de 2001 a ONU cria um programa de trabalho chamado *The Millennium Assessment*, para prover informações científicas a respeito das conseqüências das mudanças nos ecossistemas naturais para o bem estar humano, e assim dar subsídios técnicos para as tomadas de decisão a respeito do manejo desses ecossistemas. O Relatório (ONU, 2005) aborda os diferentes ecossistemas a partir de uma ótica dos serviços que eles fornecem ao bem estar humano. Tal raciocínio envolve a necessidade de configurar, de um lado, o que os ecossistemas oferecem como serviço e, de outro, qual a implicação da disponibilidade desses serviços no bem-estar humano.

Pelo modelo, os serviços de ecossistema poderiam ser de provisão (alimentos, água, fibras, combustíveis), de regulação (clima, enchentes, purificação da água) ou culturais (estéticos, espirituais, educacionais ou de lazer), todos eles baseados em serviços de suporte (ciclos de nutrientes, formação do solo, etc.). Esses serviços impactam de diferentes formas e em diferentes combinações em quatro dimensões de bem-estar: segurança, bens materiais básicos de

³³ O Relatório Brundtland é resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, posteriormente publicado com o título “*Our common future*” (Nosso futuro comum). Ver referência bibliográfica.

sobrevivência, saúde e relações sociais que, uma vez atendidas, representam liberdade e capacidade de escolha para os seres humanos.

Em linha semelhante de alargamento da visão de desenvolvimento, a chamada abordagem da *Avaliação do Milênio* relaciona as preocupações ambientais com as sociais, o que gradualmente mina a hegemonia da lente econômica sobre o desenvolvimento.

Desde o final da década de 1980 há o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 1990 passou publicar um Relatório Anual de Desenvolvimento Humano e o seu correspondente índice de desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH, além da renda, considera a longevidade e a escolaridade como fatores de qualidade do desenvolvimento humano. Os relatórios do PNUD são sempre anuais e temáticos, abordando diferentes questões globais que implicam em uma melhor qualificação do desenvolvimento (www.undp.org).

Veiga (2005) identifica no PNUD uma inspiração evidente nas concepções do economista paquistanês já falecido Mahbud Ul Haq, que foi o coordenador do programa, e também do economista indiano Amartya Sen. “Na concepção de Sen e Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer na vida.” (VEIGA, 2005, p. 85).

Essa inspiração também pode ser nitidamente reconhecida nos chamados “Objetivos do Milênio”, conjunto de oito metas básicas elaboradas pelo PNUD e com as quais 147 chefes de Estado e de Governo e 191 países se comprometeram a partir de uma cúpula realizada em setembro de 2000 em Nova Iorque, na chamada Declaração do Milênio (ONU, 2000).

O Banco Mundial é outra instituição multilateral que também publica relatórios anuais e temáticos desde 1978, sempre em torno do tema desenvolvimento. Alguns títulos são sintomáticos, e em 1990 também aparece pela primeira vez a Pobreza como tema de interesse e discussão do órgão, que voltaria ao título do relatório em 2000/2001. Em 2003 é o tema da sustentabilidade que recebe a atenção do banco (WORLD BANK, 2003), com o sugestivo título “*Sustainable development in a dynamic world*”.

O relatório avança em questões sociais do desenvolvimento, ainda que permaneça nitidamente embebido em uma racionalidade que toma o mercado como regulador da economia e da organização social. Uma evidência dessa racionalidade é a abordagem dos recursos como ativos [*assets*] de que as pessoas deveriam dispor para i) aumentar a sua qualidade de vida e ii) assegurar as aspirações de todos ao bem-estar, estes dois os grandes objetivos do desenvolvimento. Há uma forte ênfase no papel das instituições – inclusive o mercado – em antecipar problemas, balancear interesses e executar acordos entre os atores envolvidos no desenvolvimento, embora não diga exatamente como fazer tais acordos.

Ainda segundo o relatório, o aumento do acesso das pessoas aos diferentes ativos, o aumento da democratização, a inclusão e a participação social fortalecem as instituições e as habilitam para serem as mediadoras do desenvolvimento. O papel dos Estados Nacionais é ressaltado, mas se recomenda que seja dada voz a outras escalas governamentais, à sociedade civil e ao setor privado. Toda essa governança visa, ainda, ao aumento das rendas [*income increase*], que seria a fonte e caminho do desenvolvimento.

A análise do desenvolvimento por parte dos organismos multilaterais amadurece assim no modelo dos três pilares, segundo o qual a dimensão econômica passa a dividir espaço com questões ambientais e sociais, preocupações globais que, aparentemente, ganham destaque e a preocupação da comunidade internacional. Esse modelo revela uma ética intrageneracional que o conceito de sustentabilidade de Brundtland não contemplava. O desafio da sustentabilidade passa por levar em conta que diferentes dimensões da vida sejam uma preocupação do desenvolvimento, agora e no futuro.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão criado pela ONU em 1948 para estudar a realidade econômica do continente, acrescenta, em uma das suas discussões sobre a medição da sustentabilidade na América Latina, um quarto pilar *institucional* (CEPAL, 2003). Além das dimensões econômica, social e ambiental, a avaliação da sustentabilidade proposta no seu modelo chamado *Sistema Sócio-Ecológico Total* prevê uma dimensão institucional responsável exatamente pela regulação da articulação entre as três demais. Esse encontro em setembro de 2003, no qual foi produzido o relatório mencionado, parece ter sido influenciado pelo relatório do Banco Mundial de 2003 (WORLD BANK, 2003) que

tanto enfatizava a importância das instituições. Ainda sorvendo uma crença inabalável no crescimento, o relatório aponta que desenvolvimento implica em mudanças quantitativas e, sobretudo, qualitativas, *direccionais* e *progressivas* (CEPAL, 2003).

Pouco a pouco, o que Rist (1996) chamou de uma *crença ocidental* e Furtado (1977) caracterizou como um *mito* perdem força. A idéia de Truman, de que o desenvolvimento tem um único ponto de chegada para todos, vai ficando pelo caminho, à medida que os organismos multilaterais passam a reconhecer, ao menos teoricamente, diversidades econômicas, sociais, culturais e institucionais. Apesar da metamorfose na meteórica história do desenvolvimento como um projeto de sociedade, os traços de predominância da lógica econômica ainda permanecem evidentes, e as críticas que se colocam a essas iniciativas globais trilham exatamente o caminho do questionamento dessa hegemonia. É o que será visto na próxima seção.

4.2 As críticas ao desenvolvimento

É na própria CEPAL, na década de 1960, que surge uma corrente de pensamento segundo a qual as relações entre os chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos era uma relação de dependência inescapável, e que seria impossível o atingimento dos mesmos patamares de desenvolvimento.

O brasileiro Celso Furtado foi um dos expoentes da chamada *Teoria da Dependência*. Furtado (1977) sustentava que a relação de dependência dos países subdesenvolvidos é crônica: os países desenvolvidos precisariam de economias menos avançadas, com as quais as suas trocas sustentavam a sua condição de altas rendas. Já nas economias subdesenvolvidas, coexistem estruturas econômicas duais onde se pode observar a presença de traços de um capitalismo avançado e ao mesmo tempo de atividades econômicas pré-capitalistas.

Mas, ainda que fosse possível a um país subdesenvolvido chegar ao estágio de desenvolvimento-modelo dos países centrais, não é feito nenhum juízo a respeito desse ponto de chegada. Rist (1996) lembra isso com muita propriedade, pois o discurso de Truman, e a era que ele teria inaugurado, postulavam que esse seria o *curso natural* do processo de desenvolvimento, tirando qualquer possibilidade de

avaliação do que os países ditos subdesenvolvidos poderiam vir a querer para o seu próprio futuro.

Sachs (2005) igualmente entende que a trajetória do termo desenvolvimento é tratada da mesma forma em nível mundial e refere-se à reconstrução da periferia europeia no pós guerra como ponto de partida de uma *política de desenvolvimento*, também referindo-se, assim como Fonseca (2004), a um processo organizado planejado e centralizado de decisão e de colocação em marcha de um processo retilíneo, com um ponto de chegada demarcado.

Uma segunda fragilidade que Rist (1996) aponta é que essa idéia de desenvolvimento como um ponto de chegada negava toda a história pretérita a respeito de como os países desenvolvidos eram desenvolvidos e como os países subdesenvolvidos eram subdesenvolvidos. O que realmente importava era tomar o curso inexorável do progresso empreendedor, deixando de fora do debate qualquer condicionamento histórico, político e econômico.

Veiga (2005) acrescenta que todos os modelos de crescimento econômico sempre consideraram o crescimento da renda do país como um agregado econômico, ou seja, o que conta é o total da renda gerada. Não se fala em momento algum sobre a distribuição dessa renda. Este ponto voltará a ser tratado mais cuidadosamente na próxima seção.

Como assinala Fonseca (2004), tem se associado o termo *desenvolvimentismo* no Brasil aos governos de Getúlio e JK nos anos 1950, mas o pré-requisito para se falar em desenvolvimentismo, dentro de um rigor conceitual, seria a presença concomitante e concatenada de três elementos: i) a industrialização; ii) o intervencionismo pró-crescimento; iii) o nacionalismo. Ou seja, o desenvolvimentismo se constitui como uma política declarada e deliberada, que articula claramente alguns valores.

Essa reificação do desenvolvimento acontece quando aos três elementos já citados somam-se as idéias *positivistas*, o que confere ao discurso do desenvolvimento um caráter de “intervenção com propósito de construir um futuro desejável” (FONSECA, 2004, p.13).

Então o desenvolvimento não é apenas uma palavra, mas, dentro do ideário desenvolvimentista, se constitui como um “[...] elo que unifica e dá sentido a toda

ação do governo” (idem, p.2). O desenvolvimento assume, portanto, o caráter de uma utopia, quando reclama para si a prerrogativa de ser uma condição para alcance de outros objetivos sociais, como o bem estar, ou para valores simbólicos e abstratos como a soberania.

Todos esses objetivos, além de dependerem da existência do *desenvolvimento* para serem alcançados, precisam ser deliberadamente buscados por ações previamente planejadas. Ou seja, os objetivos sociais passam a ser uma realidade a ser buscada e alcançada por meio de esforços sistemáticos, planejados e organizados de modo alinhado à uma racionalidade positivista.

Ainda segundo Fonseca (2004), os valores positivistas canalizaram um conjunto grande de idéias que se contrapunham às propostas liberais de um livre mercado auto-regulado e “advogavam para si as qualidades do pragmatismo” (p.14). O positivismo também contribuiu para a idealização do Estado como o agente responsável por conduzir a sociedade para um futuro idealizado e desejado, baseado na sua crença de que o progresso científico e moral seria uma marcha inexorável de todas as sociedades.

Tal ideologia abre espaço para regimes políticos autoritários que tivessem a *clareza científica* para conduzir a sociedade ao progresso. A ação consciente de um Estado forte estava então substituindo a impessoalidade dos mercados auto-regulados. O autor aponta que

[...] não é de se ignorar que o desenvolvimentismo, tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos, não só conviveu com regimes autoritários e ditatoriais, mas neles encontrou ambiente propício para sua afirmação, como no caso do Estado Novo varguista (FONSECA, 2004, p.15).

Portanto, é possível se entender uma conjunção de valores implícitos na idéia de *desenvolvimentismo* como um processo de expansão contínua da atividade econômica, medida, evidentemente, por indicadores objetivos e quantitativos. Segundo Boisier (2000), demorou algumas décadas até que o discurso sobre desenvolvimento começasse a incorporar fatores subjetivos e intangíveis, tão difíceis de serem capturados por indicadores econômicos, que eram os únicos elementos até então considerados.

Por outro lado, a incorporação de fatores subjetivos levou o termo desenvolvimento a ver agregados a si inúmeros adjetivos, muitos deles demasiados

e redundantes (BOISIER, 2000). Desenvolvimento *local, territorial, regional, endógeno, descentralizado, de baixo para cima [bottom-up]*, foram alguns deles, todos destacando circunstâncias relevantes e importantes, porém muitas vezes com uma definição confusa e imprecisa, desviando o foco da verdadeira discussão, que deveria ser em torno da sua concepção política.

Veiga (2005) classifica as diferentes definições de desenvolvimento em três grupos: o primeiro grupo que mantém uma crença inabalável no crescimento econômico como vetor – às vezes sinônimo – do desenvolvimento; um segundo grupo oposto que fala que o desenvolvimento não existe, onde alinha autores como Gilbert Rist e Celso Furtado, citados anteriormente, além de outros, e que apresentam argumentos semelhantes para dizer que o desenvolvimento é uma ilusão, um *eldorado* vendido pelos economistas dos países desenvolvidos. O terceiro conceito possível seria um conveniente *caminho do meio*, uma utopia sobre a qual humanidade tanto precisaria alicerçar as suas esperanças.

Como já se tratou acima sobre como as duas primeiras definições de desenvolvimento foram lentamente se desgastando até a virada do século XXI, talvez seja interessante especular-se um pouco mais sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma *terceira via*. Boisier (2000) e Veiga (2005) concordam que a década de 1990, com a chegada do IDH, definitivamente emite um sinal de que, ao menos na retórica, não se pode mais pensar tão estreitamente em termos de desenvolvimento. Como índice, efetivamente, o IDH diz muito pouco sobre a realidade, especialmente quando cruzado com outros indicadores, econômicos ou não, como o fez Veiga (2005).

Além disso, também se pode dizer que a pressão de diferentes órgãos multilaterais sobre os Estados nacionais os enfraquece como atores do desenvolvimento (FORJAZ, 2000). Já enfraquecidos pela pulverização de poder trazida por reformas do Estado nos anos 1970 e 1980, que descentralizou muitas decisões administrativas, também visíveis no caso brasileiro (SANTOS JR., 2001), e por diferentes políticas de desenvolvimento territorial que enfatizam a dimensão local (BOISIER, 2000) e o caráter endógeno (BARQUERO, 2001) do desenvolvimento, o Estado Nacional também sofre o ataque dos organismos multilaterais para descentralizar as políticas de desenvolvimento.

Kraychette (2005) aponta, em uma crítica contundente, que a proposta do desenvolvimento do Banco Mundial a partir da década de 1990 inspira-se nitidamente em ideários liberais de diminuição do papel do Estado em benefício de uma desregulamentação de mercados que propiciasse mais desenvolvimento. Essa diminuição do Estado deveria acontecer tanto pelo seu enxugamento, nos moldes propostos no Consenso de Washington - privatizações, desregulamentações, combate à corrupção - como pelo *empoderamento* da sociedade civil, que pautasse uma nova relação com o Estado.

Assim, a noção de desenvolvimento como um processo construído de forma planejada e centralizada pelo Estado, passaria a ganhar feições de um processo atomizado, novamente embalado pelas forças do livre-mercado e com uma maior participação das comunidades.

Braga (2001), por outro lado, e ciente da banalização do termo empoderamento no discurso do Banco Mundial, critica o que se chama de desenvolvimento endógeno e ao que tem se dito sobre participação e descentralização nas políticas de desenvolvimento. A sua argumentação é de que, dentro na lógica individualista típica da organização capitalista, e com as diferentes regiões competindo entre si para se tornarem “atraentes” ao investimento do capital privado, está sendo usado o nome de cidadania para designar competitividade. Tratar-se-ia não mais do que uma simples inserção subordinada em uma competição global pelo fluxo dos capitais financeiros voláteis, crítica também proferida mais de uma vez por Becker (2000, 2003a, 2003b).

Braga (2001) ainda sustenta que esse tipo de abordagem do desenvolvimento tem múltiplas falhas: é conformista, ao não questionar o modelo econômico global; opera dentro da lógica oportunista e individualista do mercado; expurga o conflito das discussões, considerando que o interesse comum da comunidade está acima das diferenças individuais e, finalmente, porque fragiliza sobremaneira o papel do Estado.

Becker (2000) lembra que quando os organismos multilaterais falam em participação cidadã e respeito às valorações culturais que emergem de diferentes sociedades, está se dizendo que se deve *pensar globalmente e agir localmente*. Essa frase de efeito, entretanto, esconde que as diferentes respostas que as regiões estão dando aos chamados desafios globais ainda se encontram circunscritas a um

modo capitalista de produção e, portanto, muito pouco ou nada contribuem para a construção de uma autonomia plena e de uma resposta criativa.

Portanto, é preciso ser mais rigoroso ao se falar de participação e desenvolvimento, pois a mudança retórica não garante que as práticas sejam realmente inovadoras. O capítulo seguinte vai tratar exatamente da inovação como caminho para o desenvolvimento, mas até agora tudo o que tem sido exposto é para tentar evidenciar o que têm acontecido de mudanças efetivas no conceito de desenvolvimento e o que não tem passado de um vocabulário renovado para se dizer e fazer as mesmas coisas.

Além dessas incongruências de mérito, as abordagens de desenvolvimento centralizadas também sofrem críticas de caráter metodológico. Long (2001), com um olhar sociológico, sentencia que a intervenção planejada é míope, porque não consegue captar a realidade cultural onde intervém em toda a sua complexidade. Uma realidade seria composta de percepções culturais e interesses sociais que diferem entre si, construídas pelos contínuos esforços sociais e políticos dos atores envolvidos.

De Sardan (1995), a partir de uma abordagem etnográfica, vai ainda mais longe, dizendo que os sistemas simbólicos e de linguagem são diferentes entre os operadores das políticas de desenvolvimento e os seus respectivos destinatários. Os saberes técnicos, das agências e dos agentes de desenvolvimento, são diferentes dos saberes populares dos destinatários das políticas, criando uma categoria de atores sociais especial, formada por atores locais e que se tornam “corretores” das políticas. Os corretores fazem, por sua vez, uma interface com os agentes de desenvolvimento, as pessoas treinadas e encarregadas pelas agências para a discussão, implementação e avaliação das políticas planejadas, criando um complexo campo de comunicação onde o que foi planejado perde muito de sua eficácia.

Todas essas críticas refletem uma *vigilância epistemológica* importante sobre os discursos do desenvolvimento e sobre como esse discurso é falado e entendido. Contudo, mesmo com todos esses cuidados, é preciso avançar para tentar se reconstruir um conceito de desenvolvimento que o admita como uma proposta política, como uma concepção de sociedade.

Ainda que sofrendo algumas críticas como as acima sumariadas, os conceitos mais flexíveis de desenvolvimento que aparecem na virada do século XX para o XXI ainda carecem desse componente crítico, que admita uma disputa ideológica entre diferentes projetos políticos de sociedade. Pretende-se evoluir nessa desconstrução crítica nas próximas seções.

4.3 Desenvolvimento como processo político

Uma das lacunas das discussões sobre desenvolvimento até aqui narradas é não se questionar a dimensão política do desenvolvimento. Esta seção inicia essa discussão crítica.

Para Coraggio (2003a), a discussão sobre desenvolvimento ainda é meramente econômica e não política. A falta de discussão política leva a basicamente dois problemas, de onde se originam muitos outros: primeiro não se discute qual economia se quer, simplesmente continua se falando em crescimento econômico, geração de empregos, atração de investimentos estrangeiros, etc.; segundo, esse processo fortalece as relações políticas tradicionais e verticais que, recursivamente, mantém estreita a visão de desenvolvimento.

Boisier (2000) e Dallabrida (2004) falam que o excesso de adjetivos prejudica o entendimento preciso do desenvolvimento. Paradoxalmente, o próprio Boisier termina por dizer que “[...] o desenvolvimento se mostrará sempre como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar e contínuo ou descontínuo no território” (BOISIER, 2000, p.181). Ou seja, carregado de atributos.

Sustentabilidade é um conceito problemático e tem estado mais ligado às preocupações ambientais. Santos e Rodriguez (2002) distinguem dois tipos de postura na literatura: um grupo que descarta a sustentabilidade com um conceito plausível e preconiza o abandono das políticas de progresso que conduziram a humanidade a uma situação de degradação ambiental na virada do século; um segundo grupo propõe que é possível crescimento com preservação. Tal dualidade fala, respectivamente, em *alternativas ao desenvolvimento* ou *desenvolvimento alternativo*.

Veiga (2005) igualmente designa dois grupos de posturas semelhantes, respectivamente conhecidos pelos termos de sustentabilidade *forte* ou *fraca*,

propondo finalmente um terceiro *caminho do meio* equilibrado entre esses dois posicionamentos. O grupo da sustentabilidade fraca, cujo ícone é o economista Robert Solow, acredita que o avanço científico seria capaz de reverter os danos ambientais do desenvolvimento nessas bases. O grupo da sustentabilidade forte trabalha na perspectiva de parar o crescimento como forma de refrear os danos ao ambiente natural.

Egri e Pinfield (2005) designam também diferentes posturas de sustentabilidade em três gradações: a do *paradigma social dominante*, vinculado às idéias de sustentabilidade *fraca*, o extremo oposto do *ambientalismo radical*, que se pode vincular ao modelo de sustentabilidade *forte*, e finalmente o grupo do caminho do meio, o chamado *ambientalismo renovado*, disposto a uma mediação do conflito.

Ressalte-se que tais concepções de sustentabilidade ainda estão ancoradas na questão ambiental, que, mesmo reconhecida como importante, não é o foco analítico que se quer ter aqui.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da 'insustentabilidade' ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2002, p.25)

Ao falar do pensamento atual sobre sustentabilidade, o autor identifica duas correntes, a do capitalismo verde e uma outra, na qual há uma concepção oposta de desenvolvimento, em que a economia não é instituidora da vida social, mas instituída por ela

Portanto, para essa concepção, a democracia, a autodeterminação dos povos, o respeito à diversidade cultural, à biodiversidade natural e à participação política dos cidadãos, nas suas diferentes formas, resultam de opções políticas, implicando no deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética (grifos do autor) (idem, ibidem, p.28)

Sustentabilidade será tomada nesta tese como uma questão política. É preciso ter presente a noção de continuidade do processo de desenvolvimento no tempo, e o termo sustentável tem sido associado a essa noção. Todavia, o modelo dos três pilares *econômico-social-ambiental* para designar um desenvolvimento equilibrado e sustentável não parece explicar suficientemente a sua complexidade. Enquanto os pilares econômico e ambiental são relativamente bem entendidos e definidos, o terceiro ponto, o social, parece extremamente impreciso e nebuloso. Por exclusão, parece dizer respeito a tudo o que não é nem econômico nem ambiental.

Becker (2000a) abre um caminho crítico interessante quando assinala uma questão fundamental sobre a consistência dos projetos de desenvolvimento regional. Enquanto as respostas locais aos desafios globais se limitam a buscar condições de competitividade nesse cenário, sem questionar as suas regras, as regiões se mantêm como agentes passivos do desenvolvimento, pois não oferecem soluções criativas e autônomas.

Já nos movimentos nascidos a partir da mobilização social, há programas que configuram, esses sim, respostas peculiares e culturalmente contextualizadas. Quando as soluções brotam do próprio tecido social, a partir de interações horizontais entre os agentes locais, elas exprimem aspirações autênticas e catalisam o comprometimento desses agentes com a sua consecução.

Santos Jr. et.al. (2004) também identificam que os arranjos de atores sociais na discussão das políticas públicas criam estruturas e práticas horizontais de participação capazes de gerar capital social e realimentar esse ciclo de maior protagonismo político dos atores locais.

Tais constatações permitem inferir que o desenvolvimento possui uma evidente dimensão *política*. De Sardan (1995) recorre ao conceito de *arena* para definir a reunião de diferentes atores em torno de um projeto de desenvolvimento. Na arena, existe uma disputa de poder, inerente a qualquer relação social, a partir dos diferentes recursos de que dispõem esses atores.

Matus (1993), falando a partir do contexto de planejamento governamental, usa a expressão *recursos de poder* para designar as armas com as quais os atores sociais disputam espaço para fazer valer as suas idéias e influenciar as ações governamentais. A relação entre o governo e os demais atores sociais é uma relação política que merece atenção, e será retomada mais adiante. Por enquanto, a intenção desta discussão é tão somente ressaltar esse caráter político do desenvolvimento, envolvendo o diálogo, a participação, a negociação e as disputas inerentes a um projeto político coletivamente construído.

Para Barth e Brose (2002), a sustentabilidade estaria ligada à participação efetiva da comunidade, com os cidadãos exercendo ativamente o seu papel. Pode-se dizer que semelhante assertiva também é feita pelo Banco Mundial (WB, 2003), mas é importante frisar que a preocupação de um debate político efetivo sobre

desenvolvimento está menos preocupado com a construção de consensos, como propugna o Banco, e mais com a riqueza do conflito e da diversidade.

Para Coraggio (2003a), a credibilidade das articulações coletivas parte do *público não estatal*, se constrói na pluralidade e representatividade dos atores sociais envolvidos. Há algumas resistências a essas práticas democráticas sob a idéia de ingovernabilidade e inexequibilidade, falta de comando, etc. Na verdade trata-se de uma mudança paradigmática de controle coletivo e democrático dos processos, um controle ampliado, uma governança. A participação, assim, não seria um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim um recurso indispensável, assim como a solidariedade não é uma restrição ao interesse particular, mas sim um instrumento forte que pode ajudar a alcançá-lo.

Bandeira (2000) identifica cinco justificativas diferentes para a relevância da participação da sociedade nos processos de desenvolvimento. A participação (i) confere sustentabilidade e eficácia aos programas, (ii) favorece a boa governança desse processo, (iii) gera capital social, (iv) aumenta a capacidade de competição sistêmica e (v) fortalece as identidades regionais e culturais.

Mesmo Sen (2000), a partir do seu modelo de desenvolvimento como liberdade, de inspiração liberal, alega que, além das liberdades políticas serem importantes por permitirem que, a partir do seu gozo, as pessoas possam remover as restrições ao gozo das demais liberdades reais, ela é importante pelo seu valor ético, pelo seu valor em si.

Braga (2001) lembra que existe o risco de o discurso da participação servir para legitimar estratégias de dominação que em nada contribuem para o aperfeiçoamento democrático. Becker (2003b) reforça esse argumento ressaltando a sutil diferença entre a construção *pseudo-consensual* de capital social e um processo com radicalidade democrática:

Concebidos dessa forma, enquanto processo de democratização, os processos de desenvolvimento regional educam e abrem espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admitem o conflito, a divergência, a pluralidade (BECKER, 2003B:53).

Entendida a dimensão política como elemento constituinte da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, e dada a complexidade que ela carrega intrinsecamente, por representar as diferenças entre os atores implicados, é preciso

se pensar como coordenar e conduzir esse diálogo, respeitando, simultaneamente, a diversidade e os conflitos, e a necessidade de se obter resultados que levem qualquer grupo social ao alcance do que ele propor como desenvolvimento para si.

Para lidar com a necessidade de organização política do processo de desenvolvimento, é interessante o conceito de governança democrática de Santos Jr. et.al. (2004). Eles denominam que a governança democrática corresponde a

[...] padrões de interação entre as instituições governamentais, agentes de mercado e atores sociais que realizam a coordenação e, simultaneamente, promovem ações de inclusão social e asseguram e ampliam a mais ampla participação social nos processos decisórios em matéria de políticas públicas (SANTOS JR. et.al., 2004:19).

Santos Jr. et.al. (2004) constroem esse conceito a partir das experiências dos conselhos municipais no Brasil, instituições amparadas por lei e que seriam, em âmbito local, no julgamento dos autores, a melhor expressão da governança democrática.

Revisando experiências de inclusão social no Brasil na década de 1990, Silveira et.al.(2001) percebem que um dos traços marcantes dessas iniciativas é exatamente a criação de novos espaços de interlocução entre os atores sociais, que podem ser identificados como *arenas*, e de novas institucionalidades que se estabelecem para promover essa coordenação, ou, se for preferível, a governança.

Barth e Brose (2002) falam de inovações na gestão pública para definir as práticas participativas propostas nos tratados de cooperação técnica do governo alemão no Rio Grande do Sul. Essas inovações envolvem maior mobilização social, formação de lideranças comunitárias e uma revisão da relação entre Estado e Sociedade.

Becker (2000b) sustenta que a transferência de funções do Estado para a Sociedade, nos processos de democratização da gestão das políticas públicas, não deveria esvaziá-lo, como preconizado na onda neoliberal dos anos 1990, mas o engrandecer. Bandeira (2000) e Braga (2001) chamam à atenção para o esvaziamento e enfraquecimento do papel do Estado que pode, sob o discurso da participação ou da governança democrática, estar simplesmente difundindo uma ideologia neoliberal de diminuição do Estado.

Santos Jr. et.al. (2004) também alertam sobre o discurso da proposta liberal de reforma do Estado. Tal proposta identifica uma ineficiência na sua atuação, que deveria ser corrigida com um *choque de gestão*. O papel de guardião do interesse público, antes e acima dos interesses privados, ficaria então enfraquecido. Trata-se, para os autores, de uma inversão entre o que é a doença e o que deveria ser a terapia.

O desejo de um Estado não tecnocrático e eficiente em termos de construção de políticas públicas sintonizadas com os desejos comunitários, também está presente quando se fala do diálogo que deve ser aberto com os atores sociais, na perspectiva de construção dessas instâncias institucionais onde se pratique a gestão democrática dos assuntos de interesse público, entre eles o desenvolvimento.

A abertura de canais para a ampla participação cívica da sociedade não pode prescindir de um Estado forte. Barth e Brose (2002) sustentam que o Estado tem um papel central na regulação da sociedade e no fortalecimento da cidadania. Santos Jr. et.al.(2004) reconhecem que a ação do Estado também é decisiva na conformação da cultura cívica que, por sua vez, influencia as instituições.

Portanto, uma gestão ampliada e democrática do desenvolvimento não implica no afastamento, no enfraquecimento ou na opacidade do Estado. Pelo contrário, talvez seja a partir do próprio Estado que deva partir a iniciativa de ampliar a arena política de discussão do desenvolvimento.

Pela amplitude do tema desenvolvimento, por suas características inter e transdisciplinares (BECKER, 2000b; SIEDENBERG, 2003) e ainda pela necessidade de foco metodológico para este trabalho, a preocupação com a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, deste ponto em diante, diz respeito à sua dimensão político-institucional.

Isto é, o pressuposto de que a Economia Solidária constrói inovações que geram desenvolvimento, assenta-se sobre a idéia específica de que o desenvolvimento é um processo que, para ser sustentável, depende de uma ampla participação social coordenada por um mecanismo institucional de governança democrática.

A possibilidade de diferentes escolhas das pessoas a respeito do desenvolvimento, associada às críticas metodológicas feitas aos modelos de

desenvolvimento planejados de forma centralizada, descritas anteriormente, trazem mais um ingrediente relevante para o trabalho de pesquisa. Tais constatações trazem a necessidade de não se definir, *a priori*, o que é desenvolvimento, quais os indicadores que apropriadamente o representam e então se buscar medir se tais sinais estão presentes nas práticas de Economia Solidária.

É preciso também escapar de uma conceituação maniqueísta em que se pense que o desenvolvimento, ou é uma política deliberada e centralizada, onde há um agente e um paciente, ou é um processo que acontece naturalmente a partir de um ambiente, e onde a intervenção e as ações afirmativas são tidas como invasivas. Entre esses dois pólos, há um *continuum* de diferentes possibilidades de interação entre atores locais na realização do que Silveira et al. (2001) chamaram de *potencial de nucleação* das experiências de desenvolvimento, ou seja, a capacidade de agregar novas parcerias e desencadear novas ações.

O fato de existir a iniciativa de algum ator social específico na proposição de alguma política de desenvolvimento não significa, necessariamente, uma intervenção sectária e autoritária. O reconhecimento do papel central do Estado na organização e institucionalização dos espaços de governança, discutido rapidamente no capítulo anterior, ilustra claramente esse ponto de vista. O que é preciso é que as arenas de discussão abertas sejam permeáveis a outras forças interessadas no desenvolvimento, caracterizando o seu aspecto democrático e plural. Se não fosse assim, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações e outras formas de organização não teriam sentido na dinâmica social.

Portanto, ***Desenvolvimento será entendido, neste trabalho, como uma construção coletiva voltada para a materialização de um projeto político de sociedade.*** Ser uma construção coletiva tem uma dupla implicação: primeiramente, é uma construção porque não está dado *a priori*, é preciso que se conheça – e reconheça - o conjunto de aspirações existentes entre quem participa da construção. Ou seja, é um processo histórica e culturalmente localizado; em segundo lugar, é coletivo porque pressupõe uma coordenação político-institucional democrática - governança - que contemple a diversidade e a pluralidade de aspirações, bem como propicie espaço e tempo para as suas manifestações e interações recíprocas.

Estar voltado para a realização de um projeto político de sociedade significa partir de um questionamento das idéias dominantes, atualmente tidas como a única

via, inescapável e inquestionável. É, portanto a busca de uma realização que se dá o direito de colocar em dúvida o reducionismo econômico, o utilitarismo, o individualismo e a competição como valores centrais e universais.

Nesta concepção de desenvolvimento, o adjetivo sustentável, como definido anteriormente, agrega a noção de que **esse processo de construção se sustenta através da possibilidade de uma ampla participação democrática viabilizada por inovações institucionais**. Pode-se acrescentar que, ao mesmo tempo em fortalece o processo de construção do desenvolvimento, a participação democrática deve ser um fim desse mesmo processo. Dito de outra forma, a dimensão política, sem precedência sobre, e sem prejuízo de quaisquer outras dimensões que se queira identificar na noção de desenvolvimento, é uma fonte da sua sustentabilidade e simultaneamente, deve ser uma busca permanente dentro desse processo.

4.4 Desenvolvimento, capital social e território

Se o desenvolvimento é admitido e reconhecido como uma proposta política de organização social, política, econômica e cultural, é preciso uma *vigilância epistemológica* (BACHELARD, 1996) severa sobre algumas das suas categorias constitutivas, que se prestam muito facilmente para serem tomadas como uma função instrumental do próprio crescimento econômico. Por isso esta seção se propõe a trabalhar duas categorias que são importantes para a reconstrução crítica do conceito de desenvolvimento: o capital social e o território.

Tal risco de confusão com a própria idéia positivista de crescimento econômico Becker (2003) identifica no desgastado conceito de *capital social*, por exemplo³⁴, quando afirma que “[...] as dimensões culturais de organização social dos processos pretéritos estão sendo retomados como algo ‘novo’ e/ou ‘inovador’” (BECKER, 2003, p.89).

Nesse sentido, o autor reforça outras críticas ao trabalho de Putnam (2000), segundo as quais a sua concepção de capital social reputa algumas situações

³⁴ O próprio Banco Mundial refere-se desde meados dos anos 1990 à idéia de capital social como algo a ser fortalecido por meio do empoderamento [*empowerment*] das comunidades frente aos governos, conceito que, em tal contexto, significa um espaço cada vez menor para atuação do Estado.

históricas como determinantes do sucesso dos processos de desenvolvimento de uma região, condenando, por outro lado, regiões depreciadas cultural, política e economicamente à estagnação.

Para Bagnasco (1998), economista italiano, as assimetrias nos processos de desenvolvimento regional da Itália, que são a base empírica da teoria de Putnam, se devem menos ao capital social, que em um sentido de regressão histórica, um dia encontraria um momento a partir do qual nada de concreto, nenhuma *cultura cívica* existiria, que pudesse justificar diferenças intrínsecas entre regiões. Para o autor, o desenvolvimento assume feições diferenciadas de acordo com o lugar, de acordo com a sua conjuntura e com as inovações, e não se pode afirmar que isso seja uma decorrência direta da cultura cívica.

O crescimento da chamada Terceira Itália, fora do *triângulo fordista* do norte daquele país ilustra, segundo Bagnasco (1998), uma inovação nos processos de relação entre vários pequenos empreendimentos, que desenvolveram assim um denso e extenso mercado que impulsionou a economia regional e pode, inclusive, ter favorecido o desenvolvimento de capital social. Esse quadro relativiza a assertiva de Putnam de que é o capital social que geraria o crescimento e a performance econômica.

Para Hintze (2004) a adoção do termo capital social por organismos como o Banco Mundial, como fonte potencializadora das políticas de desenvolvimento e de erradicação da pobreza, não passa de um *travestismo terminológico* que não contribui para a compreensão e resignificação do fenômeno e não aponta para soluções e propostas para a superação dos problemas. Além disso, como reforça Santos Jr. (s/d, p.18), “a pobreza urbana é a expressão mais perversa da ausência da cidadania”, portanto pobreza e cidadania são partes de uma única discussão, e não duas opções mutuamente excludentes.

Tal acepção de capital social, como uma sociabilidade geradora de laços de confiança e cooperação que garantam a coesão social, se presta a distorções, segundo as quais novamente se neguem os conflitos e os dissensos naturais dos grupos sociais, se negue a dimensão política e histórica do desenvolvimento.

Desse raciocínio, depreende-se que o capital social não pode ser visto como uma panacéia do desenvolvimento, pois ele mesmo depende de processos de

organização e mobilização social para se impor e validar como vetor de desenvolvimento. Coraggio (2003a) aponta que a confiança pode ser construída, ela não precisa necessariamente existir *a priori*, e os processos de concertação e governança democrática tendem a criar ou fortalecer esses laços.

A reificação desse conceito poderia camuflar a emergência de uma cidadania genuína e eficaz, fácil e docilmente substituída por uma idéia de mobilização natural e homogênea em torno da competitividade econômica dos territórios, e nascida no vazio político.

Oliveira (2001) lembra que a sociedade civil não pode ser reduzida ao desenvolvimento local, ou a uma *conceituação apaziguadora* qualquer. Não se trata nesta tese de falar sobre um desenvolvimento local que

[...] tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não-estatal, essa confusão semântica proposital [...] (OLIVEIRA, 2001, p.24).

O desenvolvimento que esta pesquisa quer discutir é aquele que reconhece o conflito como seu constituinte, como uma qualidade que lhe é imanente e lhe confere uma riqueza de possibilidades e de potencialidades a serem exploradas pela discussão democrática, e que tudo isso não fique subsumido em uma única categoria analítica totalitária e totalizante.

É evidente, entretanto, que a categoria *capital social* possui, sim, uma validade heurística significativa. Apenas se sublinha que ela necessita ser entendida a partir de um rigor conceitual. Hintze (2004) prefere o conceito de *capital social* de Bourdieu ao de Putnam, o primeiro intrinsecamente ligado à produção e circulação do capital financeiro, de caráter estruturalista, em contraposição à perspectiva cultural de Putnam. Estando ligado ao capital econômico, o capital social, na concepção de Bourdieu, teria seu volume dependente do volume de capital econômico, e seus processos de produção, acumulação e reprodução igualmente atados a este último.

O capital social é o conjunto dos recursos atuais e potenciais vinculados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento; ou dito de outro modo, ao pertencimento a um grupo, no qual seus membros estão unidos por vínculos permanentes e úteis

que se baseiam em intercâmbios materiais e simbólicos (BOURDIEU, 2001, *apud* HINTZE, 2004).

Abramovay (2000) salienta que a convergência entre as abordagens do capital social e do território, analisada mais adiante nesta seção, permite um olhar diferenciado sobre o seu objeto de estudo, o desenvolvimento rural³⁵. Território e capital social determinam, desse modo, uma perspectiva para o estudo do desenvolvimento, no qual a proximidade espacial dos atores implicados é relevante.

À proximidade espacial corresponde uma proximidade social (BOURDIEU, 1998b), e

[...] é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores [...] que, por seu turno, “[...] permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade (ABRAMOVAY, 2000, p.2. Grifos do autor).

Ou seja, a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é egoísta. [...] O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. [...] Em última análise, o capital social corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade (ABRAMOVAY, 2000, p.4-5-6).

Outra categoria fundamental para se pensar o desenvolvimento, mencionada anteriormente nesta seção, é o território. Abramovay (2000 e 2001), Reis (1988 e 2005), Schneider e Tartaruga (2005), Botazzi (1994), Lotta e Martins (2004)

³⁵ Estabelece-se uma analogia importante, neste ponto, entre Desenvolvimento Rural, como estudado na realidade brasileira, e desenvolvimento a partir da perspectiva da Economia Solidária, que é o objeto desta pesquisa: ambos exprimem o que Milton Santos (2002) chama de um resistência do lugar aos fluxos globais, conceito explorado mais adiante nesta mesma seção, ou o que Santos e Rodríguez (2002) chamam de movimento contra-hegemônico, Favreau (2003) identifica como movimento cidadão internacional, ou Fall, Favreau e Larose (2004) caracterizam como abordagem democrática e de parceria, a partir da economia social. Trata-se de autênticas resistências à homogeneidade, inexplicáveis à luz do paradigma do neoliberalismo. Para organismos como o Banco Mundial, esses movimentos representam espaços de pobreza a serem *corrigidos* pelo aumento do ritmo de crescimento econômico e aperfeiçoamento institucional (entenda-se redução do Estado), mas na sua essência eles representam a manutenção de laços sociais que a modernidade teria destruído (CASTEL, 1998), significam a reprodução da vida na sua forma mais simples (CORAGGIO, 1999 e 2002), o que, de certo modo, deixa perplexos os partidários da globalização em bases neoliberais: como existe uma forma de vida fora do padrão único? Esse tema é central nesta tese será retomado mais adiante.

reforçam as idéias de Milton Santos (1994 e 2002) para revalorizarem o território como constituinte do desenvolvimento, depois de a onda de pensamento neoliberal tê-lo reduzido a pó.

Pela relevância dessa categoria, neste momento será feita uma revisão atenta e detalhada que a resigne dentro das discussões sobre desenvolvimento. Na verdade, pode-se afirmar que ambas estão fortemente imbricadas, e que uma discussão política do desenvolvimento deve passar, necessariamente pela relação entre ambas.

[...] as políticas de desenvolvimento local podem associar-se a formas de superação de desigualdades geradoras de exclusão social. Neste movimento, a idéia de desenvolvimento centra-se no território, com ênfase na cooperação e aprendizagem, ou seja, formação de capital social e humano, na articulação intersetorial de políticas e participação ampliada de diversos atores locais. Desta maneira, o território-processo remete à superação de assimetrias envolvendo compartilhamento de informações, encontro de saberes e geração de processos que rebatem sobre o trabalho e a cidadania (SILVEIRA 2001, *apud* GRANITO et al., 2006)

Para Abramovay (2000), o território torna-se importante porque é nele que se cria e desenvolve o capital social. O capital social é produtivo, porque permite que se desenvolvam relações que sem ele não seriam estabelecidas. O capital social provocaria o aperfeiçoamento do tecido social, o adensamento das relações. Portanto, o desafio do desenvolvimento territorial passaria pela “[...] construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vão exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região” (p.12)

Milton Santos fala de um retorno ao território. Com isso, o geógrafo brasileiro quer registrar, primeiramente, que o neologismo *globalização* (SANTOS, 2004) desconsiderou o território ao asseverar que o mundo é um só. Fiori (2000) sustenta que globalização, de fato, não passa de um neologismo, de uma reedição de muitos credos liberais pós-iluministas, que teriam se metamorfoseado para a linguagem do final do século XX e , dessa forma, nada trazem de novo.

Porém, como as tecnologias de informação e telecomunicações permitem a cobertura instantânea de todo espaço planetário, cria-se o imaginário do território único, do território global (FERRARA, 2002)³⁶ que sustentam a crença da

³⁶ “Imaginário corresponde à prática social de atribuir significados a significados, ou seja, prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais. [...] Portanto, o imaginário

globalização, e tal onda homogeneizadora não lhe deixa escapar nada, e em especial inicia a sua varredura pelo próprio espaço territorial.

Milton Santos (2002) acredita que a racionalidade neoliberal só se apoderou da categoria território após ter-se apropriado de muitas outras, como trabalho, a produção, etc...mas o fato é que ela, efetivamente, o alcançou, e a idéia de *espaço global*, à qual Santos (2002) opõe a idéia de espaços globalizados, a materializa.

Reis (1988) situa o discurso neoliberal de construção de um espaço global homogêneo, ou como ele chama de *lugares indiferenciados*, como um espaço onde se realiza a acumulação de capital.

É o contexto da revolução industrial, quando a necessidade de espaços nacionais livre de entraves regulamentares que influenciasses os preços levou à concepção de um espaço homogêneo. É, depois, o contexto do desenvolvimento urbano e da acumulação capitalista, já que à necessidade de ordenação do território se associa à concepção de plano e de espaço polarizado. É, finalmente, o contexto de internacionalização da produção e da troca desigual, quando a concepção do espaço isento de especificidades relevantes se associa a uma idéia de integração uniforme no funcionamento da lei do valor (REIS, 1988, p.129).

Milton Santos (2002) aceita, da mesma forma, a presença dominante dessa forma de organização espacial, entretanto, identifica que ela retrata um entre dois tipos de relações presentes nos e entre os territórios. Essa primeira ele chama de relações verticais, ou *verticalidades*, que ligam pontos planetários em rede - os seus chamados *espaços globalizados*, normalmente as grandes metrópoles - que encerram relações de poder, distantes, virtuais, porém impiedosas e inescapáveis.

Mas, por outro lado, o autor identifica uma resistência a esse fluxo, as relações horizontais, ou *horizontalidades*, que denotam proximidades, contigüidades, laços intensos, baseados na cultura, nas trocas econômicas próximas, na solidariedade. São relações que escapam ao *arrastão* global – aparentemente

social corresponde àquelas representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistemicamente e em linha ascendente, a desejos, expectativas, projetos, valores crenças e hábitos. São responsáveis pela comunidade de sentidos que faz do imaginário uma elaboração coletiva. Essa expansão coletiva não só caracteriza o imaginário social, mas é condição de sua sobrevivência e parte vital da legitimação ou definição de identidades sociais, culturais, políticas. Em conseqüência, o imaginário é uma característica da organização social: sua identidade ou sua máscara. Verdade ou mentira, real ou manipulado, o imaginário nos diz menos sobre si próprio do que sobre a sociedade que o constrói” (FERRARA, 2002, p.45-6). Uma boa revisão sobre a *teoria dos campos* e o *habitus* de Bourdieu (1996a; 1996b; 1998), ajudará o leitor a desvendar a gênese desse processo de criação do imaginário.

onipresente e onipotente - e lhe resistem. Se as verticalidades exprimem forças centrífugas, que desconfiguram e descaracterizam os lugares, que levam tudo e todos para o *não-lugar*, as horizontalidades fundam-se sobre forças centrípetas, que trazem as pessoas, os fluxos, as trocas e as relações para o centro, para o lugar.

As ações em rede podem, desse modo, ser vistas como promotoras de desenvolvimento nos territórios. As redes são atravessadas por recortes horizontais e verticais, por forças centrífugas e centrípetas que se entrecruzam no território, por isso a dinâmica das redes tem homologia com a dinâmica social - entendida como econômica, política e cultural - do território. A dinâmica do território é, portanto, categoria privilegiada para análise do desenvolvimento, pois é onde se materializam as contradições (políticas, econômicas, culturais) do global-local, que alimentam e são realimentadas pelas dinâmicas das redes interorganizacionais, inclusive as solidárias (GOULART, 2006).

Reis (1988) indica que o território é uma categoria importante de entendimento do que ele chama de desenvolvimento *local*, uma vez que os modelos centralizados de desenvolvimento, já revisados no início deste capítulo, esgotaram-se rapidamente, antes mesmo do final do século XX, tendo sido eficazes, ao menos simbolicamente, apenas durante os trinta gloriosos anos do capitalismo pós-guerra.

Almeida (2002), do mesmo modo, aponta que a noção dominante de desenvolvimento o reputava como uma necessidade universal, que é bom para todos os lugares: seria um “modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura” (p.23).

De um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo) liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor *modelos* (grifo do autor) para o conjunto do mundo. A idéia-mestre de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside [...] na compreensão de que o desenvolvimento sócio-econômico é provocado pelos avanços científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens (p.22)

Ou seja, a lógica desenvolvimentista, que continua perpassando a idéia de globalização, *precisa* da indiferenciação do território para afirmar-se e ser reconhecida como norma universal. Entendido o primeiro efeito dessa ideologia – ou imaginário (FERRARA, 2002) - da globalização sobre o território, Milton Santos fala do *retorno*, e se refere à sua redescoberta como categoria teórica e empírica imprescindível para o entendimento da dinâmica social.

Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno (SANTOS, 2002, p.138).

É no lugar que se constrói a relação política dos atores, as suas discussões, as suas construções, seus dissensos. O não-lugar globalizado é impermeável à política, pois não há nada em discussão, tudo está dado e só cabe seguir o fluxo; o consenso é universal, dado que é irreversível, inescapável.

O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado (SANTOS, 2002, p.142).

Tal construção de um espaço global único, ao qual se opõe a solidariedade local, é absolutamente parcial e intencional, não ocorre como um processo natural de organização econômica espontânea, como quer fazer crer a ideologia neoliberal. Fiori (2000) ajuda a reconstruir a idéia de território ao afirmar, revendo os teóricos clássicos do capital, que:

[...] o território é uma questão que não conta na teoria do capital, nem na difusão do mercado. Mas o que a história demonstrou é que território, jurisdição política, e Estado contam muito na distribuição da riqueza mundial. [...] Essa é uma percepção mais fina, mais brilhante da idéia do poder, como foi também a do território como fator decisivo na distribuição da riqueza (FIORI, 2000, p.61-2).

Ou seja, se a produção e a distribuição das mercadorias e serviços, se os fluxos financeiros são globais e não conhecem fronteiras e territórios, a pobreza tem geografia, tem espaço próprio definido dentro do globo. Fall, Favreau e Larose (2004) usam a dualidade norte-sul para identificar os países mais ricos e mais pobres do planeta, e mesmo as diferenças internas dentro de países, nos moldes dos estudos da pobreza de Sen (2000), identificando que a pobreza e desigualdade têm endereço fixo. Bourdieu (1998b) também demonstra claramente a construção social dos espaços de exclusão, mesmo nos países ditos *centrais* ou não-periféricos.

Se a riqueza pode passear pelo globo, a pobreza não pode. Se a identidade da riqueza dos capitais voláteis é impessoal, a pobreza não o é. A pobreza fixa a pessoa ao território, portanto o território importa. Mas não se precisa dar ao território, como categoria analítica, unicamente o recorte normativo dos limites legais e econômicos. O próprio enfraquecimento do Estado, trazido pelo discurso neoliberal,

fragmenta e fragiliza o aspecto normativo do território, e o canaliza para o debate inócuo do local-global, já discutido anteriormente neste capítulo.

O território abrange, segundo Schneider e Tartaruga (2005), três concepções complementares: i) a primeira é uma concepção naturalista na qual é tido como o ambiente, o espaço natural; ii) a segunda fala de território e espaço, englobando também o que Milton Santos (2002) chama de objetos técnicos, os resultados materiais da intervenção humana no espaço; e iii) a terceira amplia as duas anteriores, supera o limite do conceito normativo e fala em *territorialidade*, englobando as relações sociais e a cultura (a imaterialidade, para Milton Santos).

O desenvolvimento territorial, na idéia de Schneider e Tartaruga (2005), se constrói a partir da participação das pessoas, como sujeitos políticos do território, territorialmente localizados, territorialmente ligados e identificados entre si. Onde as relações entre as pessoas influenciam-se reciprocamente está presente uma relação política, de poder e de influência mútua que caracteriza uma unidade territorial que, por sua vez, permite uma investigação empírica.

[...] a conceituação, aqui defendida, é aquela em que o território é definido como um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço de vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.10).

Note-se que a preocupação deste trabalho não é com um olhar conceitual do território, mas analítico. Trata-se de uma ferramenta heurística para a investigação empírica da tese, por isso esta construção que suporte a análise futura. A abordagem territorial do desenvolvimento – a região estudada nesta tese é um lugar específico – indica que se procurará observar basicamente a ação dos atores sobre as relações sociais do território. Por ora, se pretende continuar avançando no entendimento desse recorte.

A abordagem territorial do desenvolvimento aqui proposta quer se afastar da função de *suporte* do território, onde ele simplesmente fornece elementos naturais para os processos de desenvolvimento, para entendê-lo como um *condicionante* da ação dos atores sociais que o ocupam, ou, em outras palavras, como um molde das ações sociais nele observadas (PECQUER, 1992).

Os territórios identificam-se também por serem espaços organizadores de funções econômicas, ou seja, por iniciarem, desenvolverem e potencializarem *processos relacionais* de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares, em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas (REIS, 1988, p.128).

Ou seja, o território não se resume a uma paisagem, mas é um espaço social estruturado e estruturante das relações que nele se verificam. Reis (2005) indica que os atores sociais, como sujeitos de racionalidade e de ação estão condicionados pelos territórios. O que se pretende ressaltar é a **não** neutralidade do espaço como uma paisagem de elementos naturais e objetos técnicos apolíticos.

Não se pode reificar o território, pois o *prejuízo epistemológico*³⁷ que se causaria é desastroso:

[...] o que está em causa aqui não é o território como conjunto físico de paisagens materiais, mas o território como expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas (REIS, 2005, p.59).

Dito de outro modo, no território acontecem trocas materiais e simbólicas por ele influenciadas, não meramente *suportadas*. Por conta da presença desses processos relacionais, econômicos, políticos, organizadores da vida coletiva, o território, ou local, é um espaço privilegiado para a análise das relações de poder.

Uma análise mais detalhada, mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais. [...] Assim, o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque do desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, nesse sentido, atributos do desenvolvimento territorial (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.12).

³⁷ Pede-se permissão ao leitor para um neologismo de aparência economicista. De fato, o economicismo semântico é uma característica da modernidade, mas não significa, necessariamente, uma comunhão de valores. O próprio Pierre Bourdieu se permite o referencial de termos econômicos – trocas, produção, circulação, reprodução, entre outras – para exprimir idéias que justamente combatem a construção simbólica de valores universais do capitalismo, e que se materializam exatamente na língua.

Isto é, desenvolvimento territorial é desenvolvimento da cidadania e da participação, do diálogo entre sujeitos políticos, da revitalização do tecido social.

Ou seja, o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projecção de racionalidades econômicas exteriores, deverá também ser analisado na sua espessura, isto é, através dos seus elementos constituintes, quer os de natureza material, quer os de natureza simbólica e cultural (REIS, 1988, p.128).

A perspectiva do desenvolvimento vista a partir do território tem, coforme Reis (2005), praticidade operacional e utilidade prospectiva, o que permite a análise do que ele chama de *polimorfismo* dos processos desenvolvimento, isto é, a diferenciação dos processos de desenvolvimento nos diferentes territórios, em contraposição à idéia hegemônica de um curso único e natural de desenvolvimento presente no discurso neoliberal. Tal idéia é central para as análises empreendidas no final desta tese.

A diferenciação apresentada entre os processos de desenvolvimento, nos diferentes territórios, refletem as respectivas diferenças entre as estruturas de poder neles verificáveis. É preciso, portanto, para se entender o processo de desenvolvimento de um lugar, identificar as estruturas de poder nele presentes, sua gênese e reprodução, atributos sem os quais a análise é politicamente vazia.

Um território (não sendo um dado, não sendo estático nem sendo garantidamente homogêneo) é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas é, antes de tudo o mais, um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença. As quais, não sendo lineares nem heteronimamente estabelecidas, têm que ser definidas e mapeadas para cada território e cada processo relevantes (REIS, 2005, p.69).

Portanto, o recorte do território para o estudo do desenvolvimento, assim como o recorte político anteriormente sumariado, resgatam a categoria poder e a incluem na pauta de análise. Por isso, discutir, analisar, problematizar, explicar e entender o desenvolvimento a partir da Economia Solidária, implica em não abordá-la a unicamente com um fenômeno econômico, mas antes, e sobretudo, como um fenômeno social, político e cultural, determinado pelo território e pela história que nele se produz e reproduz.

De um ponto de vista analítico, é preciso um veículo empírico onde se manifeste esta construção coletiva, criando uma possibilidade metodológica de investigar se, e em que medida, existe alguma contribuição da Economia Solidária

para o desenvolvimento. No capítulo seguinte, a categoria analítica Inovação é tomada como esse veículo. A partir dela se pretende avaliar as implicações entre Economia Solidária e Desenvolvimento.

A escolha da categoria inovação se justifica pela conotação de movimento e mudança que ela suscita e, à medida que esse conceito for sendo desconstruído e reconstruído no próximo capítulo, tal justificativa se revelará mais evidente e sólida.

5 INOVAÇÃO

A revisão bibliográfica empreendida sobre inovação parte do conceito desenvolvido pela Teoria Econômica. Entende-se que a desconstrução e reconstrução crítica dessa teoria vão fornecer para a investigação proposta nesta tese. Primeiramente, é feito um histórico da evolução do conceito dentro da teoria econômica, com ênfase para a abordagem evolucionista e para a inovação sistêmica. Em seguida questiona-se o seu alcance para o entendimento da Economia Solidária e então se propõe a sua desconstrução crítica, para que possa ser apropriada como categoria analítica neste trabalho.

5.1 A teoria econômica neoclássica e a inovação para Schumpeter

Como tema de interesse econômico, a inovação tem origem com o economista austro-húngaro Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), que também se notabilizou na história do pensamento econômico com a idéia de *ciclos econômicos*, que guardavam relação direta com a inovação. Schumpeter se opôs às chamadas *teorias neoclássicas* da economia, representadas especialmente pelas obras dos economistas Alfred Marshall, Leon Walras e Vilfredo Pareto, que explicavam, na virada do século XIX para o XX, os fenômenos econômicos como tendendo intrinsecamente à situação de equilíbrio. Ou seja, os comportamentos de firmas e de consumidores equilibrar-se-iam através das suas manifestações respectivas de oferta e demanda em um dado mercado. Essa utopia do livre mercado auto-regulado, ao mesmo tempo derivava de alguns pressupostos clássicos de Smith e

Ricardo e lançou as bases que fundamentariam mais tarde a doutrina neoliberal da chamada Escola Austríaca de Ludwig Von Mises e de Friedrich August Von Hayek.

Schumpeter divergiu da tendência entrópica de equilíbrio, e propôs que o empreendedor capitalista representava a possibilidade de rompimento dessa cadeia de decisões racionais da firma e do consumidor, no momento em que ele introduz uma inovação. Para Schumpeter (1912), a inovação pode ser um novo produto, um novo processo de fabricação, a exploração de um novo mercado, uma nova fonte de matéria prima ou uma reorganização estrutural da empresa.

A inovação, por sua vez, desencadeia uma decisão *não racional* do consumidor. Para ser uma inovação, dentro do conceito *schumpeteriano*, a novidade apresentada por um empresário deveria ser inédita no mercado, ou seja, nenhuma outra firma poderia estar oferecendo aquele bem ou serviço nessa forma.

A *racionalidade* prevista nas ações de firmas e consumidores, dentro da proposta neoclássica, consistia na tendência de um comprador pagar por um produto o preço justo, composto por um custo de produção adicionado de uma parcela pela remuneração do capital. Por outro lado, a firma decide-se pela oferta - ou não - de um produto ao mercado, na medida em que o preço que os consumidores pagam pelo seu produto cobre os seus custos e lhe garante uma parcela extra que remunera o capital aplicado no empreendimento. Tal cadeia de reações mútuas (racionalidade utilitarista dos agentes) é que levaria o mercado à estabilidade e ao equilíbrio, que Schumpeter viria a chamar de *fluxo circular* da vida econômica.

Para o empreendedor *schumpeteriano*, essa estabilidade representa uma estagnação indesejável que levaria a um processo entrópico. A partir do que ele chama de processo de *destruição criadora*, o empreendedor rompe o *fluxo circular* com uma inovação, com a apresentação de um benefício inédito ao consumidor incorporado ao seu produto, de forma que com isso o consumidor se disponha a pagar por esse produto um pouco mais, gerando o dito *lucro extraordinário*.

Essa *vantagem competitiva* tende a diluir-se, dado que outros empreendedores tenderão a imitar a inovação lançada pelo empreendedor inovador, conduzindo, assim, a um novo fluxo circular e um novo equilíbrio. Portanto, a atratividade do mercado aberto pelo produto inovador acaba gerando a necessidade

de que esse processo de *destruição criativa* se torne permanente e se transforme no que Schumpeter chamou de *motor* do desenvolvimento capitalista, ou seja, a inovação deve ser permanente para aumentar a competitividade das firmas e para gerar lucros extraordinários que permitirão mais investimentos e mais inovações.

Por inovação, é importante frisar uma vez mais, Schumpeter (1912) vai entender aquela idéia que se transforma em uma renda extraordinária, ou seja, aquela idéia que tem um valor de mercado assim identificado pelos consumidores, e que seja, portanto, capaz de gerar um lucro extraordinário para a firma. Idéias que não se transformam em produtos ou métodos de trabalho economicamente mensuráveis não podem ser vistas como inovações a partir dessa ótica.

A concepção econômica de inovação é fortemente ligada ao desenvolvimento da capacidade competitiva de uma empresa dentro de um livre mercado capitalista. Mais do que uma característica diferenciadora de um empreendedor isolado, a inovação é elevada a um *status* estratégico dentro da economia capitalista. Ao longo do século XX, as firmas e os mercados tornaram-se muito mais complexos, aumentando assim a competição entre essas firmas, contexto no qual a inovação é valorizada como um diferencial competitivo auto-sustentado.

A partir da abordagem econômica, a inovação é, portanto, vista como uma dinâmica que rompe com a estabilidade do fluxo econômico e assume a função de processo deliberado de busca continuada por competitividade e diferenciação. Adotado sem filtros pela administração, esse conceito dinâmico e deliberado de inovação muda apenas a ordem das palavras para dizer, na voz de um de seus gurus, que “a inovação é o instrumento específico do empreendedor” (DRUCKER, 1986:39).

5.2 A teoria evolucionista e a inovação: evoluindo na incerteza

A partir da abordagem *schumpeteriana* da inovação se desenvolve a teoria evolucionista da economia (DOSI, 1991; PISANO e TEECE, 1989; NELSON e WINTER, 1982), segundo a qual a rotina das firmas não é mais a estabilidade do *fluxo circular*, mas sim a busca deliberada da *destruição criadora* decorrente dos processos de inovação. A abordagem evolucionista confere grande importância à

inovação, e em especial aos processos pelos quais ela se manifesta, como a aprendizagem, a cooperação, o trabalho em rede e os respectivos processos de regulação ou governança. Nas próximas seções serão detalhados o histórico dessa corrente teórica e as suas principais proposições a respeito da inovação.

A contribuição da abordagem evolucionista está em considerar que qualquer modificação de produto ou processo que seja inédita para a *firma*, consiste em uma inovação, ainda que ela não seja uma característica nova no *mercado*. Ou seja, quase tudo que a firma fizer e que seja diferente do que ela já vinha fazendo, passa a ser visto como uma inovação, e a coloca num fluxo permanente de evolução.

5.2.1 Histórico da teoria evolucionista

Rosemberg (1976) apresenta um trabalho de base recorrentemente citado pelos autores evolucionistas. Ele fala do progresso técnico, que se constitui da acumulação de certos conhecimentos que permitem produzir um maior volume de saídas [*outputs*] ou uma saída qualitativamente superior para um dado conjunto de recursos disponíveis. Nesse sentido, pequenas melhorias nos processos, que garantam mais ou melhores resultados se constituem como inovações.

Sobre o trabalho de Rosemberg (1976), Nelson e Winter (1982) produzem uma obra tida como o marco da teoria evolucionista, onde também eles identificam o progresso técnico como uma das principais fontes de crescimento na economia. Estes últimos asseveram que esses progressos acontecem em um ambiente instável e em permanente desajuste/reajuste, e essa instabilidade é exatamente um fator-chave na inovação.

Para entender a relação da inovação com o ambiente, é preciso relembrar o trabalho clássico de Ronald Coase (1937) a respeito dos custos de transação. Os custos de transação materializam as dificuldades da firma para fazerem transações no mercado, como, por exemplo, o custo da informação, dos contratos e de outras ações. Os custos de transação representariam uma variável exógena na teoria da firma, portanto fora do controle e uma fonte potencial de instabilidade e imprevisibilidade para os negócios. Na perspectiva de ação racional dos agentes econômicos, os custos de transação são uma fonte de incerteza que dificulta o planejamento.

É Herbert Simon (1977) quem recorre ao conceito de racionalidade limitada [*bounded rationality*] para afirmar que não existe uma racionalidade absoluta dos agentes econômicos, inaugurando uma nova abordagem para a incerteza. Em vez de ser totalmente controlada, permitindo decisões absolutamente precisas dos agentes, a incerteza passa a ser administrada, permitindo as melhores decisões possíveis, e não decisões ideais.

Além do conceito de racionalidade limitada, Nelson e Winter (1982) também vão buscar em Alchier (1958) o conceito de evolução e adaptabilidade para definir a abordagem evolucionista em Economia. Alchier (1958) sustentou, usando princípios da evolução biológica e da seleção das espécies, que os sistemas econômicos agem como um mecanismo adaptativo, selecionando alternativas de sucesso e lucro a partir de modelos de decisão do tipo tentativa e erro.

Usando esses pressupostos teóricos, Nelson e Winter (1982) podem construir uma idéia de que o ambiente de incerteza e mudanças é o terreno *natural* da economia e um campo fértil para a inovação. Dosi (1988) vai mais longe e sustenta que o processo de inovação contém uma dose intrínseca de incerteza, enquanto que para a economia neoclássica a incerteza não passava de uma externalidade que deveria ser controlada para um funcionamento equilibrado do mercado.

A inovação para Dosi (1988) é uma busca, e como tal não se sabe o que irá se encontrar com ela. Pavitt (1988) também entende que a viabilidade econômica de uma inovação é uma incógnita até chegar ao mercado, mas mesmo assim o empreendedor não pode prescindir de inovar e correr um certo risco, caso contrário ficará condenado à estagnação e à perda de competitividade.

5.2.2 Inovação e competitividade

Entendida por esse novo foco, a inovação passa a ser uma forma de a firma, em vez de proteger-se da incerteza, fazer uso dela para buscar e adotar novos produtos, novos processos produtivos e novos arranjos organizacionais (DOSI, 1988), desenvolvendo maior competitividade.

Clark (1985) também afirma que as mudanças tecnológicas passam a seguir um modelo ditado pela necessidade do sistema econômico. Ele cita a transição do

feudalismo para o capitalismo como decorrência dessa espécie de mudança, que também implica em mudanças sociais.

Para Freeman e Perez (1989), as mudanças tecnológicas trazidas pelas inovações configuram os chamados *paradigmas técnico-científicos* que marcam os ciclos evolutivos da economia. Esse conceito amadurece um trabalho anterior de Perez (1985), para quem um paradigma tecnológico “é o resultado de um conjunto de decisões tecnológicas que em determinado momento histórico, é assumido coletivamente como o modelo mais vantajoso” (Perez, 1985, p.441). Freeman e Perez (1989) identificam que nas diferentes ondas dos *paradigmas técnico-científicos* existem países que dominam um fator-chave do paradigma e conseqüentemente lideram o uso e a aplicação das tecnologias.

Segundo a abordagem evolucionista, a inovação se coloca como um diferencial competitivo auto-sustentável para as organizações se for tratada como uma política. Portanto, passa a apresentar dois requisitos básicos a partir da ótica econômica: em primeiro lugar, deve ser entendida e tratada como uma ferramenta competitiva e, em segundo lugar, deve gerar um ganho extraordinário que sustente essa competitividade.

5.2.3 Inovação sistêmica: aprendizagem e cooperação em redes

Nas décadas finais do século XX, a competição entre as firmas incorporou a necessidade de cooperação em arranjos coletivos, em face da necessidade de mudar as estratégias frente à reestruturação do capitalismo em curso.

Assim, a questão da cooperação emerge como tema de estudo na teoria econômica. Pavitt (1988) sustenta que, enquanto nas pequenas firmas a inovação assume características bem peculiares a um tipo de atividade que ela desenvolve, nas grandes firmas podem ser identificadas características gerais bem marcantes da inovação. Uma dessas características é exatamente a colaboração contínua e intensiva entre diferentes grupos especializados da organização, ou seja, o conhecimento vem de diferentes fontes e deve existir uma forte interação para ser potencializado.

Mas não é apenas dentro da organização que deve existir cooperação para inovar. Lahorgue (2004) identifica que,

a partir do reconhecimento de que o desenvolvimento econômico durável depende da sustentabilidade da capacidade de inovação de uma dada sociedade, aparecem duas outras constatações: a primeira delas é que a capacidade de inovação está diretamente ligada à flexibilidade de produção e à colaboração entre vários atores, incluindo, além das empresas, outras instituições, como os governos, e as organizações provedoras de conhecimento científico e tecnológico. A segunda constatação é que os processos de crescimento estão enraizados no território e são, portanto, dotados de história, o que significa que não são homogêneos (LAHORGUE, 2004, p. 16)

A abordagem da organização das firmas em redes e em arranjos cooperativos recebe grande destaque na teoria evolucionista. O primeiro ponto a se ressaltar diz respeito à extrapolação das fronteiras físicas da organização e à incorporação da dimensão social inerente a todo modo de produção, o que trás para o coração do debate a problemática da cooperação (AXELROD, 1984). A cooperação institui-se então como um fator fundamental no contexto das trocas econômicas e da necessidade das firmas constituírem relações de parceria em suas respectivas redes, como forma de terem acesso a tecnologia, conhecimento, serviços e outras vantagens que não conseguiriam isoladamente (ROESE, 2000; SANTOS, 2002), ainda que para cooperarem as firmas não abram mão de suas posições e estratégias competitivas individuais (HAGEDORN, 1990; JORDE e TEECE, 1989; NALEBUBUFF e BRANDENBURGER, 1996; PISANO e TEECE, 1989).

O fato é que as abordagens econômicas passam a se preocupar com o *conhecimento* e o *território*, que se agregam à inovação para explicar e planejar o crescimento econômico. Ou, dito de outra forma, (a troca de) conhecimento e (as especificidades do) território passam a ser *drivers* da inovação e do crescimento. Essa mudança de olhar sobre a inovação é complexa e precisa ser mais detalhada. Embora se possa considerá-los como duas diferentes categorias de análise, *conhecimento* e *território* serão tratados simultaneamente, dado que as suas implicações para a inovação estão imbricadas.

A teoria econômica passa a valorizar novamente as aglomerações de firmas como tema de interesse teórico a partir dos anos 1980, então como ponto focal das inovações que movem o desenvolvimento. Conceitos como os *meios inovadores*, de Philippe Aydalot (*apud* BENKO, 2002), os *pólos de desenvolvimento* de François Perroux (1973), e mesmo os *clusters* de Michael Porter (1999) dão mostras desse interesse teórico em tentar desvendar como funcionam as dinâmicas inovadoras

desses aglomerados e como se pode pensar em generalizações e abstrações que venham a alimentar ações de planejamento para o futuro. Também nessa linha, os estudos de distritos industriais da Terceira Itália por Becattini (1990, *apud* Lahorgue, 2004) e de Baden-Württemberg por Cooke e Morgan (1994), ou ainda a idéia de desenvolvimento endógeno no sul da Espanha, por Barquero (2001), ilustram a importância que passa a ser atribuída aos processos locais de inovação como base da competitividade.

Ainda que essa competitividade entre regiões possa ser vista como uma relação em que algumas regiões saiam como ganhadoras enquanto outras possam ser consideradas perdedoras (BENKO, 2002), o fato é que as condições de relacionamento propiciadas pelas regiões passam a ser uma importante variável da inovação.

O peso do território remonta, em verdade, à análise dos distritos industriais por Alfred Marshall, em 1890 (CARNEIRO, 2002), que identificou que as aglomerações de firmas se equilibravam a partir dos ganhos propiciados pela troca de informações entre as firmas. Noções de preços, dados e hábitos de clientes e fornecedores, conhecimento técnico e acesso a recursos humanos eram algumas informações relevantes que circulavam mais intensamente nas aglomerações, de forma que os ganhos obtidos com a redução de custos de transação compensariam a concorrência estabelecida pela proximidade com outras firmas e a tendência ao equilíbrio.

Se acrescentar-se a essa análise o fato de que o *mainstream* econômico do início do século XX ainda era baseado nas teorias neoclássicas de equilíbrio e que as distâncias físicas entre produção e mercados ainda eram um constrangimento econômico relevante, a concepção *marshalliana* de distrito é extremamente plausível.

Pesquisas contemporâneas continuam valorizando a questão territorial como alavanca da inovação e da competitividade.

A inovação é concebida como um processo que resulta da interação entre as organizações e as empresas, localizadas em meios inovadores, por isso a inovação é considerada como um fenômeno fortemente imbricado no território. (SANTOS, M.J., 2002, p.105)

Se na aurora do século XX a proximidade era fator competitivo em função do acesso à matéria prima, do transporte e dos custos de fornecimento de um produto ou serviço para um mercado, a virada para o século XXI valoriza o local pela possibilidade de interações próximas entre as pessoas, pela troca de conhecimento tácito, tão caro aos economistas evolucionistas, e pela formação de laços de confiança e criação de comprometimento entre os atores sociais, ou, em outras palavras, pela formação de capital social³⁸ (MORGAN e NAUWERLAERS, 2003).

O segundo ponto a destacar é a inclusão do *conhecimento* como fator econômico a ser gerenciado pela firma. A abordagem evolucionista propõe a incorporação do conhecimento como fator-chave do processo de inovação, a partir do paradigma de uma “sociedade do conhecimento” na qual as interações internas e externas da firma venham a impulsionar o motor do desenvolvimento capitalista.

Conforme LUNDVALL (1992), o conhecimento passa a ser entendido no final do século XX como o mais importante recurso das firmas, e a aprendizagem como o mais importante processo. Mais do que isso, a abordagem evolucionista enxerga o conhecimento tácito, não codificado, como conhecimento gerador de inovação. Aqui é preciso lembrar que, para os economistas evolucionistas, o que é novo para a firma, mesmo que não seja novo para o mercado, é uma inovação, desde que agregue um ganho econômico.

O conhecimento produzido fora dos muros das firmas é valorizado, e assim os arranjos interorganizacionais passam a desempenhar um papel fundamental na geração de inovação. “As firmas aprendem com a sua própria experiência, mas também de outras firmas com que trabalham e daqueles com quem compartilha informações, conhecimento e tecnologia” (COOKE, 2003, p.8).

Nesse sentido, Cooke (2003) ainda sustenta que as terceirizações e externalizações deveriam ser construídas no sentido de criar relacionamentos não hierarquizados, mas sim arranjos colaborativos onde a troca de conhecimentos se estende ao longo das cadeias de suprimento [*supply chain*], equilibrando competição com colaboração. Ou seja, a abordagem evolucionista sustenta que a inovação não é mais um processo isolado das firmas, mas é um *processo sistêmico*.

³⁸ É evidente que a noção de capital social de que se fala neste ponto **não** é a mesma, de caráter político, problematizada no capítulo anterior.

Faz-se, entretanto, importante destacar que a estratégia de cooperação adotada pelas firmas não significa que estejam desistindo da competição com as demais firmas. Ao contrário, a firma só entra em cooperação na medida em que possa visualizar, através dos mecanismos de cooperação, um incremento na sua própria capacidade competitiva (NALEBUBUFF e BRANDENBURGER, 1996).

Do amadurecimento de todas essas discussões, uma nomenclatura proposta que ganha corpo é a de Sistemas de Inovação. O uso da palavra *sistema* decorre ainda do prestígio que essa abordagem desfrutou em diversas ciências sociais a partir dos anos 1960, e evoca a idéia de realimentação e, especialmente, de inter-relações mecânicas e causais entre as diferentes partes de um todo. Os *sistemas de inovação* têm recebido diferentes apêndices, de acordo com a diferente escala espacial que cada autor deseja representar e defende: é possível se falar em sistemas locais (CASSIOLATO e LASTRES, 2000), sistemas regionais (COOKE, URANGA e ETXEBARRIA, 1997) ou sistemas nacionais (NELSON, 1992).

Na verdade, as diferentes vertentes teóricas empreendem esforços epistemológicos extremamente consistentes e lógicos para justificarem as possíveis diferentes abordagens de escala que o fenômeno aceita. Para a finalidade analítica desta tese, entretanto, o que interessa pontuar é que o foco dos sistemas é nas suas relações internas, ou seja, nas trocas estabelecidas entre os seus componentes. Então, diferentes formas de negócios e diferentes contextos culturais vão influenciar o tipo de escala adequado para interpretar essas relações. Há casos onde o fator território é determinante para algumas trocas e para formação de capital social, e então o termo *local* se torna mais adequado porque representa melhor as relações de proximidade que têm potencializado as inovações. Esse é o caso da Terceira Itália e do Vale do Silício, por exemplo, onde as instituições locais representam esses pontos focais que materializam as relações de cooperação.

Por outro lado, a dimensão planetária dos fluxos financeiros internacionais e as estratégias de externalização de atividades [*outsourcing*] dos grandes conglomerados empresariais permite a interpretação de que as relações entre firmas e outras instituições dentro dos sistemas de inovação não respeitam, necessariamente, uma continuidade territorial. Essas descontinuidades, que Milton Santos (2002) chama de *verticalidades*, revelam, do ponto de vista da inovação, as mesmas características das relações de proximidade, ou seja, simplesmente

manifestam trocas que acontecem independentemente da distância. É o caso do desenvolvimento conjunto de produto entre clientes e fornecedores à distância, ou o caso de alguns serviços específicos, como os financeiros ou de desenvolvimento de *software*, que permitem encontros remotos assentados sobre a tecnologia da informação e da comunicação.

Por conta dessas singularidades econômicas, gerenciais, culturais e tecnológicas, as fronteiras dos sistemas de inovação são menos importantes do que o caráter das relações que são estabelecidas no seu seio. Isto é, interessa neste trabalho explorar o fato de que, primeiro, a inovação precisa ser entendida como um processo social; e que, em segundo lugar, o processo de inovação, socialmente estabelecido, vai precisar de uma forma de coordenação para regular as relações entre os atores implicados. Qualitativamente, entretanto, será preciso problematizar, no campo da economia solidária, que tipo de relações sociais e de coordenação coletiva deverão ser construídas.

5.3 Sistemas Locais de Inovação e Arranjos produtivos locais

A discussão sobre sistemas de inovação e arranjos produtivos em escala local tem no Brasil impulso a partir de um investimento do SEBRAE em um grupo de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que resulta em um conjunto de publicações com um arcabouço teórico (CASSIOLATO e LASTRES, 1998; LASTRES e CASSIOLATO, 2004) e com o resultado de vários estudos empíricos (CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

Para este grupo de pesquisa, sistemas produtivos e inovativos locais foram definidos como

[...] aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (LASTRES e CASSIOLATO, 2004, p.4).

A abordagem dos arranjos ou sistemas de inovação decorre de uma análise das mutações econômicas trazidas pelo processo de globalização econômica, que

impõe aos locais a necessidade de competir pela atração e retenção dos fluxos de capitais econômicos produtivos e conseqüente geração de desenvolvimento.

Os sistemas distinguem-se dos arranjos pelo maior grau de integração entre os agentes da rede: empresas e demais organizações de apoio, como centros de pesquisa, de informação, de formação de recursos humanos e de financiamento. Portanto, os sistemas significam uma rede mais sinérgica e colaborativa.

Conceitos análogos que remetem à aglomeração territorial das atividades econômicas formam um pano de fundo da conceituação dos sistemas produtivos e de inovação. Entre eles podem-se mencionar as cadeias produtivas, os *clusters*, os distritos industriais, os meios inovadores, os parques tecnológicos e as redes de empresas.

Entretanto, Lastres e Cassiolato (2004) definem algumas caracterizações inerentes aos sistemas produtivos e de inovação que os distingue das demais formas de organização econômica coletivas: (i) dimensão territorial, pois a proximidade geográfica favorece o compartilhamento de visões e valores que serão importantes para a colaboração entre os agentes e para a dinamização econômica e cultural; (ii) diversidade de atividades e de agentes, o que permite uma cobertura de todas as atividades necessárias para a produção, como as empresas, universidades, órgãos de pesquisa, agentes financiadores e políticas públicas; (iii) conhecimento tácito, que portanto não é codificado e por conseqüência precisa da proximidade física e das relações informais para ser transmitido e compartilhado; (iv) inovação e aprendizado interativos, o que é fundamental para que aconteçam os processos de troca entre os agentes; (v) governança³⁹, como uma forma de regulação das interações entre os agentes; (vi) grau de enraizamento, entendido como a existência de fatores locais tanto de fornecimento (de mão de obra, conhecimento, financiamento, etc..) como de consumo (redes de distribuição e mercados), que também dinamizam a atividade econômica local.

³⁹ “No caso específico dos ASPLs, governança diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes – Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais, etc. -; e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos” (LASTRES e CASSIOLATO, 2004, p.14).

A consolidação dos arranjos e sistemas está normalmente ligada a uma trajetória histórica do lugar, que cria vínculos e molda uma identidade comum, formando um ambiente propício à cooperação e à confiança entre os agentes.

A influência do lugar não se limita, portanto, à preexistência de condições físicas, infra-estrutura, tecnologia, conhecimento ou recursos humanos preparados. Trata-se de um ambiente *institucional* favorável à interação e cooperação entre os agentes, ou seja, “[...] diferentes contextos locais com diferentes estruturas institucionais terão processos inovativos qualitativamente diversos” (LASTRES et al., 1998, p.15).

Abramovay (2000, p.2) igualmente assinala que

[...] mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais, é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores.

Esta é uma perspectiva eminentemente institucionalista do processo econômico. North (1991, livre tradução) define que

Instituições são as limitações/obrigações [*constraints*] construídas pelo ser humano que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem ao mesmo tempo de limitações/obrigações [*constraints*] informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Através da História, as instituições têm sido criadas pelos seres humanos para criar ordem e reduzir as incertezas nos processos de troca (NORTH, 1991, p.97)

Ou seja, os sistemas locais de inovação se constituem, na perspectiva institucionalista, como um processo redutor de incertezas e que aumenta a confiança e a interação entre os agentes, gerando mais inovações e desenvolvimento. Segundo Abramovay (2001, p.9), “[...] as formas variadas de cooperação humana [...] envolvem sempre algum tipo de representação antecipada sobre o comportamento alheio [...]” o que propicia um ambiente de confiança recíproca onde as interações são mais abertas, há mais troca de conhecimentos e conseqüentemente mais inovações.

Cassiolato e Lastres (2000, p.1) afirmam que uma das questões que tem contribuído para um melhor entendimento dos processos de inovação é

[...] a compreensão de que a inovação constitui-se em processo de busca e aprendizado, o qual, enquanto dependente de interações, é socialmente

determinado e fortemente influenciado por formatos institucionais e organizacionais específicos.

Em termos analíticos e metodológicos, os estudos sobre os sistemas produtivos locais, segundo Cassiolato e Lastres (2003), devem privilegiar a investigação (i) das relações entre as empresas e destas com as demais organizações; (ii) dos fluxos de conhecimento, especialmente o tácito; (iii) das bases dos processos de aprendizado; (iv) da importância da proximidade geográfica e da identidade histórica e cultural como fonte de diversidade que aumente a sua capacidade competitiva.

Segundo os mesmos autores o foco investigativo em SLI apresenta algumas vantagens, pois (i) representa uma unidade prática de investigação; (ii) focaliza um grupo de diferentes agentes e atividades conexas; (iii) cobre um espaço que simboliza um *locus* real.

Por isso, o enfoque de arranjos ou sistemas produtivos e de inovação é adequado para a pesquisa desta tese, pois os empreendimentos investigados receberam o apoio do SEBRAE e da ADS a partir da perspectiva dos APLs, e foram tratados como um Complexo Cooperativo. Portanto, a teoria dos SLI constitui um referencial analítico apropriado para a análise das relações a que se propõe a tese, guardados, evidentemente, alguns cuidados para a sua utilização na observação de uma rede de Economia Solidária, os quais serão detalhados adiante neste capítulo.

Até este ponto, foi possível sintetizar brevemente a evolução histórica do conceito de inovação. Interessava fazer esse balanço a partir da ótica econômica pela sua prevalência como idéia fortemente enraizada na ciência do século XX, e também pela sua robustez intelectual. A seguir, e partindo dessa revisão, se procura desconstruir essa idéia de inovação, explicitando-se o seu conteúdo ideológico, para reconstruí-lo com base no projeto político de desenvolvimento pensado a partir dos movimentos contra-hegemônicos de que a economia solidária faz parte. Com isso, pretende-se erigir um quadro analítico a partir do qual se possa pensar a inovação em Economia Solidária.

5.4 Limites da visão econômica de inovação

Para fins de se investigar o que são inovações em Economia Solidária, a abordagem nascida a partir da teoria econômica do desenvolvimento seria incongruente, pois ela foi construída a partir de um paradigma de relações econômicas ao qual a Economia Solidária se apresenta com uma contraposição e como uma alternativa. Essa questão é aprofundada adiante.

A primeira limitação do conceito econômico de inovação é sobre a sua ênfase no crescimento econômico, já discutido amplamente no capítulo anterior, sobre desenvolvimento. Antes mesmo de Schumpeter pensar em inovação, Boisier (2000) lembra que o crescimento econômico já era o tema central da economia política de Smith, Ricardo e Marx, hoje tidos como os economistas clássicos. Mas é com o conceito de *destruição criadora* de Schumpeter que o crescimento se torna uma obsessão econômica. O progresso da base técnica acumulado desde o início da Revolução Industrial permitiu que se pensasse na possibilidade da acumulação extraordinária, que por sua vez realimentava um ciclo de inovação e crescimento. Essa idéia de ciclos econômicos, ou ciclos de crescimento, baseados nos avanços técnicos, materializa conceitualmente a competitividade acelerada pela inovação. Assim formaram-se as teorias de Kondratieff⁴⁰, de Rostow⁴¹ e do próprio Schumpeter⁴².

40 Nicolai Dimitriev Kondratieff (1892-1938), economista russo, foi executado por ordem de Stalin, em 1938 porque seu modelo econométrico dizia que a coletivização da agricultura russa levaria a um pronunciado declínio da produção agrícola, o que acabou de fato acontecendo. Kondratieff também sustentava que o capitalismo sobreviveria à crise 1929, o que também incomodava ao chefe de Estado. O ciclo de Kondratieff de cinquenta a sessenta anos baseia-se na dinâmica inerente da tecnologia. Assim, nos últimos 20 anos de cada ciclo necessários em outras indústrias que param de crescer. Após esses 20 anos, segue um período de estagnação de mais 20 anos, durante o qual as novas tecnologias não conseguem gerar empregos suficientes para fazer a economia voltar a crescer.

41 Walt Whitman Rostow (1917-), historiador econômico norte americano que foi conselheiro do Departamento de Estado no governo Kennedy e que edita em 1960 a obra que o celebrou: *As etapas do crescimento econômico*. A sua sustentação é que todo desenvolvimento econômico, em qualquer sociedade, segue um curso linear que passa por cinco fases distintas e sucessivas, sem as quais não haveria possibilidade de desenvolvimento para uma economia: i) sociedade tradicional, ii) pré-condições para o arranque, iii) arranque (take-off), iv) maturidade e v) sociedade de consumo de massa.

42 Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), economista austro-húngaro propôs a idéia de grandes ciclos ou ondas econômicos a cada 40 ou 50 anos, baseados nos avanços tecnológicos da base de produção. Freeman e Perez (1988) acrescentam a essa idéia a noção de paradigma técnico econômico como o *divisor de águas* de cada ciclo, ou seja, seria a **inovação paradigmática** que determina a transição de uma onda para outra.

Rist (1996) aponta que até a depressão de 1929 o crescimento econômico pode sustentar-se sobre a idéia de um mercado auto-regulado, mas que a partir da aceitação da intervenção do Estado na economia, proposto por Keynes, no pós-guerra, o desenvolvimento passou a ser visto como uma política, como um objeto de planejamento, conforme foi visto no capítulo anterior. Havia uma economia de mercado regulada, termo aparentemente paradoxal, mas que melhor exprime o que foram aqueles anos.

É da prevalência da economia como disciplina e das políticas de regulação *keynesianas*⁴³ do pós-guerra que emergiu a visão dominante de tomar o crescimento do PIB e especialmente do PIB *per capita* como medidas de bem estar, criando uma “espécie de circularidade viciosa de reducionismo econômico” em torno do desenvolvimento (BOISIER, 2000).

Essas concepções estão enraizadas em visões economicistas de desenvolvimento. Entretanto, é necessário se reconhecer esse pressuposto de que é o crescimento constante dos indicadores econômicos que deve ser a meta do desenvolvimento, para entender a crítica que Hamilton (2004) faz ao que ele chama de *fetichismo* do crescimento. Ele sustenta que o conceito de bem-estar ficou reduzido, nessa virada de século, à quantidade de dinheiro de que se dispõe e, por conseqüência, do conjunto de bens que se pode comprar. Assim, o objetivo do desenvolvimento de qualquer país fica reduzido à sua capacidade de geração de riqueza, e os processos de inovação ficam voltados unicamente para a produção desse suposto bem-estar material.

É preciso revelar a ética utilitarista que permeia essa noção de crescimento e suas implicações na concepção estreita de desenvolvimento que dela decorre, como forma de se reconhecer essas escolhas da teoria econômica como juízos de valor, sujeitas ao debate com outras concepções de desenvolvimento, debate este que também já foi feito no capítulo anterior, quando se procurou identificar um modelo de desenvolvimento alternativo ao que está posto como pensamento dominante.

⁴³ Referência ao economista inglês John Maynard Keynes.

O utilitarismo é um tipo de comportamento econômico em que os agentes econômicos seriam movidos sempre no sentido da maximização dos seus benefícios pessoais dentro dos processos de troca econômica. Mesmo Amartya Sen, tido como um economista de cunho liberal, critica o utilitarismo, argumentando que esse comportamento implica em um tipo de racionalidade que afasta a economia da ética, tornando essa ciência árida e movida unicamente por mecanismos voltados a fins (SEN, 1999).

O utilitarismo, para Sen, está baseado em três pressupostos: o *welfarismo*: um estado de coisas é julgado segundo a sua utilidade, ou ainda, segundo a medida da satisfação que possa causar; o *ranking pela soma*: a utilidade de um estado corresponde à soma das utilidades individuais das pessoas, indistintamente; e o *conseqüencialismo*: toda escolha é definida pelo estado que ela causa.

A máxima do utilitarismo pressupõe, pois, uma racionalidade em que a única motivação do ser humano é o seu bem estar, medido pela satisfação trazida pelas coisas que possui, ou tem, ou usa. Sen (1999), por sua vez, questiona primeiramente se seria a utilidade, como uma medida de satisfação, seria o que melhor representa o bem estar de alguém e, ainda, se o bem-estar seria a única medida de êxito dos indivíduos.

Procópio e França Filho (2005) enfatizam a limitação do utilitarismo também para explicar as dinâmicas de poder nas organizações e o seu uso analítico nas teorias organizacionais. Para os autores, o poder utilitário pressupõe a presença de uma racionalidade instrumental (ação voltada a fins) e, mesmo que possa explicar alguns fenômenos organizacionais, há situações em que ele não tem poder explicativo. As organizações são compostas por um conjunto de relações sociais que podem ser vistas como relações de poder, e segundo uma abordagem utilitarista do poder, haveria sempre um agente influenciando e determinando o comportamento dos demais nas organizações.

Como alternativa à abordagem utilitarista, Procópio e Franca Filho (2005) identificam a concepção simbólica do poder, que trabalha com a idéia de que o contexto interfere nas ações dos agentes, moldando o seu comportamento. Para não cair no outro extremo – determinista - que poderia ser tão restritivo, do ponto de vista metodológico, em relação à análise organizacional, quanto o é a abordagem

voluntarista/utilitarista, essa concepção incorpora a ação utilitarista, mas combinada com determinações culturais.

Desloca-se, assim a ênfase de *quem exerce o poder para quem o sente*, o receptor. A forma como ele capta a mensagem de subordinação está ligada ao contexto. Ou seja, a sua ação parte da percepção de sentido que o receptor dá ao poder, e essa percepção “[...] não depende somente da parcela de subjetividade intrínseca ao indivíduo, mas também da intersubjetividade determinada ou compartilhada pelo social” (p.8).

Nessa abordagem do poder, misturam-se uma visão simbólica e uma utilitarista. Uma relação de poder na qual se cria uma superestrutura (educação, instituições, etc...) para influenciar o comportamento, não deixa de ser utilitarista, ainda que indiretamente. O problema é que as instituições são também moldadas recursivamente pelos comportamentos, que as ajudam a se reproduzir (BOURDIEU, 1996a). Portanto, o dominado ajudaria a construir e fortalecer a estrutura que o domina.

Então a síntese é que o poder não se manifesta unicamente de forma utilitarista nas relações sociais e organizacionais. A *percepção de sentido* pelos agentes ganha espaço que antes era ocupado pelo *interesse utilitário* dos mesmos agentes.

Retomando, então, a questão de que o conceito de inovação, construído nas seções anteriores, nasce de uma abordagem econômica utilitarista, tal conceito está impregnado de uma racionalidade voltada para a maximização dos resultados de quem produz a inovação. Ela estaria voltada para uma *finalidade*, seria despojada de sentido ético e estaria embebida em relações de poder nas quais a inovação significaria deter um conhecimento de forma privativa e exclusiva.

Além disso, essa concepção de inovação recai na contradição capitalista de tendência ao monopólio, que fere a centralidade do mecanismo de mercado, que é a competição. A inovação econômica, especialmente na abordagem evolucionista, é tida como um processo permanente e sistemático de aquisição e manutenção de vantagem competitiva e faz parte de um sistema simbólico que tem impacto direto sobre o consumo.

Estando assim a concepção econômica de inovação focada no aumento da competitividade e da renda das empresas, há duas limitações sérias: a primeira é que ela só consegue gerar desenvolvimento para uma sociedade se for admitido que é o aumento do poder de consumo que vai trazer esse ganho; em segundo lugar, ainda que, por uma escolha valorativa, se entenda que seja esse aumento da riqueza que vai melhorar a vida das pessoas, o modelo de crescimento gerado pela inovação econômica não fala sobre a distribuição da riqueza, sendo em alguns modelos até mesmo incompatível com ela⁴⁴. Portanto, é preciso pensar inovação de um modo mais ampliado, ou seja, pensar inovação como reprodução social.

Para Coraggio (2003a), o desenvolvimento deve ser tomado como um “[...] processo dinâmico de ampliação das capacidades locais para alcançar a melhoria intergeracional sustentada na qualidade de vida de todos os integrantes de uma população” (p.1). O conceito está voltado para o longo prazo e deveria ser democrático nos seus efeitos, provocando uma melhoria igual para todos da sociedade.

A esse modelo de desenvolvimento, Coraggio (2003a; 2003b) chama de *reprodução ampliada da vida*, através da qual as relações sociais estariam voltadas para provocar a melhoria estruturada da qualidade de vida ao longo de um período. A melhoria poderia ocorrer por alguma mudança na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade, no “contexto que nutre a vida das unidades domésticas”.

Assim, os processos de inovação não deveriam estar focados unicamente no aumento da competitividade, mas sim na idéia de criar condições de vida dignas, justas, sustentáveis e distribuídas de forma eqüitativa.

Outra limitação evidente da concepção econômica da inovação é que, vista pela lente econômica, a inovação se limita às empresas privadas, mesmo quando construídas em ambientes interorganizacionais, de forma compartilhada em redes, arranjos produtivos ou sistemas de inovação. Trata-se de uma inovação voltada para o aumento da competitividade das firmas ou das regiões.

⁴⁴ Kraychette (2005) sustenta que a concepção liberal de igualdade repousa sobre uma igualdade de oportunidades para competir, e não em uma igualdade no sentido ético-valorativo.

Quando Méndez (2002) aponta para um *desenvolvimento territorial integrado*, ele está pressupondo inovações empresariais e inovações sociais. As inovações empresariais seriam as descritas na parte inicial deste capítulo, enquanto as inovações sociais avançariam na direção de incorporar ao desenvolvimento questões como bem estar humano, sustentabilidade ambiental, identidade cultural e participação política. Vistas como constituintes substantivas de uma concepção de desenvolvimento, essas dimensões se mostram como elementos subjetivos e intangíveis (BOISIER, 2000) que efetivamente alargam os conceitos de crescimento econômico.

De qualquer modo, o objetivo destas reflexões é perceber que as inovações podem ser entendidas para além da lógica econômica. A organização social, a relação com os ecossistemas naturais, a participação política, a configuração institucional, as manifestações culturais, entre outras coisas, também podem ser consideradas inovações em prol da melhoria da qualidade de vida e do bem estar das pessoas, sem que isso tenha, necessariamente, implicações econômicas.

A dimensão institucional de que se fala acima não tem o mesmo sentido do que aquele da teoria econômica. Quando o economista Douglass North (1990) fala das instituições, ele ainda tem o foco em melhoria das informações de mercado que, esse sim, em melhor funcionamento, pode prover um melhor desenvolvimento. Semelhante ordem de raciocínio expressa o Banco Mundial (WORLD BANK, 2003) quando sustenta a necessidade de fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável. O que se quer ressaltar, com esses dois exemplos, é que as assim chamadas *inovações sociais* precisam ser entendidas pela sua contribuição para o conceito de desenvolvimento como um projeto político de sociedade, e não como um mecanismo através do qual se aperfeiçoe a mesma velha fórmula do crescimento econômico.

As chamadas tecnologias sociais (LASSANCE e PEDREIRA, 2004), por exemplo, constituem inovações sociais importantes, não só pelo conteúdo das suas proposições em diferentes programas públicos e do terceiro setor onde têm sido construídas, mas especialmente pela sua metodologia participativa e inclusiva na sua concepção, implementação e acompanhamento, valorizando a participação cívica e construindo padrões de governança social inovadores. É esse sentido de

inovação que se precisa valorizar e ressaltar além da lógica econômica e que se quer observar dentro da Economia Solidária.

O trabalho de Barth e Brose (2002) faz um levantamento de várias ferramentas e metodologias participativas de gestão de programas sociais, ilustrativo do que se entende por inovação social. Em última análise, a idéia de inovação social pressupõe uma ampliação do conceito econômico, onde essa dimensão aparece como necessária, porém insuficiente para garantir o desenvolvimento. Assim, nem toda inovação precisa, necessariamente, trazer um resultado econômico extraordinário, mas pode agregar ganhos importantes de natureza política, social e ambiental, por exemplo.

Por fim, é necessário ressaltar que a abordagem econômica de inovação, mesmo quando fala da inovação como um processo social, está falando de processos de troca e de colaboração dentro de uma racionalidade de mercado, como se eles acontecessem num vácuo de poder, e onde as relações se pautassem sobre critérios unicamente técnicos e econômicos.

As desigualdades também existem entre os agentes econômicos e nos arranjos produtivos que se estabelecem entre eles. Alguns estudos da transformação na indústria automobilística a partir da reestruturação produtiva dos anos 1990, por exemplo, têm demonstrado essa desigualdade de forças entre as firmas que se associam (YOGEL, NOVICK E MARIN, 2001). Outros arranjos se formam a partir de processos de externalização, terceirização e subcontratação, que acontecem por estratégia de flexibilização de produção e custos de uma grande organização, que acaba subordinando e estabelecendo relações precárias com as demais firmas (FLEURY e FLEURY, 2000; CARLEIAL, 2001), de onde resultam relações hierarquizadas.

Há uma assimetria evidente entre a capacidade de influência das firmas no conjunto dos arranjos produtivos que se formam, de modo que a inserção de cada uma das firmas se dá em diferentes graus de subordinação. É preciso reconhecer que alguns ensaios são feitos pela teoria econômica sobre a questão da coordenação das cadeias, redes ou arranjos produtivos. Furlaneto e Zawislak (2000) apontam a própria cadeia como forma de regulação alternativa ao *trade-off*

clássico entre mercado e hierarquia⁴⁵, cujo debate gravita em torno de como acontecem essas relações.

Entretanto é preciso apontar alguns limites dessa abordagem para a análise de inovações em Economia Solidária. Novamente, o olhar econômico sobre as formas inovadoras de organização dos atores sociais se resume às firmas e, mesmo quando fala de instituições, está falando principalmente de instituições que auxiliem na regulação dos mercados. Ou, ainda, do Estado na condição de regulador, ou seja, como instrumento de aperfeiçoamento do mercado, que reduz os custos de transação e as incertezas nas trocas econômicas. Portanto, só são tratados como atores sociais aqueles que contribuem de uma forma economicamente mensurável para a manutenção do processo de crescimento.

Além disso, persiste uma visão idílica de que as relações são auto-organizadas num ambiente eticamente neutro, onde não são feitos juízos de valor e impera uma racionalidade absoluta. Os papéis assumidos pelos atores não resultariam de uma escolha, mas sim de um posicionamento “natural” em uma cadeia produtiva dada. A investigação das inovações em Economia Solidária de certa forma politiza e problematiza esse debate, ou deveria fazê-lo, analisando as redes formadas por empreendimentos de Economia Solidária e as organizações apoiadoras a partir de uma ótica em que a questão do poder seja considerada.

5.5 Como foi entendida a inovação na primeira parte da pesquisa

Considerando-se que a concepção econômica de inovação não explica uma gama de complexidades e relações descritas na seção anterior, que referência analítica pode ser usada para se tentar entender inovação em Economia Solidária?

Aparentemente essa referência não existe, entretanto já se conseguiu avançar um pouco na direção do que *não* permite essa análise. É fundamental

⁴⁵ Um *trade-off* significa uma necessidade de escolha entre duas alternativas mutuamente excludentes, porém equivalentes em termos de satisfação percebida (do ponto de vista utilitarista). Fala-se em Economia de um *trade-off* entre duas formas de coordenação das transações econômicas: a primeira é a chamada coordenação pelo mercado, de inspiração liberal, segundo a qual o mercado se auto-organiza a partir dos interesses individuais dos agentes; a segunda alternativa é a coordenação pela hierarquia, valorizada a partir dos estudos institucionalistas do século XX, especialmente de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North, na qual o papel das instituições é primordial na coordenação das transações e na regulação do mercado.

lembrar que está sendo entendido neste trabalho que a abordagem econômica da inovação é insuficiente para dar conta das inovações em Economia Solidária.

Por outro lado, a escolha da categoria inovação para se analisar o fenômeno da Economia Solidária deriva da idéia de que, a exemplo da inovação econômica *schumpeteriana*, que é o motor do crescimento econômico, as inovações apresentadas na Economia Solidária poderiam também ser o vetor de um outro padrão de desenvolvimento. Entretanto, por tudo o que já foi discutido anteriormente, fica evidente que o padrão de desenvolvimento articulado pela Economia Solidária, na sua teoria e na sua prática, diferiria substancialmente da idéia de crescimento econômico.

As categorias analíticas da abordagem econômica da inovação permitem, por outro lado, que sejam analisadas inovações técnicas, gerenciais e organizacionais, do ponto de vista interno de uma organização, assim como inovações nas formas de relacionamento e trocas externas com outras organizações.

É necessário reconhecer, portanto, que a teoria econômica da inovação chamou a atenção para as condições que contribuem para a inovação, tais como os produtos e serviços, as relações de mercado, a organização e a cooperação em redes e as relações de trabalho, cuja presença está sendo considerada fundamental para a emergência da inovação também em Economia Solidária.

Por isso, explica-se, a seguir, a tipologia utilizada para a análise das inovações em Economia Solidária, na primeira parte da pesquisa, descrita no capítulo 1, e que se dividiu em três eixos de discussão, tendo em vista a necessidade de desenvolver uma ferramenta heurística de análise, entretanto todos eles se encontram fortemente imbricados, como será demonstrado. A proposta de três eixos decorre da pesquisa sobre inovações em Economia Solidária do NIPETS. Por ter sido uma pesquisa comparativa internacional, se partiu de um modelo analítico comum ao grupo de pesquisa, onde se destacam diferentes formas de inovação em Economia Solidária.

Tipo de inovação	Indicadores
Dimensão organizacional	
Inovação organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição jurídica das empresas solidárias: trabalho associado, cooperado, assalariado, voluntário. - Modo como ocorre a adesão à proposta da Economia Solidária: induzido ou voluntário

	<ul style="list-style-type: none"> - Nível de democracia da Gestão. Modo de divisão, organização do trabalho. Autogestão; participação limitada, centralização. - critérios de cálculo da remuneração: partilha, por hora trabalhada mesmo valor para todos, por hora trabalhada com valorização diferenciada de atividades
Dimensão econômica	
Aspectos gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Características do produto - Atributos dos processos de produção, comercialização, financiamento. - Relações com a concorrência - Organização do tempo e Jornada de Trabalho
Dimensão institucional	
Natureza das redes de apoio	<ul style="list-style-type: none"> - Características das redes - Relações inter- empreendimentos - Relações com o conjunto dos meios inovadores das redes. - controle da rede

Quadro 1: Tipologia de inovações utilizada na pesquisa
Fonte: grupo de pesquisa NIPETS

5.5.1 Dimensão organizacional

Esta dimensão compreende as relações sociais dentro dos empreendimentos de Economia Solidária, especialmente a divisão do trabalho e a divisão dos ganhos. Mais do que simplesmente saber como são divididos o trabalho e os ganhos, interessa especialmente investigar como e por quem são tomadas essas decisões de divisão.

Como decorrência da forma de organização assumida pelos EES, e também pelo seu formato jurídico para os grupos que são formalizados, usualmente cooperativas ou associações (SINGER, 2000; ICAZA, 2004), a distribuição dos resultados econômicos assume um papel central na caracterização dos grupos. As pesquisas (GAIGER, 2000 e 2003; SINGER, 2000; TIRIBA, 2000; CAMP, 2002; CARRION et al., 2004; ICAZA, 2004) têm mostrado que a partilha igualitária dos resultados entre os sócios é a forma padrão de remuneração do trabalho desenvolvido.

Dentre outras características da Economia Solidária, como a autogestão democrática, é essa forma de partilha que mais inspira os teóricos (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002; SINGER, 2003; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; GAIGER 2004) a identificarem-na como um vetor de mudanças sociais mais amplas e

radicais, capaz, a partir de dentro do sistema econômico hegemônico, poder erigir uma organização social inovadora.

Colocada na perspectiva histórica do trabalho assalariado e de suas mazelas⁴⁶, a partilha dos ganhos entre os trabalhadores e trabalhadoras associados representa uma inovação interessante, ainda que não inédita. Iniciativas autogestionárias anteriormente investigadas (TRAGTENBERG, 1980) deixam evidente que essas tentativas sempre se apresentaram como alternativas ideológicas à desigualdade e à exploração capitalistas. Na pesquisa exploratória inicial, foi preciso investigar em que medida essa partilha, se e quando ela acontecia, significava uma forma de luta ou apenas uma forma possível de geração de renda diante de uma falta de alternativas, o que então permitiu avaliar o seu caráter inovador.

5.5.2 Dimensão econômica

A segunda das três dimensões através das se analisou as inovações encontradas em empreendimentos de Economia Solidária enfocava aspectos econômicos que são fundamentais para a sua caracterização. Isso permite uma comparação direta com as firmas capitalistas e o uso de elementos da teoria econômica para tentar entender o modo de funcionamento desses empreendimentos e as inovações que eles apresentam. Na dimensão econômica, puderam ser analisados o desenho organizacional em si, alguns elementos da sua gestão e a organização do trabalho e do tempo.

Para o escopo daquele trabalho, e novamente para garantir a comparabilidade internacional, um empreendimento de Economia Solidária *puro* foi considerado aquele que é voluntário na sua formação, apresenta uma autogestão democrática e distribui o seu resultado econômico entre todos os seus membros indistintamente.

A partir desse *tipo ideal*, uma primeira suposição possível é que a Economia Solidária, em si, representa uma inovação na forma de ocupação e geração de trabalho e renda. Embora Singer (2000) identifique a retomada de valores

⁴⁶ Ver especialmente Antunes (1999) e Castel, (1998).

cooperativos do século XIX e uma oposição organizada ao modelo econômico capitalista, as evidências empíricas de pesquisas brasileiras apontam que a Economia Solidária se apresenta, primeiramente, embora não unicamente, como uma alternativa ao emprego que desapareceu no esteio da reestruturação produtiva dos anos 1990 (GAIGER, 2000 e 2003; SINGER, 2000; TIRIBA, 2000; CARRION, 2002; TODESCHINI E MAGALHÃES, 2002).

Evidentemente que a Economia Solidária como resposta ao desemprego é uma assunção bem menos *glamourosa* do que a encarar como uma bandeira de lutas ideológicas capaz de acabar com todas as desigualdades e construir o mundo sonhado no seio de utopias. Por outro lado, essa assunção estrutura uma dimensão concreta e anterior, sobre a qual algumas metas e lutas podem ser baseadas.

Entender a Economia Solidária como uma inovação em si, permitiria valorizá-la como uma forma de reinserção social ampliada. É óbvia a vantagem de uma recuperação econômica que confere ao cidadão alguns ganhos de outra ordem, políticos e culturais, por exemplo, que são também reconquistados pelas pessoas que estão trabalhando nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Reconhecer o valor do resgate econômico das pessoas envolvidas nos EES é imperioso para entender a Economia Solidária como uma estratégia inovadora de reinserção social. O trabalho associado e cooperado não é de modo algum inédito na história, e nesse sentido se entende a afirmação de Singer (2000) de retomada de valores solidários após uma longa hegemonia da impessoalidade e da racionalidade técnico-burocrática⁴⁷ trazida pela Revolução Industrial e pelo *taylorismo-fordismo*. Entretanto, a sua organização em moldes solidários, como uma resposta ao desemprego, levanta a necessidade de se investigar como acontece a organização e a mobilização iniciais desses grupos, na tentativa de identificar como e por que emergem os EES.

Ainda na perspectiva da organização econômica dos empreendimentos de Economia Solidária, pode-se lançar mão da revisão do conceito de inovação

⁴⁷ Racionalidade esta explicada na introdução de Motta e Vasconcelos (2002), e que seria fruto do processo de modernização da sociedade pós-revolução industrial. O pensamento burocrático, e a sua manifestação no *taylorismo-fordismo*, que marcou o desenvolvimento da administração como ciência no século XX, de certo modo sintetiza o que seria essa racionalidade: imposição de um sistema racional-legal de controle da conduta, inclusive e principalmente com a divisão do trabalho; impessoalidade e meritocracia.

segundo a Teoria Econômica, feito anteriormente, trazendo a percepção de que algumas soluções organizacionais já conhecidas podem se revelar importantes ferramentas de inovação diante de situações inéditas. A inovação consiste efetivamente no alcance de resultados diferentes, e nesse sentido as soluções gerenciais para comercialização, financiamento e relacionamento com a concorrência na Economia Solidária poderiam apresentar inovações importantes.

Em contraste com as típicas relações do trabalho pós Revolução Industrial, onde o mundo do trabalho aparece radicalmente dissociado do mundo da vida, o convívio solidário e democrático ressaltaria e reforçaria laços sociais, e isso pode ser uma inovação importante. É preciso identificar como são as relações de trabalho, uma vez que, segundo a lógica da Economia Solidária, muitas vezes convivem o trabalho associado ou cooperado junto com o trabalho voluntário (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), diferenciando-se das tradicionais relações assalariadas do capitalismo.

Ao nível da pesquisa, portanto, foi importante identificar a presença ou não dessas características, pois a reprodução de modelos gerenciais tradicionais dentro dos EES e nas suas redes de relacionamento poderiam comprometer a proposição de inovações consistentes.

5.5.3 Dimensão institucional

Esta dimensão de inovações procurou entender como acontece, em nível externo, as relações em rede. O objetivo dessa investigação era desvendar a ação política nos relacionamentos entre os empreendimentos e destes com as demais organizações apoiadoras. Embora a tipologia apresentada tenha caráter meramente analítico e na prática todas as formas de inovação estejam imbricadas, quando se pensa nas relações entre os agentes de uma rede, é para esta dimensão, essencialmente, que se reporta o pensamento.

Assim como as firmas têm buscado as formas de organização coletivas, anteriormente citadas, para aumentar a sua capacidade competitiva, também a Economia Solidária se encontra perante o desafio de desenvolver redes que potencializem a sua capacidade de transformação (MANCE, 2001; SANTOS e RODRIGUEZ, 2002). Os estudos têm demonstrado a presença de um largo

espectro de atores sociais, representando diferentes espaços, no apoio ao surgimento e consolidação dos EES (CARRION e LOPES, 2004; CARRION e COSTA, 2004), revestindo essa dimensão de análise com uma relevância ímpar.

É preciso, no entanto, analisar cuidadosamente como são estabelecidas essas relações, quais os papéis que são assumidos pelas organizações apoiadoras e, em especial, como essas organizações trabalham ao mesmo tempo ajudando os grupos e fortalecendo a sua autonomia. O apoio e a educação na Economia Solidária requerem cuidados metodológicos que trabalhem na perspectiva do desenvolvimento da autonomia dos grupos (COSTA, 2004), sem a qual a sua capacidade inovadora e transformadora fica comprometida (CARRION, 2006).

Em nível externo, as relações dos EES com as entidades apoiadoras têm se mostrado complexas (GAIGER, 2001) e problemáticas (CARRION e LOPES, 2004), exigindo dos empreendimentos uma postura política sofisticada e inovadora. Nesse sentido, se torna uma dimensão de estudo epistemologicamente interessante e metodologicamente desafiante. A participação e o protagonismo político no Brasil ainda se deparam com desafios e limites relevantes em diferentes espaços de discussão (BARTH e BROSE, 2002; SANTOS JR., RIBEIRO e AZEVEDO, 2004), e dentro da Economia Solidária esses traços sociais podem se revelar como inibidores de uma autogestão realmente autêntica, participativa e democrática.

No próximo capítulo procura-se avançar, a partir dos impasses encontrados até aqui para se identificar Inovações em Economia Solidária, na construção de um conceito.

6 INOVAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo traz a proposta do autor do que, afinal, seria inovação em Economia Solidária. Ele é resultado do conjunto das reflexões teóricas e dos dados empíricos das duas diferentes fases da pesquisa. Trata-se de uma resposta à lacuna identificada na literatura. O capítulo apresenta uma primeira seção onde se procurou revisar o que se escreve sobre a relação entre economia solidária e inovação e propõe um modelo teórico inicial. A seção seguinte incorpora dados empíricos para enriquecer a proposta inicial – trazidos pelos atores do campo - e a terceira seção parte de tudo o que foi sendo construído nesta tese para então construir a proposta da tese.

6.1 A busca do *Santo Graal*: o que (não) se diz sobre inovação e economia solidária.

Ainda existem incongruências ao se falar de inovações no campo da Economia Solidária. Pesquisas empíricas feitas com a lente do conceito econômico de inovação, tal como esse conceito foi construído e desconstruído nesta tese, mostram sérias dificuldades dos empreendimentos solidários em mostrarem sequer alguns traços singelos de inovações.

Nessa perspectiva economicista, faltam a esses empreendimentos, nos quais o conhecimento dos trabalhadores é basicamente empírico, recursos

financeiros para capacitação, pesquisa e compra de equipamentos e máquinas, além de uma *cultura de inovação* (SOUZA, 2003).

Nos empreendimentos autogestionários, que nasceram de retomada de empresas falidas, como é o caso da amostra pesquisada, ainda que possam ser observadas pequenas inovações incrementais, permanecem quase inalterados todos os demais processos de trabalho na fase de retomada do empreendimento pelos próprios trabalhadores (HOLZMANN, 2000; CARRION, 2002; RUTKOWSKI E LIANZA, 2004; DAGNINO E NOVAES, 2005; HIGA, 2005; INOVAÇÕES..., 2006).

Evidentemente, as grandes mudanças observadas situam-se no campo da organização das relações de trabalho e, em alguma medida, na introdução da autogestão. Lisboa (2005) lembra que a autogestão não pode ser vista como sinônimo de Economia Solidária, nem vice-versa. O autor afirma que: i) a autogestão é uma condição insuficiente e pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário de uma atividade econômica; ii) “[...] em face da complexidade crescente da moderna divisão do trabalho” (idem, p.112), das novas relações de trabalho que surgem, não é possível se pensar em suprimir completamente as relações heterônimas; iii) essa divisão do trabalho cria saberes técnicos diferenciados que aliena as pessoas do trabalho. A alienação não se reduz à condição de mercadoria, portanto eliminar esse aspecto - via autogestão - não eliminaria a alienação.

A tese de Lisboa é questionável sob vários aspectos, entretanto tem o mérito de ressaltar que a autogestão, por si só, não garante a condição de solidariedade de um empreendimento, ou em um entendimento mais ampliado, não significa, necessariamente, um tipo de inovação que estivesse apontando para um processo de desenvolvimento com as matizes políticas que foram caracterizadas nos capítulos anteriores.

Uma das contestações mais palpáveis à tese de Lisboa é o fato de que a divisão racional do trabalho e as relações heterogestionárias são uma construção social do modo de produção capitalista, o que implica refletir que, se a presença da autogestão não garante a caracterização como empreendimento solidário, a presença da heterogestão, de outro lado, a impede, de forma definitiva.

As relações de trabalho autogestionárias, ainda que encontradas de forma imperfeita, têm sido o grande salto qualitativo – e uma significativa inovação – nos empreendimentos solidários (ANTEAG, s/d; AUTOGESTÃO, 2004). Mas discutir quais os limites e desafios da autogestão não está no escopo deste trabalho. Interessa ressaltar, tão somente, que se trata de uma inovação importante na transição da situação de empresa capitalista para empresa de autogestão.

Por isso, e dada a precariedade das condições econômicas dos empreendimentos solidários, é inviável a proposição de processos de inovação como fonte de crescimento e competitividade, até mesmo porque, ainda que fosse viável essa postura, ela seria incongruente com o projeto político de desenvolvimento com o qual a Economia Solidária se diz estar alinhada.

Então, expressões como “alternativas competitivas”, “fonte de competitividade”, “enfrentar o acirramento da concorrência” (SOUZA, 2003); “inserção nos sistemas produtivos locais” (MACIEL, 2001); “tirar benefício da eficiência coletiva de aglomerados *marshallianos*” (RAUEN, 2006); um “mercado consumidor restrito” (HIGA, 2005); são inócuas e vazias de sentido na discussão a que se propõe esta tese, pois tratam de uma perspectiva de realização que simplesmente não está na pauta da Economia Solidária.

Dagnino e Novaes (2005) dão um passo adiante a essas propostas de inovação, ao problematizarem-na como um processo social. As tecnologias seriam construções sociais, seriam uma escolha, porque para diferentes problemas organizacionais haveria várias possibilidades de escolha. No modo de produção capitalista a opção é por usar a inovação como forma de criar barreiras aos seus concorrentes, fazendo uma apropriação individual desse conhecimento gerado (patente, marca...) e caracterizando-o como uma *vantagem competitiva*.

A tecnologia que existe hoje seria uma opção entre várias outras que poderiam ser usadas e que seriam tecnicamente viáveis. A escolha final seria influenciada pelas pressões políticas e de mercado e resultaria de negociações entre os atores relevantes envolvidos. Como no modo de produção capitalista, as decisões são arbitrarias e centralizadas naqueles que detêm o capital e os meios de produção, a escolha tecnológica decorrente tem, inevitavelmente, o caráter individualista e competitivo.

Freenberg (*apud* DAGNINO e NOVAES, 2005) argumenta que a apropriação e o redesenho da Ciência e Tecnologia (C&T) por novos atores são condições necessárias, embora não suficientes, para a geração de *trajetórias de inovação* coerentes com esses estilos alternativos. A crítica de Freenberg propõe uma radical transformação da tecnologia que potencializasse suas possibilidades democráticas.

Daqui emerge a noção de *adequação* da inovação como uma forma de atender às necessidades de um grupo. Então, se determinado grupo encontra uma forma diferente de fazer a partilha, por exemplo, segundo os seus próprios critérios, estabelecidos de maneira democrática, há inovação. Dagnino e Novaes apóiam-se no conceito de *adequação sócio-técnica* (AST) de Freenberg para indicar um processo no qual os atores sociais envolvidos no empreendimento construiriam as trajetórias de inovação mais adequadas para resolver os problemas fundamentais enfrentados pelo próprio grupo.

AST pode ser entendida como um processo inverso ao da construção, em que um artefato tecnológico sofreria um processo de adequação aos interesses políticos de grupos sociais relevantes distintos daqueles que o originaram (NOVAES, 2005, p.2).

Por outro lado, os estudos empíricos (DAGNINO e NOVAES, 2005; NOVAES 2005a; 2005b) apontam que a AST ainda é um conceito que não é verificado empiricamente na sua totalidade, que abrangeria sete diferentes modalidades: i) uso; ii) apropriação; iii) revitalização ou repotenciamento das máquinas e equipamentos; iv) ajuste do processo de trabalho; v) alternativas tecnológicas; vi) incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente; vii) incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo (DAGNINO e NOVAES, 2005).

Mesmo assim, a AST ajuda a solidificar uma idéia de adaptabilidade dos meios para a realização de determinadas finalidades na Economia Solidária. Para a construção do modelo teórico a que se propõe esta tese, esse componente é importante.

Outra contribuição significativa é de Rutkowski e Lianza (2004), que enfatizam que os empreendimentos solidários não seriam apenas empreendimentos econômicos, mas sim parte de um projeto mais abrangente de desenvolvimento, e a sua sustentabilidade também dependeria de dinâmicas políticas, culturais e sociais.

Muitas vezes as inovações que são construídas nos empreendimentos refletem essas outras dinâmicas não econômicas.

Deve-se caminhar para compreender a inovação tecnológica com um conceito ligado á renovação dos valores da vida, como aprendizagem dos cidadãos e dos atores sociais que vise a um desenvolvimento humano em equilíbrio com a natureza (idem, ibidem, p.180).

A limitação dos autores ainda se situa na adjetivação da inovação como tecnológica, o que denuncia ainda algum apego ao paradigma dominante, que é através do qual ainda se enxerga a possibilidade de desenvolvimento das chamadas *tecnologias sociais*.

Mesmo assim, inovação em Economia Solidária não significaria, tão somente – ainda que seja importante – inovações quanto ao modo de produção, aí incluídas técnicas e relações sociais. Vai mais além e significa um modo diferenciado de ver um mundo.

Como formas alternativas de produção, tais empreendimentos trazem formas alternativas de conhecimento, baseadas, muitas vezes, em visões diferenciadas do mundo, que devem ser respeitadas e até reconhecidas como inovações. (idem, ibidem, p. 183)

Assim, o conceito de inovação em Economia Solidária precisa ser visto de forma mais ampla do que a lente economicista permite. É preciso encarar o empreendimento solidário como um fenômeno multidimensional no qual podem ser percebidas inúmeras formas de inovação, todas elas sempre apontando, em tese, para a consolidação de um projeto político de desenvolvimento.

É evidente que a dimensão econômica dos empreendimentos é importante. É condição *sine qua non* que o empreendimento contemple as pessoas com os ganhos financeiros que garantam a sua reprodução material como seres humanos e como grupo.

Entretanto o que se discute, do ponto de vista conceitual, é que as inovações em Economia Solidária, ainda que sejam de caráter econômico, quando estão ligadas à criação e recriação das condições materiais de sustentabilidade, devem estar atravessadas por valores que respeitem as questões culturais, sociais e políticas imanentes ao grupo, e que não tentem impor uma racionalidade legal-burocrática baseada na produtividade e na impessoalidade.

Por exemplo, os ganhos de eficiência na Economia Solidária não deveriam passar pelo desemprego, por isso a adoção de inovações devem partir de uma outra racionalidade, que valorize os aspectos particulares de cada pessoa, de cada lugar e de cada situação, e que não tente adotar modelos homogêneos voltados sempre para os mesmos fins. Esta questão será analisada mais adiante com maior profundidade.

6.2 O que dizem os atores no campo

Procurou-se trazer a voz do campo, dos atores da Economia Solidária – empreendimentos e organizações apoiadoras - para dialogar com o pesquisador. Com isso, tentou-se perceber qual é a idéia que as pessoas envolvidas nos e com os empreendimentos pesquisados têm sobre inovação, no sentido de que mudanças são sentidas e percebidas no empreendimento e nas suas vidas a partir da sua participação na Economia Solidária.

A seção 2.4 desta tese apresentou alguns resultados da pesquisa de campo, na qual é possível identificar-se inovações em diferentes aspectos dos empreendimentos. Entretanto, a leitura dos próprios trabalhadores dos empreendimentos e dos agentes das organizações apoiadoras indica que eles não têm uma visão clara do que é o processo de inovação, mesmo que o pesquisador possa identificar ações inovadoras dentro dos próprios grupos e nas relações entre si e com os apoiadores.

Em nenhum dos quatro empreendimentos os trabalhadores indicaram explicitamente alguma inovação. Pelo contrário, ao serem questionados com essa palavra, sempre se alegou dificuldade em sequer poder manter os processos de produção tais quais eram feitos antes da cooperativa. Em todos os empreendimentos o retorno ao padrão de qualidade anterior era, inclusive, uma meta que, se fosse alcançada, traria de volta condições de trabalho e remuneração melhores do que as que eram experimentadas pelos trabalhadores no momento da pesquisa. A qualidade do trabalho e do produto era ressaltada em todos os empreendimentos como um diferencial em relação ao que eles conheciam da concorrência.

Evidentemente, alguns trabalhadores, especialmente os ligados a cargos de gestão na cooperativa, e possivelmente devido ao seu envolvimento mais significativo com atividades de formação e relações políticas, apontavam uma nova forma de trabalho na cooperativa, ressaltavam os laços de solidariedade mais intensos, a maior participação, etc.

Entretanto, esse discurso era desmentido em outros questionamentos específicos sobre as relações de trabalho, os processos de tomada de decisão e a organização do processo produtivo, que também foram rapidamente sumariadas.

Tal contraste no discurso não invalida que se possa perceber um entendimento dos trabalhadores do que seja inovação na Economia Solidária, pois eles, de fato, vivenciam essas novas práticas no seu cotidiano. Vivenciam também, e é importante que se diga, uma grande incerteza que eles não conheciam sob a relação de emprego, mas – talvez pela força ideológica do discurso da Economia Solidária – demonstram vivenciar, mesmo que não sejam todos os trabalhadores e que não seja todo o tempo, um ambiente de trabalho novo e desafios novos frente à gestão do empreendimento.

Ou seja, parece haver nos trabalhadores uma noção intuitiva de um modo novo de organização do trabalho e da vida, com sentimentos contraditórios de satisfação/responsabilidade, independência/medo, autonomia/incerteza. Se para o campo teórico trata-se de uma *transição paradigmática*, para os trabalhadores se evidencia um momento de tensão e mudança, e as suas falas mostram isso:

Tivemos uma gestão *amadorística* (B1)

Tinha a ansiedade pela abertura ou não da cooperativa, mas hoje tem ainda uma ansiedade quanto ao futuro da cooperativa (B2)

Queríamos trazer todos os ex-empregados de volta, mas o ritmo quem diz é o mercado (B3)

A gente queria voltar a pagar os salários sempre nas sextas-feiras, como era antes (B4)

Já o principal apoiador dos grupos de metalurgia pesquisados, o sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre teve que começar a trabalhar com a perspectiva da Economia Solidária para ajudar a se formar alguns empreendimentos e conseguir prestar solidariedade. Possivelmente por conta da perda de poder de negociação, a partir da reestruturação produtiva dos anos 1990 e dos seus impactos nas relações de trabalho e sindicais⁴⁸, o sindicato também precisa inovar na forma de ser solidário e de apoiar as lutas dos trabalhadores. Se não é mais possível lutar por aumento de salários e benefícios e nem mais pela própria manutenção do emprego, a Economia Solidária se mostra como alternativa de luta.

A entrevista com o dirigente sindical indicou que a sua leitura sobre qual seria o maior obstáculo à formação dos empreendimentos autogestionários era a *resistência dos trabalhadores* a esse formato, pois muitos estavam fortemente ligados à idéia de defesa do emprego. É preciso, entretanto, se questionar até que ponto a postura dos trabalhadores não seria fruto do próprio processo histórico do sindicalismo brasileiro, forjado entre políticas públicas populistas e um ambiente mundial de regulação fordista das relações de trabalho.

De qualquer modo, é preciso valorizar a ação do sindicato, que além de apoiar diretamente a formação de duas das quatro cooperativas pesquisadas, teve apoio indireto em mais uma. Além disso, mantém uma Incubadora de Economia Solidária junto à Escola Técnica Mesquita, em Porto Alegre, de quem é a entidade mantenedora, e também opera, através da mesma Escola, programas de reinserção social e qualificação profissional em parceria com diversas prefeituras da região metropolitana, sempre a partir da perspectiva da Economia Solidária.

Outro apoiador importante para o setor metalúrgico foi a ADS, que em parceria com o SEBRAE no Programa Complexos Cooperativos, já descrito anteriormente, procurou promover um integração entre os empreendimento no formato de uma Arranjo Produtivo Local (APL), fortemente inspirado na concepção econômica de inovação, e que já foi discutido, também, em capítulo próprio.

⁴⁸ Fator que está na raiz do surgimento da ADS dentro da CUT, como referido no capítulo que contextualiza a Economia Solidária.

Novamente, como diagnosticado em relação ao Sindicato, a idéia de Inovação não está *explícita* no discurso e nas práticas do Programa e dos agentes envolvidos, e a sua visão *implícita* é a de inovação econômica voltada para a competitividade. A novidade fica por conta de tentar transferir um modelo economicista de desenvolvimento local para o campo da Economia Solidária, em um esforço tecnocrático que desconsidera a proposta solidária de desenvolvimento.

Assim, é possível perceber que a idéia de Inovação em Economia Solidária aparece em algumas práticas, mas, no entanto, carece de uma sistematização e organização. Com isso, e tendo como pressuposto do processo de criação de conhecimento, já explicitado no capítulo 1, a idéia de não cometer um *epistemicídio*⁴⁹, ao relegar o conhecimento do campo a um segundo plano e sobrepor a visão do pesquisador como palavra final capaz de interpretar e desvendar o que se passa ao seu redor, na seção seguinte procurou-se ensaiar a construção de uma proposta teórica do que seria esse movimento de inovação que a Economia Solidária suscita.

6.3 O conceito de Inovação em Economia Solidária proposto nesta tese

Por todo o exposto ao longo da tese, é proposta a idéia de Inovação em Economia Solidária apresentada na figura 2, logo abaixo. Como reforçado na introdução do trabalho, trata-se de uma proposta provisória, colocada em debate para a comunidade acadêmica e para o próprio campo da Economia Solidária.

A proposta surge do conjunto das reflexões teóricas desenvolvidas sobre a própria economia solidária, sobre desenvolvimento e sobre inovação. Leva ainda em conta os resultados da pesquisa empírica empreendida e, principalmente, o que *não* se diz sobre a maneira de inovar na Economia Solidária.

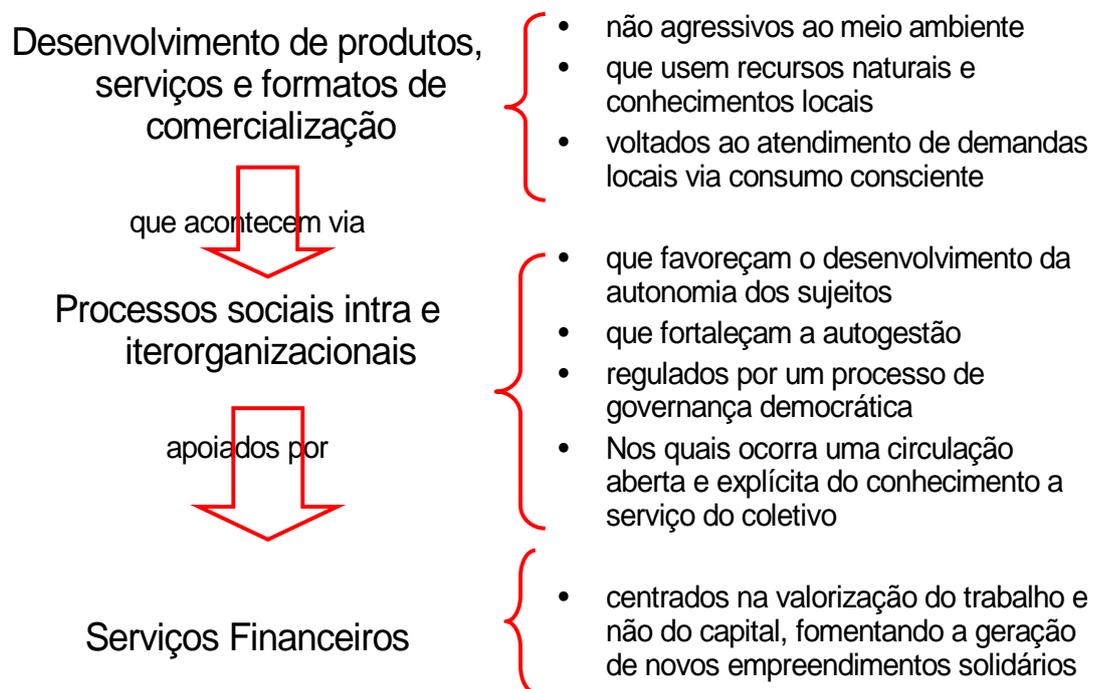
O conceito se propõe a fornecer um quadro analítico com o qual se possam desenvolver, por um lado, estudos empíricos que revelem a natureza do projeto

⁴⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo, Cortez, 2002, 4ª.ed. Volume 1: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.

político de desenvolvimento que está em jogo para cada território. E, por outro lado, que também abra espaços e legitime as construções sócio-históricas dos atores locais. Com as pesquisas empreendidas nesta tese, de certo modo, já foi feita uma dessas tentativas, que tentam explicitar a leitura que os atores da Economia Solidária fazem do seu próprio processo de inovação.

Assim, apresenta-se o conceito proposto, passando logo após a tentar explicá-lo.

Figura 2: Conceito de Inovação em Economia Solidária



Fonte: elaborado pelo autor

O conceito mostra na parte esquerda da figura uma relação entre o que é feito nos grupos de Economia Solidária, em que base de relações internas e externas, e como é suportado por mecanismos financeiros. Essa não é, obrigatoriamente, uma seqüência mecânica de ações ou uma relação causal direta. Antes, procura identificar que as dimensões organizacional, social e econômica da Economia Solidária deveriam estar integradas, e que um modelo que procure identificar como se inova nesse campo deve, este sim, necessariamente, integrar as três dimensões. Caso contrário, repetir-se-ia o modelo de inovação tradicional, no qual a dimensão econômica supera e rege as demais.

A idéia do conceito, portanto, repousa em primeiro lugar sobre a quebra da hegemonia das questões econômicas. Elas são importantes, talvez fundamentais para que se possa realizar o projeto político da Economia Solidária, mas só fazem sentido se forem estabelecidas levando-se em conta as peculiaridades organizacionais e sociais dos empreendimentos e da vida que neles se constrói, estando a elas subordinadas.

Ou seja, de um lado inovar não significa, necessariamente, criar ou desenvolver um produto, serviço, material, estrutura organizacional ou forma de comercialização que redunde em um resultado econômico expressivo para quem inova, deixando de corresponder, obrigatoriamente, à construção de uma *vantagem competitiva* para determinado grupo.

Por outro lado, a inovação também deixa de ter um caráter instrumental, passando a ter um significado próprio e fundado em valores. Por exemplo, o reaproveitamento de resíduos sólidos que acontece nos galpões de reciclagem para servirem de matéria prima para produtos de artesanato, materiais de construção alternativos e outras funcionalidades, não aponta unicamente para um processo instrumental de redução de custos. Significa mais: uma nova sociabilidade, uma nova forma de interação das pessoas com o seu meio, um caminho para desenvolver a criatividade, e essas coisas, por si só, possuem valor, porque resignificam a vida, melhoram a sua relação com o meio e exploram novas possibilidades de trabalho.

Já na parte direita da figura, ressaltaram-se as características que devem perpassar as inovações, as relações e os serviços financeiros que compõe o todo da Economia Solidária. O relato da realidade pesquisada apontou, por exemplo, que a dificuldade de acesso a serviços financeiros é central aos empreendimentos, mas, no entanto, todos eles acontecem a partir de organizações e procedimentos que são típicos do sistema econômico tradicional. Mesmo as linhas de crédito especiais do Banrisul e do Portosol, criadas a partir das políticas públicas descritas, obedeciam a critérios de avaliação, retorno e juros absolutamente iguais ao mercado financeiro tradicional.

Por isso, um quadro inovador deveria contemplar a presença de sistemas financeiros alternativos, como os bancos comunitários e as cooperativas de crédito genuínas, que potencializassem o desenvolvimento das redes solidárias,

aumentassem a possibilidade de geração de trabalho e renda dignos e expandissem as possibilidades de se agregar novas pessoas ao circuito de produção e de trabalho.

Mas tudo isso sem que a atividade financeira tenha uma finalidade em si mesma. Ela deveria estar caracterizada como suporte das atividades de produção e serviços, e essas sim possuem finalidades próprias: geram riqueza, geram valor social, dinamizam as práticas sociais, valorizam os saberes locais, enfim, adensam o tecido social *apoiadas* em serviços financeiros.

Da mesma forma, as relações internas entre os trabalhadores da pesquisa relataram dificuldades de se encontrar um modelo autogestionário genuíno, a presença de relações hierarquizadas, de processos disciplinares explícitos, de centralização de comando e ausência de uma participação efetiva dos trabalhadores. Tal quadro se assentava sobre processos rígidos de divisão do trabalho que impediam a troca de conhecimento, a aprendizagem e, conseqüentemente, a própria inovação em todos os processos de trabalho no dia-a-dia do empreendimento.

Em nível externo, a relação de troca de conhecimento e mesmo de fornecimento com outros empreendimentos era quase nula, e as poucas tentativas de aproximação aconteciam por indução dos agentes apoiadores e encontrando resistências dos dirigentes das cooperativas. Também a relação dos empreendimentos com as organizações apoiadoras revelava um misto de gratidão e dependência com momentos de afastamento e sensação de que o trabalho dessas últimas nem sempre trazia os resultados esperados pelo grupo.

Por isso a ênfase em que os processos sociais internos e externos aos empreendimentos sejam pautados pela valorização da autogestão, da autonomia, da participação e da horizontalidade. Por isso também a necessidade de se avançar na construção de mecanismos de governança para as redes.

Por fim, os próprios processos internos de produção e prestação de serviços, a atividade fim dos empreendimentos deveria procurar uma articulação com demandas e cadeias fornecedoras locais, de preferência solidárias, que valorizassem os saberes da cultura local e trabalhassem na perspectiva de não esgotamento dos recursos naturais que sustentam a vida do território.

A realidade das cooperativas pesquisadas - e esse quadro possivelmente se estenda a outros empreendimentos oriundos de massas falidas - aponta para um processo mergulhado nos mecanismos tradicionais de mercado e que precisa ser reinventado a partir de outra matriz de valores. Os critérios de eficiência no mercado são incongruentes com a proposta política da Economia Solidária, e é preciso abrir espaço para se discutir a conformação de arranjos produtivos solidários.

Portanto, o conceito de inovação que brota das pesquisas com Economia Solidária indica uma nova forma de ser e estar no mundo. Indica, antes de tudo, ser ela mesma uma inovação em relação ao modo como acontece a relação entre economia e vida social. Ou, antes ainda, qual é o papel das atividades econômicas em uma sociedade.

Resta, entretanto uma dúvida: seria essa nova forma de relacionar vida e trabalho, esse modo contra-hegemônico de se viver em sociedade, materializados da utopia da Economia Solidária, uma nova perspectiva, uma nova fronteira, ou propriamente uma resistência e uma luta contra os valores capitalistas dominantes? Na próxima seção pretende-se avançar nessa reflexão.

6.4 Inovação em economia solidária: o caminho contra-hegemônico?

Gruppi (1978) sustenta que o conceito de hegemonia⁵⁰ em Gramsci é herdado de Lênin, e significa a tomada de poder (entenda-se apropriação do Estado) pela via revolucionária. Significa também que age “[...] sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (p.3).

Portanto o conceito de hegemonia é totalitário e, assim, utópico e inexistente no plano concreto. A contra-hegemonia é a prova empírica desse caráter utópico e totalizante. É possível uma analogia com a leitura que Bourdieu faz do domínio do

⁵⁰ “O termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se da cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si” (GRUPPI, 1978, p.1)

capital financeiro que, através da manifestação em outras formas de capital, especialmente o social e o cultural, tende à totalização.

É evidente que o ponto de partida é contrário. Gramsci, assim como Lênin, aponta a hegemonia socialista como uma resposta ao avanço do capitalismo, que por seu turno também possuía uma estratégia totalizante. A diferença é que a hegemonia *gramsciana* – filosófica e prática – dos valores socialistas era concretamente planejada, centralizada, e construída na luta cotidiana da classe operária, enquanto que o avanço da ideologia capitalista é difuso, amalgamado e diluído nas estruturas sociais e, para retomar Bourdieu, nos *habitus* dos sujeitos.

Portanto, entendida como uma tendência à totalização, a hegemonia, por definição, implica naturalmente em uma contra-hegemonia. A própria utopia socialista o foi. Segundo Gruppi (1978, p.43) o pensamento de Lênin indicava que:

[...] a opressão capitalista determina uma série de reações, de rebeliões e de oposições, não todas certamente na mesma direção; algumas podem ser reacionárias, corporativistas. Mas, objetivamente, porque nascem de uma situação de opressão provocada pelo capitalismo, essas reivindicações são anticapitalistas, ainda que os seus promotores não tenham consciência de tal caráter.

Evidentemente, Lênin pensava que deveria ser o proletariado quem deveria unificar essas lutas difusas em torno da questão central da revolução com vistas à tomada do poder, ou se se preferir, o domínio do Estado. Um foco para canalizar as lutas seria o veículo adequado para concretizar as aspirações anticapitalistas. Para Gramsci, por exemplo, as comissões internas das fábricas italianas na primeira década do século XX eram o embrião a partir das quais a luta operária poderia se organizar até se consolidarem como uma alternativa sistêmica – e totalitária - ao sistema opressor (GRUPPI, 1978). Assim, a hegemonia proposta por Gramsci tem uma ligação direta com a ditadura do proletariado. “Pode-se dizer que hegemonia e ditadura do proletariado são sinônimos” (GRUPPI, 1978, p.58).

Não se parece estar muito distante de algumas proposições teóricas atuais, algumas delas mostradas nos capítulos anteriores, segundo as quais a própria Economia Solidária poderia ser esse veículo unificador das lutas contra a (tendência à) hegemonia capitalista. Mas o discurso contra-hegemônico tem incorporado, de

forma salutar, a idéia de que é um conjunto diverso de práticas solidárias que têm representado, no seu conjunto, a resistência.

Com isso, pode-se afirmar que a luta contra-hegemônica que se percebe em marcha em escala mundial não se pretende hegemônica, como Gramsci pretendia que fosse a revolução proletária na Itália. Ao contrário, o substrato ideológico e a riqueza conceitual dos movimentos e lutas contemporâneos residem exatamente no fato de se oporem, ainda que em diferentes graus de consciência - como Lênin supunha que agissem muitas classes revolucionárias – a um sistema que se propõe e que tende à totalização.

Insiste-se no termo *tendência* à hegemonia, por se entender que se está falando de uma utopia e não de uma realidade concreta. Empiricamente, pode-se verificar que existe o que Milton Santos chama, por exemplo, de lugares globais, mas não um espaço global ou uma globalização. Ou seja, os lugares resistem ao fluxo global, e é por isso que a categoria território, que foi visitada no capítulo dedicado ao estudo do desenvolvimento, é tão cara para esclarecer o caráter social e humano da resistência às propostas hegemônicas do capitalismo.

São no território que estão enraizados – a metáfora é proposital - os processos sociais. Guevara (2004) assinala que as economias (não *a economia*) são sistemas simbólicos e históricos, portanto culturalmente localizados. As redes comerciais seriam, portanto, redes de trocas simbólicas e imateriais, das quais as trocas econômicas seriam expressão. Todos os espaços de troca são campos sociais com dinâmicas simbólicas específicas relacionadas a noções culturalmente construídas de produção, consumo, circulação e intercâmbio.

Em outra linha de argumentação, Fiori (2000), afirma que a globalização é mais do que “[...] uma verdadeira ideologia. Talvez a mais forte e mobilizadora desse final de século” (p.39). A globalização seria a utopia atual do capital, baseada em quatro idéias centrais que funcionariam quase que como uma crença: i) a força do progresso e dos mercados; ii) a dissolução das fronteiras dos Estados-nação; iii) a extinção das classes sociais baseadas no trabalho; e iv) a convergência e homogeneização da riqueza das nações. O autor sustenta que essas não são idéias novas, mas sim velhas concepções que acompanham a história moderna do capitalismo.

Oliveira (2000) também reputa o liberalismo e o marxismo como as duas grandes utopias modernas, embora com visões antagônicas. Empiricamente, nenhuma delas se realizou: nem o socialismo real correspondia à utopia marxista, nem a modernidade capitalista encontrou um livre-mercado auto-regulado. Ao contrário, o período mais pujante do capitalismo moderno foram os chamados trinta gloriosos anos do pós-guerra, período em que esteve assentado sobre uma regulação *keynesiana* explícita.

Ou seja, as propostas efetivamente hegemônicas não são mais do que utopias e o mundo, ao contrário do que afirmou Friedman (2005), não é plano. Tal constatação abre espaço para se pensar as práticas ditas *alternativas* como exercícios de resistência. Aceitando-se tal tese, o que usualmente se coloca como uma contra-hegemonia é, portanto, um espaço de resistência onde se cultivam valores diferentes dos *dominantes* – talvez essa seja a denominação mais precisa.

A proposta da globalização como uma utopia liberal se apresenta efetivamente, segundo Fiori (2000), como um modo único e inescapável de pensar e agir no mundo, quando na verdade não passa uma ideologia que, mesmo sendo dominante não é hegemônica, ou seja, não é total.

Santos (2003) aponta que a ciência tem sido avalista desse pensamento dominante e, ao instituir um “modelo global de racionalidade científica” (p.21), funda um paradigma científico que também é totalitário. Portanto, sob o abrigo da *ciência normal* os modelos de desenvolvimento se fortaleceram como modelos únicos de organização social, econômica, política e cultural, pretendendo-se assim hegemônicos e totalitários - foi por isto que esta tese procurou se afastar desse paradigma científico.

Já as práticas contra hegemônicas se desenvolvem justamente onde essa ideologia é revelada como tal e, portanto, encontra a resistência de outras concepções de mundo, de vida, de desenvolvimento, de organização social, de economia. A Economia Solidária se auto intitula justamente como a *outra economia* e se articula em movimentos que proclamam que um *outro mundo é possível*. Os adjetivos realçam o caráter da alternativa, da resistência, do pensamento e da prática autônomos, que questionam os valores dominantes, não no sentido de

propor uma alternativa igualmente sistêmica e totalizante - hegemônica. Mas no sentido de valorizar as diversidades, as peculiaridades de cada dinâmica local, de cada modo de organizar a vida e a economia.

Ou seja, segundo Goulart (2006), são as próprias contradições do sistema capitalista que criam e recriam as resistências que lhe são impostas pelas articulações dos atores locais, dos territórios, para quem as relações que prevalecem na dinâmica de reprodução social são as *horizontais*.

Tal proposta choca-se com um dos pilares básicos da modernidade. Boaventura de Sousa Santos (2001) aponta que a concepção hegemônica da modernidade a respeito das identidades era tendente à homogeneização, enquanto os movimentos atuais apontam para revisões profundas nos discursos e nas práticas identitárias.

Tudo parece estar começando a mudar nos últimos anos e as revisões profundas por que estão a passar os discursos e as práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou da identificação das tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se está perante uma inversão de tendências, ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas sem que seja possível identificar os vetores mais potentes. [...] Porque estamos numa fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem possível que seja sobretudo o olhar que está a mudar (p.143-4).

O convívio entre propostas e tendências opostas de desenvolvimento – e com elas propostas e tendências diferentes de organização social, econômica, política e cultural – se traduz num conflito, e implica numa disputa epistemológica (SANTOS, 2001), ou na disputa de uma visão de mundo, uma *doxa* (BOURDIEU, 1996a). Não se pretende discutir esse processo de disputa no espaço desta tese. Admitido o conflito entre diferentes propostas, a idéia de inovação em Economia Solidária insere-se na discussão sobre diferentes modos de agir economicamente nesse espaço múltiplo e em transição.

Esse modo de agir economicamente implica em particularidades na maneira como se organiza a produção, a divisão do trabalho e as relações interpessoais; como acontecem os processos de gestão, de comunicação, de comercialização e outros. E tais particularidades, em certa medida, contestam os cânones da organização produtiva capitalista, que se encaixa na definição formalista de

Economia. A essa definição se opõe uma definição substantiva que “compreende a economia como um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um provisionamento regular de meios materiais para a satisfação das necessidades” (FRANÇA FILHO, 2007, p.4).

Portanto, **ao identificar que a inovação central da Economia Solidária se constitui, na verdade, em uma resistência aos valores centrais da modernidade capitalista**⁵¹, depara-se com uma inadequação entre a organização proposta/idealizada e o entorno econômico, cultural, político e tecnológico.

Ante esse dilema, há, por exemplo, a idéia do desenvolvimento de redes solidárias autopoieticas (MANÇE, 2001) que cresceriam *ad infinitum* até superarem o modelo econômico dominante, numa proposta, de fato, hegemônica. Mas as alternativas sistêmicas ao capitalismo, como apontado por Santos e Rodríguez (2002) e Gaiger (2004), na seção que tratou dos limites atuais da Economia Solidária, parecem muito distantes de um horizonte pragmático.

A idéia de uma Economia do Trabalho, como proposta por Coraggio (1999; 2003a), não se limitaria, na mesma linha de raciocínio, a uma reprodução sistêmica da economia popular, mas comporia um sistema misto em diálogo com a economia capitalista e com a economia pública, impondo limites em uma “interação contraditoriamente complementar” (2003a, p.10). Seria um sistema cuja lógica seria a *reprodução ampliada da vida*.

Gaiger (2003b) aponta que a economia solidária se reproduz nos interstícios da economia capitalista. Ele contesta a tese de que se trata da emergência de um novo *modo de produção* no sentido *marxiano* do termo⁵², mas sim que se estaria observando a **sobrevivência de comportamentos econômicos distintos daqueles característicos do modo de produção dominante**. Haveria uma *subsunção formal inversa*, na qual as práticas solidárias se reproduzem não sobre

⁵¹ Por exemplo, Santos (2001) afirma que os quatro axiomas fundamentais na modernidade são: i) a hegemonia da racionalidade científica; ii) a legitimidade da propriedade privada; iii) a soberania dos Estados e a relação vertical entre os cidadãos e o Estado; iv) a crença no progresso infinito baseado na expansão da atividade econômica e no avanço técnico.

⁵² Gaiger (2003b) interpreta que o modo de produção em Marx corresponderia à reunião de quatro características: i) regime de produção de mercadorias voltado unicamente para o mercado; ii) a separação entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; iii) a conversão da força de trabalho em mercadoria; iv) a produção de mais-valia.

uma base material nova, mas sobre uma base *subsumida* dentro do modelo dominante, que deixa as formas sociais atípicas, as não dominantes ou contra hegemônicas “[...] em situação de instabilidade, mas não a descredencia de sobreviverem no interior do modo de produção capitalista” (idem, p.196).

Por isso, seria preciso entender os empreendimentos solidários como

[...] expressão de uma *forma social de produção específica* (grifos do autor), contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista (GAIGER, 2003b, p.191).

Por outro lado, a idéia de uma *economia plural*, onde coexistem diferentes formas de práticas econômicas operando simultaneamente, parece a leitura mais plausível para se compreender o processo de inovação na Economia Solidária, dentro e a partir do próprio sistema capitalista. França Filho (2002a; 2002b; 2007) insiste na capacidade heurística desse modelo inspirado na antropologia econômica de Karl Polanyi.

Polanyi (1980) aponta que a divisão social do trabalho e mesmo a presença de mercados de troca, voltados para o atendimento das necessidades materiais de comunidades humanas, são fenômenos sociais onipresentes na história da humanidade.

Acontece, porém, que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados [...] Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a idade da pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (idem, p.62).

Na sua revisão antropológica do comportamento econômico humano, Polanyi identifica que a *domesticidade* foi o que desempenhou o papel mais importante no sentido de produção própria dos meios de subsistência dos núcleos humanos domésticos. Ou seja, o trabalho como fonte material da sobrevivência. Ao nível coletivo, e ainda revisando as pesquisas etnográficas disponíveis na virada do século XIX para XX, Polanyi identifica a “[...] ausência da motivação de lucro. A ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas” (idem, p. 67), o que o leva a considerar que a regulação social da produção e da distribuição acontecia à luz de outros dois comportamentos econômicos: a *reciprocidade* e a *redistribuição*.

Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo (idem, p.68).

Ou seja, os princípios pré-modernos de comportamento econômico estão subordinados ao formato cultural das relações sociais e não apresentam nenhum traço utilitarista ou interessado na ação econômica em si. Essas são características do comportamento econômico burguês, que fez do mercado uma instituição. Procópio e França Filho (2005) reforçam que o poder não se manifesta unicamente de forma utilitarista nas relações sociais. Mesmo que a afirmação dos autores tenha o foco nas relações organizacionais - que são hoje um *locus* privilegiado de construção de sentidos que se irradiam pelo tecido social - e nas manifestações de poder nelas presentes, ela reforça que as relações políticas não são sempre utilitaristas.

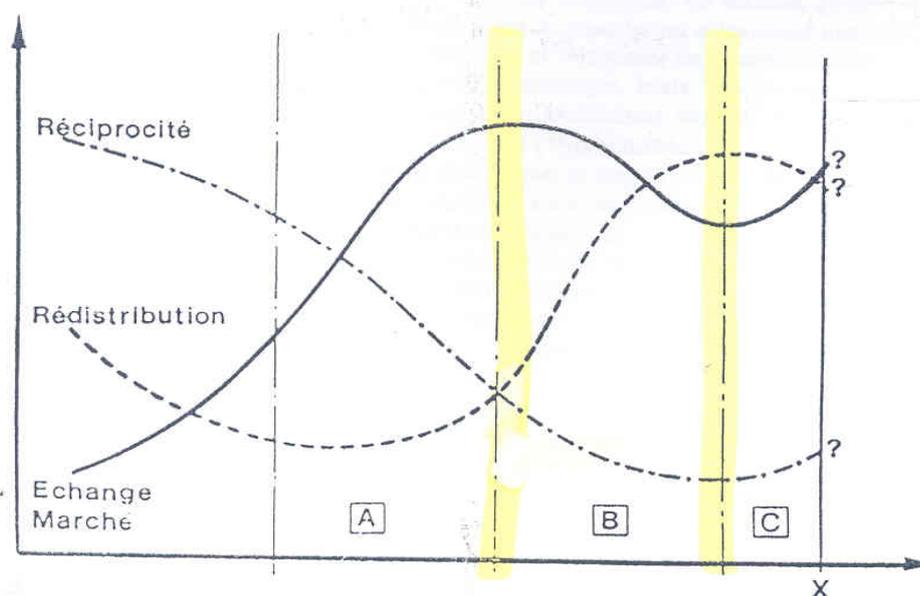
Polanyi observa que os padrões de troca anteriores, baseados nos comportamentos econômicos já citados, nunca se institucionalizaram, mas a *troca*, o quarto desses princípios, o fez, especificamente dentro de uma sociedade burguesa. Assim como as demais formas de comportamento econômico, a troca também pode existir numa sociedade – como de fato existiu – de forma subordinada às relações sociais. Portanto, quando a sociedade burguesa emergente subordina as relações sociais aos processos de troca institucionalizados num mercado, estão operando a *grande transformação* que dá título ao trabalho de Polanyi.

Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é conseqüência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida [*embedded*] nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico [...] A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (POLANYI, 1980, p.77).

O comportamento econômico interessado e utilitarista é, portanto, produto da modernidade capitalista e de sua instituição central, o mercado, e da ideologia que o sustenta, a ideologia individualista burguesa calcada na maximização das vantagens pessoais. É, desse modo, a idéia de uma classe social em particular, e não do ser humano de modo geral, como suposto por Mills e Smith.

Botazzi (1994), sem considerar o princípio da *domesticidade*, sinaliza, num processo de regressão histórica, que os princípios polanyianos de *reciprocidade*, *redistribuição* e *troca* experimentaram grandes ciclos de predominância alternada. Embora o seu modelo, representado graficamente na figura 4, tenha que ser restrito, grosso modo, aos países líderes do processo de avanço capitalista, serve para mostrar a emergência paulatina do processo de troca capitalista⁵³ como comportamento predominante ao longo da evolução do próprio capitalismo, em detrimento da reciprocidade e da redistribuição.

Figura 4: Evolução das formas de Integração ao longo da História



Fonte: Botazzi (1994, p.426).

No modelo proposto, o *intervalo A* refere-se ao período de emergência do capitalismo como forma dominante de organização econômica e social, no qual é possível se observar o rápido crescimento da dominância dos processos de troca via mercado; o *intervalo B* refere-se ao período de regulação *fordista-keynesiana*, no qual os processos de redistribuição, representados pela ação do Estado de Bem Estar, ganham novo fôlego e um papel importante; e por fim o *intervalo C* corresponderia ao período futuro, desde a exaustão do modelo de regulação

⁵³ Baseada na idéia *smithiana* de mercado auto regulado pelo interesse econômico dos agentes.

fordista, no qual o rumo que podem vir a tomar cada um dos comportamentos econômicos seria uma incógnita.

Entretanto, a lição mais importante do modelo de Botazzi é a idéia de que **os comportamentos econômicos de reciprocidade e redistribuição não desapareceram nas práticas sociais da modernidade capitalista**, eles apenas passam a estar limitados a um papel secundário da organização econômica, na qual o predomínio recai sobre o comportamento da *troca* interessada e utilitarista.

Singer (2004) também defende que “a chamada economia social nunca desapareceu” (p.9) e aponta dados europeus dando conta de que cerca de 5% da economia do continente ainda está assentada na economia social, ou seja o desenvolvimento solidário continua acontecendo mesmo depois de 250 anos da primeira revolução industrial.

Isto é, ela seria o símbolo de uma resistência histórica às práticas e valores capitalistas. **Não se trata, portanto, de uma resistência exatamente à modernidade, mas a seus valores e práticas decorrentes – sua ética** - assim como às suas conseqüências em termos sociais, ambientais, culturais e políticos. “O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas” (SINGER, 2004, p.21).

A resistência apresentada pelos movimentos contra-hegemônicos à racionalidade capitalista, neles incluída a proposta da Economia Solidária, está embasada na permanência de comportamentos econômicos pré-modernos no interior de sociedades complexas e atravessadas pela lógica capitalista de individualidade e de competição. O exemplo da *venda na palha* (Abramovay, 2004), como mecanismo de crédito informal no Brasil rural, é uma das evidências empíricas dessa permanência.

A *domesticidade*, a *reciprocidade* e a *redistribuição* aparecem, na teoria de Karl Polanyi, como comportamentos econômicos desinteressados na vantagem pessoal, salvo que os mesmos avalizavam, nas sociedades pré-modernas, uma aceitação do indivíduo no grupo, por conta do alinhamento das suas práticas individuais com a ética coletiva.

Portanto, a presença de comportamentos solidários desinteressados coexiste com a presença das práticas capitalistas dominantes, e esse é o sentido de uma Economia Plural em Polanyi, enfatizado por França Filho (2002a; 2002b; 2007) como a ótica mais plausível de se entender a Economia Solidária nesse cenário da modernidade.

A inovação básica da Economia Solidária é, então, antes do que uma proposta *avant-garde* de criar um *outro mundo possível*, uma retomada, ou melhor, um “dar-se conta” da permanência de valores pré-capitalistas que lhe resistem.

Pensamos desta forma que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária⁵⁴, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Este conceito de economia solidária nos parece então como uma projeção ao nível micro ou mesossocial deste conceito macrossocial de economia plural: ele designa efetivamente realidades micro e mesossociais que constituem formas híbridas das economias mercantil, não mercantil e não monetária” (FRANÇA FILHO, 2007, p.6).

Assim, não está se falando de uma inovação que corresponderia a *andar para trás no tempo*, traindo o pressuposto positivista da marcha inexorável do progresso. **Não se trata de voltar a viver em moldes pré-capitalistas de organização social, mas de reconstruir, a partir do debate político democrático, as diferentes visões de mundo que existem e que devem ser reconhecidas como legítimas.**

O que não é legítimo é reputar uma proposta ideológica, *uma* dessas visões de mundo, como um dogma ou como uma verdade empiricamente inescapável, e *cientificamente comprovada*. Esse tem sido o discurso burguês revigorado pelas sucessivas ondas neoliberais ao longo dos breves 250 anos da história do capitalismo moderno.

Explicitadas as posições as posições dos agentes e os seus pressupostos ideológicos, a regulação política do desenvolvimento deve acontecer em moldes democráticos, a partir do estabelecimento de arenas públicas de discussão. **Nesse**

⁵⁴ Na proposta de Polanyi, as economias mercantil, não mercantil e não monetária estariam fundadas respectivamente nos comportamentos de troca, redistribuição e reciprocidade (POLANYI, 1980; FRANÇA FILHO, 2007), que seriam por sua vez os comportamentos típicos, também respectivamente, do Mercado, do Estado e da Comunidade segundo Botazzi (1994).

sentido, as práticas inovadoras encontradas nas redes e empreendimentos de Economia Solidária representam um ensaio que, mesmo que não seja expressivo em termos quantitativos, de escala, o é em termos qualitativos e éticos.

A contradição entre a solidariedade e a hierarquia - se nos apoiarmos na idéia de relações horizontais e verticais de Milton Santos - que pode ser experimentada na relação dos empreendimentos solidários com o mercado são, portanto, características contemporâneas próprias do território e de suas dinâmicas, e a discussão sobre o seu desenvolvimento precisa ser pensada *a partir* dessas contradições e, não necessariamente, como uma forma de *superá-las*.

Longe de serem modelos utópicos acabados de comportamento democrático ideal, os espaços da Economia Solidária apresentam-se, portanto, como importantes laboratórios de prática e aprendizagem de um comportamento político inovador, e nesse sentido como espaços pedagógicos de experimentação. É inovador porque provoca uma avaliação permanente do que está posto como inquestionável, desde as relações de trabalho e de gestão até à construção de projetos políticos macrossociais.

Segundo o pensamento institucionalista, o subdesenvolvimento se caracteriza por um ambiente social e por relações de cooperação institucionalmente pobres, a ponto de não fomentarem a inovação, de fortalecerem as hierarquias e de bloquear o estabelecimento de relações sociais em círculos cada vez mais amplos (ABRAMOVAY, 2000). Ou seja, o subdesenvolvimento não é causado por instituições *fracas*, ele é caracterizado justamente por ser um *ambiente institucional fraco*. Onde o trabalho estiver dissociado do conhecimento, estaria criado o bloqueio à inovação. A ênfase está no tempo. As mudanças, na ótica institucionalista, são lentas, correspondem a um processo histórico de estabelecimento de relações de confiança e isso é lento. Tempo passa a ser uma categoria chave nesse processo, pois ele permitiria o amadurecimento democrático das instituições, tão necessário para o aperfeiçoamento de práticas políticas horizontais.

Desenvolvimento implicaria, ainda nessa perspectiva, numa reconfiguração institucional que valorizasse mais os segmentos sociais que tradicionalmente ficam de fora dessa discussão política, e o desafio para a Economia Solidária é fazer-se

reconhecer como protagonista desses pactos territoriais que deveriam ser estabelecidos para materializar tais mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaria de tomar a liberdade de usar a primeira pessoa neste capítulo final da tese. Penso que, após todo o trabalho e esforço teórico-prático empreendido no decorrer dos últimos 44 meses como aluno do Programa de Pós-graduação em Administração, é necessário que, sem deixar de ser um pesquisador que apresenta suas conclusões à banca examinadora, eu também possa fazer desse momento uma manifestação e um posicionamento pessoal sobre o tema estudado.

Como reforçado no primeiro capítulo, dedicado aos procedimentos de pesquisa, a neutralidade científica não foi algo que persegui na tese. Pelo contrário: foi evidenciado que o posicionamento adotado como pesquisador reconhecia e valorizava a minha condição de agente no campo estudado, e que isso, no paradigma a partir do qual procurei trabalhar, antes de se constituir como um indesejado viés de pesquisa, foi entendido como uma característica intrínseca ao fazer científico.

De início, me proponho a resumir rapidamente a trajetória percorrida na elaboração deste trabalho, para depois problematizá-lo tanto do ponto de vista conceitual quanto prático.

Na presente tese, propus a construção de um conceito de Inovação em Economia Solidária que possa vir a contribuir para o entendimento das dinâmicas que acontecem no interior desse movimento, e que são fundamentais para se

colocar em prática o projeto político de sociedade de que a Economia Solidária se diz portadora.

Do ponto de vista epistemológico e metodológico, essa construção procurou contemplar, além de um conjunto vasto de reflexões teóricas e conceituais, também a percepção dos atores a respeito de inovação, assim como identificar nas práticas dos empreendimentos - e da rede em geral - alguns aspectos conceituais que pudessem ser incorporados ao conceito proposto.

Assim, o resultado apresentado emergiu do conjunto de dados trazidos do campo, e do seu diálogo com o referencial conceitual disponível. Não é incorreto dizer, portanto, que é uma construção coletiva na qual o meu papel como pesquisador – impulsionado pelas sugestões da banca do projeto e pelo acompanhamento e apoio permanentes da minha professora orientadora - foi de organizar, sistematizar e relacionar fragmentos empíricos e conceituais em um todo orgânico que pudesse expressar uma visão sobre Inovação em Economia Solidária.

Por ser *uma visão* e não *a visão* sobre o tema, ela está posta para discussão e debate, para ser estudada, criticada, melhorada, rechaçada. Nasce do esforço científico para entender a dinâmica de inovação de um determinado espaço, de uma determinada rede e, mesmo que tal esforço tenha procurado construir um conceito relativamente genérico, as particularidades do seu processo de construção devem ser tidas como características marcantes do modelo proposto, o que não o permite reclamar para si uma eficácia heurística universal – que de qualquer modo não era a intenção epistemológica da tese.

O caminho para a construção do conceito de inovação proposto passou por uma revisão do conceito e das práticas de Economia Solidária, em que procurei revelar a sua trajetória histórica no Brasil e em particular no Estado do Rio Grande do Sul, onde estavam as experiências pesquisadas. A limitação de tal trabalho reside justamente na autoria das obras disponíveis para consulta, que partem, na sua maior parte, de dentro de movimentos intelectuais (trabalhos baseados em pesquisas e reflexões acadêmicas), de movimentos sociais (documentos dos Fóruns e outras instâncias de organização) ou dos próprios governos cujas, políticas apóiam ou apoiaram o desenvolvimento da Economia Solidária.

É evidente que cada história é contada a partir de uma ótica e de uma lógica particular a cada um desses atores, assim como é evidente que tais idiosincrasias não se constituem em imperfeições científicas. Trata-se, antes de mais nada, da dinâmica natural do campo, à qual somei o meu olhar de pesquisador – também permeado pela lógica acadêmica – na tentativa de não perder a riqueza *caleidoscópica* de toda a dinâmica e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, procurei tentar reconstruir essa história.

A reconstituição do histórico revelou a Economia Solidária como mais do que uma simples forma de comportamento econômico. No limite, trata-se de uma visão de mundo, de uma utopia, que pressupõe, é claro, um determinado tipo de comportamento econômico, mas que também o supera e envolve a construção de um projeto político de organização social.

Nesse sentido, e apoiando-me nas conclusões da primeira fase da pesquisa, construídas de forma coletiva pelo grupo de pesquisa então envolvido, foi possível perceber que a discussão sobre Inovações em Economia Solidária deveria passar pela problematização do conceito de Desenvolvimento, também ele um conceito – ou uma utopia – que materializa uma visão de mundo.

Foi a desconstrução e a reconstrução do conceito de Desenvolvimento que permitiu a desconstrução e a reconstrução do conceito de Inovação, que, assim, como o primeiro, tinha a sua origem nas reflexões restritas ao âmbito das relações econômicas de troca, caracterizadas por um reducionismo econômico que impedia o seu entendimento no campo das práticas solidárias.

Desatado esse *nó conceitual e metodológico* - ou seja, entendendo que as práticas solidárias são inovadoras ao propor um comportamento social em que a busca se concentra menos da maximização da utilidade econômica e mais na realização de um projeto político de sociedade pautado por valores históricos que resistem à racionalidade econômica do capitalismo moderno - foi possível propor um conceito de Inovação em Economia Solidária que representasse um esforço coletivo de construção dessa outra (nova?) racionalidade.

Trata-se de uma construção por DOIS motivos. Primeiramente, porque, mesmo no caso específico da rede estudada, a proposição, implementação e avaliação de um projeto de mudança social diria respeito a um processo histórico

longo que não poderia ser acompanhado por uma pesquisa que não tivesse o mesmo tempo de duração.

Em segundo lugar, é uma construção porque o conceito elaborado não propõe uma forma única de agir, e muito menos uma teoria *solidária* da ação social. Trata-se, antes, de algumas linhas gerais de organização coletiva que, mais do que qualquer outra coisa, reconhece a importância do diálogo como canal para, exatamente, fugir da forma única de pensar e agir que impede a criatividade e a inovação genuínas, aquelas marcadas pelo reconhecimento e respeito à diversidade e que a modernidade capitalista tenta descaracterizar e desvalorizar em nome do progresso.

Com essa perspectiva, o desafio de se pensar e construir uma *economia plural*, marcada pela diversidade de comportamentos econômicos, que interagem com dinâmicas sociais, culturais e políticas, transcende uma mera disposição final típica de trabalhos científicos que apontariam possibilidades e potencialidades de novas pesquisas que viessem a aprofundar e testar o conceito ora proposto.

Penso que estamos diante, isto sim, da possibilidade de se testar e experimentar mais do que um conceito. Estaríamos diante do desafio cotidiano da construção do diálogo democrático, da governança, da participação, da construção de sujeitos políticos do desenvolvimento.

O modelo em si é simples e óbvio. Identifica a necessidade das práticas produtivas serem ligadas a capacidades e demandas locais, serem ambientalmente sustentáveis, serem organizados com base em intenso diálogo e participação e apoiados por sistemas financeiros que não sejam um fim em si mesmos. Como proposta conceitual, talvez fosse até questionável do ponto de vista da sua robustez teórica, mas como conhecimento que se aproxima do senso comum, que reflete alguns desejos teóricos que se lê em Economia Solidária, o conceito faz um avanço científico que eu reputo importante, ao tentar entender uma dinâmica social contraditória e complexa a partir de suas práticas.

Mesmo sendo muito simples de se entender; mesmo sendo marcado por características que eu chamaria de utópicas da Economia Solidária - e por isso mesmo, também muito fáceis de serem digeridas intelectualmente; mesmo espelhando valores quase tão universais que são capazes de aglutinar ao redor de

si um número expressivo de atores sociais; ainda assim, do ponto de vista da *práxis* social, o conceito é extremamente difícil de ser operacionalizado, de ser posto em prática, de ser observado em ação numa forma conceitual, digamos, pura.

Daí a sua relevância prática como sendo quase uma provocação, uma exortação à Economia Solidária para que ela venha a ser justamente o que se propõe a ser. Os resultados da pesquisa mostraram o quão incipiente ainda é esse esforço do próprio campo e dos agentes, o quão impregnadas pela lógica da eficiência capitalista estão as suas ações, a sua organização e as suas relações intra e interorganizacionais.

Se há inovação em Economia Solidária quando se resiste a valores que desrespeitam o sincretismo, a particularidade, a natureza e o próprio ser humano, o desafio que se coloca para os atores desse campo é o de elaborar novas propostas que reinventem a organização social e as práticas culturais, econômicas e políticas que lhe moldam. Ou seja, é preciso inovar, e a inovação deve emergir do diálogo, deve ser construída na diversidade e deve estar voltada para a realização humana. Portanto, mais do que uma resposta, esta tese devolve uma pergunta para o leitor e para a própria Economia Solidária: *um outro mundo é possível?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**, v.4, n.2, abr/jun 2000, São Paulo.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M. e ABRAMOVAY, R. (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo, EDUSP/UNESP, 2001, p. 165-177.

_____. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Anna Blume, 2004, p.21-67.

ALCHIAN, A. Uncertainty, evolution and economic theory. In: HEFLEBOWER, R. and STOCKING, G. (eds.). **Readings in industrial organization and public policy**. Homewwod, Irvin, 1958, p.207-219.

ALMEIDA, E; VILLAR, M. E. NAKANO, M. A participação efetiva e a conquista da autonomia. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.173-188.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002, 4ª. ed. p.21-29

ALVES, R. **Filosofia da ciência**. Ars Poética, São Paulo, 1996.

ANDERSSON, F. **Estudo de Governança em Associações/Cooperativas da Rede de Reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Administração, 2005.

ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo, ANTEAG, s/d.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 3a ed. São Paulo, Boitempo, 1999, 259 p.

ARTURI, C. e OLIVEIRA, R. Introdução. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.11-29.

ASSEBURG, H.N.; OGANDO, C.B. **A economia solidária no Rio Grande do Sul: resultados do primeiro mapeamento nacional. A perspectiva dos direitos humanos.** San José, UNESCO, 2006, 82p.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2006, 60 p.

AUTOGESTÃO EM AVALIAÇÃO. São Paulo, IBASE/ANTEAG, 2004, 125p.

AZEVEDO, A. Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: utopia ou possibilidade? In: IX Colóquio Internacional sobre poder local. Salvador, Ba, 15-19 junho 2003. **Anais.** Salvador, BA, 2003, 13p.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAGNASCO, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana. In: **Políticas agrícolas,** México, número especial, 1998.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos,** v.1. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000. p.23-128.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre, FEE/UFRGS, 2001, 280 p.

BARROS, A.B.M. (org.). **Fios e tramas da economia solidária.** Porto Alegre, IPPOA, 2005, 104p.

BARROS, A.B.M. e SILVA, L.A.F. A trajetória da economia solidária como política pública em Porto Alegre. In: BARROS, A.B.M. (org.). **Fios e tramas da economia solidária.** Porto Alegre, IPPOA, 2005, p.49-72.

BARTH, J., BROSE, M. **Participação e desenvolvimento local:** balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 2002.

BECKER, D. F. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos,** v.1. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000, p. 129-147.

_____. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade.** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2002.

_____. **Capital social: uma nova derivação da economia de mercado?** In: CORREA, S. M. S. (org.). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003a.

_____. Os primeiros resultados de uma experiência de programa de pesquisa cooperativa e interdisciplinar. In: BECKER, D. F. e WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003b, p.27-33.

BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: respostas regionais aos desafios da globalização,** v.2, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Hucitec, Anna Blume, 2002.

BERTUCCI, A.; SILVA, R.M.A. (orgs.). **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs à EPS**. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003, 145 p.

BOFF, L. A contribuição do Brasil. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001, p.17-26.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de le construcción de capital sinergetico. In: **REDES**. Santa Cruz do Sul, v.4.p, n.1, p.61-78, jan/abr 1999.

_____. Desarrollo (local): ? de qué estamos hablando? In: BECKER, D. e BANDEIRA, P. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. V.1. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000, p.151-228.

BOTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du "local": considérations pour une définition de l'espace local? In: IREPD. **Nouveaux dynamismes industriels et économie du développement**. Grenoble, 1994 (série actes de colloques), p.423-447

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996a, 224 p.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo, Edusp, 1996b, 189 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998a, 322 p.

_____. (org). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1998b, 2ª.ed.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo, Zouk, 2004, 219p.

BRAGA, T M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. In: **Estudos urbanos e regionais**. No. 5, novembro 2001, p. 25-39.

CABRAL, A. C. A. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. In ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27, 2003a, Atibaia, SP. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2003b,15 p.

CABRAL, S. Economia solidária: um processo educativo. In: PRAKSIS. Novo Hamburgo, Feevale, ano 2, v.1, janeiro 2005, p.27-31.

CAMP Centro de Assessoria Multiprofissional. **Economia popular solidária: pesquisa-ação**. Porto Alegre, CAMP, 2001, 159 p.

CAMPOS, M. C. Economia social: uma outra forma de empreender. In: **Pessoas e Lugares**, julho/agosto 2005. Lisboa, IDRHa, 2005, p.7.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo, Cultrix/Amaná Key, 1997.

CARLEIAL, L. **Redes industriais de subcontratação**. São Paulo, Hucitec, 2001.

CARNEIRO, R. **Os clássicos da economia**. São Paulo, Ática, 2002, v.1 (série fundamentos: 129-130).

CARRION, R. S. M. **Reestruturação Produtiva, Processo de Trabalho e Qualificação na Indústria Petroquímica Brasileira: o caso do Complexo Petroquímico do Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.

_____. Economia solidária no RS: desafios à sustentabilidade. In: ASSEMBLÉIA DO CLADEA, 37, 2002, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, CLADEA, 2002, 10p.

_____. Governance Challenges to the Consolidation of popular and solidary economy: the case of the central the trading of recycled materials. **ARUC RECHERCHE PARTENARIALE.**, v. 02, p. 01-28, 2006.

CARRION, R. S. M. et al. Initiatives économiques populaires et lutte contre l'exclusion au Brésil. In: FALL, A.S., FAVREAU, L., LAROSE, G. (orgs.). **Le Sud et le nord dans la mondialisationn: quelles alternatives?.** Sainte-Foy, Karthala/Press de L'Université du Québec, 2004.

CARRION, R. S. M. e COSTA, P. A. A gestão da economia solidária como uma política pública de geração de trabalho e renda. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador, UFBA, junho 2003 [**Anais...**]. Salvador, UFBA, 2003.

_____. Pesquisa-ação sobre uma rede de atores sociais em torno da questão da reciclagem de resíduos sólidos. In: ARAÚJO, M. P. (org.). **Responsabilidade social como ferramenta de política social e empresarial.** Novo Hamburgo, Feevale, 2004, p.117-129.

CARRION, R. S. M. e LOPES, A. O. Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In: CARVALHO NETO, Antonio, NEVES, Magda A., FERNANDES, D. M. (orgs.). **Trabalho e cidades.** Belo Horizonte, IRT/PUCMG, 2004, p.211-236.

CARRION, R.S.M., VALENTIM, I., HELLWIG B. **Residência solidária UFRGS:** vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre, UFRGS, 2006, 207p.

CARVALHO, R. A. A. e PIRES, S. D. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.189-228.

CASAROTTO FILHO, N. e PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local:** estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo, Atlas, 1999, 148p.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. **Parcerias estratégicas.** Número 8, maio 2000.

_____. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (orgs.). **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2003.

_____. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (orgs.). **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2003.

CASTEL, R. **A metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz editores, 2003.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 182 p.

CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Informe de la reunión de consulta sobre indicadores de desarrollo sostenible**. Santiago, 7-9 octubre de 2003. Santiago, CEPAL, 2003. Disponível em www.cepal.org. acesso em 09/06/2005.

CHARMAZ, K. Grounded theory: objectivist and constructivist methods. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2000, 2nd ed., p.509-535.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHRISTIANS, C. G. Ethics and politics in qualitative research. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2000, 2nd ed., p.133-155

CLARK, N. **The political economy of science and technology**. Oxford, Blackwell, 1985.

CLEGG, S. e HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo, Atlas, 1999, v.1.

COASE, R. (1937). The nature of the firm. In: PUTTERMANN, L. and KROSZNER, R..**The economic nature of the firm: a reader**. Cambridge University Press, 1996, p.89-104.

COCCO, G. **Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização**. São Paulo, Cortez, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1988. 430 p.

COOKE, P. Regional innovation systems, clusters and the knowledge economy. **Industrial and corporate change**. Oxford: Dec 1, 2001, v.10, num.4, p.945.

_____. **Regional innovation systems**. London, Oxford Press, 2003.

COOKE, P., URANGA, M. G., ETXEBARRIA, G. Regional innovation systems: institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, 26 (1997), 475-491.

CORAGGIO, J. L. **Política social y economía del trabajo**. Buenos Aires, Universidade Nacional de General Sarmiento/Miño y Darila, 1999.

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Capina; Slavador, CESE:UCSAL, 2000. p. 91-161.

_____. **La economía social como vía para otro desarrollo social**. Mimeo, 2002. www.riless.org/biblioteca. Acesso em 22/06/2006.

_____. Las políticas públicas participativas: obstáculo o requisito para el desarrollo local?. In: II Seminário Nacional “Fortaleciendo la relación Estado-Sociedad Civil para el desarrollo local”. Buenos Aires, UNGS, noviembre, 2003. **[Anais...]** Buenos Aires, 2003a, 11p.

_____. **El papel de la teoría en la promoción del desarrollo local** (hacia el desarrollo de una economía centrada en el trabajo). Mimeo. Quito, Junio 2003b. disponível em www.riless.org/biblioteca. Acesso em 22/06/2006.

CORONADO, K. P. A “governabilidade” na recomposição das relações de atores políticos, grupos intermediários, ONGs e agentes econômicos no México. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.93-120.

COSTA, P. A. Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003a.

_____. Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária. In: Encontro Anual da ANPAD, 27, 2003, Atibaia, SP. **[Anais...]** Rio de Janeiro, ANPAD, 2003b, 15 p.

_____. O ensino da administração para empreendimentos populares: os cuidados metodológicos em busca de uma pedagogia emancipadora. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 3. Atibaia, SP, 2004. **[Anais...]**. Rio de Janeiro, ANPAD, 2004, 15 p.

DA ROS. G.S. Organizaciones solidarias y desarrollo local: la experiencia de la cooperativa de producción artesanal “centro de bordados de cuenca”. **Unircoop.**, v.2., n.1, 2004, p.106-135.

DAGNINO, R.; NOVAES, H.T. A adequação sócio-técnica na agenda do complexo de C&T e dos empreendimentos autogestionários. In: XI Seminário latino-Iberoamericano de gestión Tecnológica. **[Anais...]**. 25-28 outubro 2005. Salvador-BA.

DALLABRIDA, V. R. governança territorial e políticas públicas: para a institucionalização de uma prática de concertação público-privada. In: BÜTTENBENDER, P.L., RIGHI, L. (orgs.) Políticas públicas e saúde. Ijuí, editora UNIJUÍ, **cadernos Unijuí**, série Gestão Pública, 3, 2004, p.10-25.

DE SARDAN, J. P. O. **Antropologie et development** : essai en socio-anthropologie du chagement social. Paris, Karthala, 1995.

DEFOURNY, J., FAVREAU, L., LAVILLE, J.L. **Insertion et nouvelle économie sociale**: un bilan international. Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo, Atlas, 1987, 2ª ed.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, Autores Associados, 1995a, 171 p.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1995b, 3ª ed.

_____. **Participação é conquista.** São Paulo, Cortez, 1999, 176p.

_____. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2000.

DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. Introduction: entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **Collecting and interpreting qualitative materials.** London, Sage, 1998, p.1-34.

DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos anos 90. In: Diniz, E.; Azevedo, S. (Orgs) **Reforma do Estado e democracia no Brasil.** Brasília, Editora Brasiliense, 1997, p. 57-76.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G. et al. **Technical change and economic theory.** London, Pinter, 1988.

_____. Perspectives on Evolutionary Theory. **Science and Public Policy**, 18(6):353-61, december, 1991.

DOSI, G., TEECE, D., WINTER, S. Toward a theory of corporate coherence: preliminary remarks. In: DOSI, G. et al. (orgs.). **Technical change and economic theory.** London, Pinter Publishers, 1988, 185-211.

DRUCKER, P. **Inovação e Espírito Empreendedor:** praticas princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

ECO, H. **Como se faz uma tese.** Perspectiva, São Paulo, 1977 (Estudos:85)

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO. Documento Final. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2006, 26p. disponível em www.fbcs.org.br. Acesso em 04/12/2006.

EGRI, C. P., PINFIELD, L. T. Ecologia e meio ambiente. In: **Handbook de estudos organizacionais**, v.3, 2005.

EID, F (org.). **Construindo uma economia solidária.** Campinas, Confederação Nacional dos Metalúrgicos. CNM/CUT, 2002, 50p.

FALL, S. A. Développement local et democratization des modes de gouvernance au Sénégal. In: FALL, S. A., FAVREAU, L., LAROSE, G. (orgs.) **Le sud...et le nord dans la mondialisation. Quelles alternatives?:** le renouvellement des modèles de développement. Sainte-Foy, Université du Québec/Karthala, 2004, p. 60-83.

FALL, S. A., FAVREU, L., LAROSE, G. Mondialisation, développement de l'intérieur et mobilisation des réseaux. In: FALL, S. A., FAVREAU, L., LAROSE, G. (orgs.) **Le sud...et le nord dans la mondialisation. Quelles alternatives?:** le renouvellement des modèles de développement. Sainte-Foy, Université du Québec/Karthala, 2004, p. 1-43.

FAVREAU, L. **Création de richesses en contexte de précarité: une comparaison Sud-Sud (Afrique et Amérique Latine) et Nord-Sud (Canada, Afrique et Amérique Latine).** CAHIERS DU CRISES, no.9729, decembre 2002, 19 p.

_____. **Movimiento ciudadano internacional, alternativas económicas y desarrollo social.** Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités. Université du Québec en Outaouais, Octobre, 2003a.

_____. *Économie sociale et développement local au Québec (1990-2000): inoovation et institutionnalisation dès initiatives locales de creation de richesses. Cahiers de la CRDC.* Université du Québec en Outaouais, 2003, 44p.

FAVREAU, L., FRÉCHETTE, L., BOULIANNE, M., VON KEMENADE, S. Desarrollo local, economía popular y solidaria en America Latina : un itinerario de 30 años en Villa el salvador, Perú. **Chaire de Recherche en Développement Communautaire**, Université du Québec a Hull, Septiembre 2001, 18p.

FBES Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Do Fórum social mundial ao fórum brasileiro de economia solidária.** Porto Alegre, III FSM, s/d

_____. **Carta de princípios.** Maio de 2005. Disponível em <www.fbes.org.br> acesso em 29/03/2006

FEE FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Dados econômico-sociais estaduais em formato eletrônico. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 03/04/2006.

FERRARA, L.D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M. et all (orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec, 2002, 5ª. ed.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In : FISCHER, T. (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, Casa da Qualidade, 2002, p. 12-32.

FIORI, J. L. Utopias e contradições do capital nos tempos de globalização. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Capina; Slavador, CESE:UCSAL, 2000. p. 39-63.

_____. **O Brasil no espaço.** Petrópolis, Vozes, 2001.

FLEURY, A. e FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira.** São Paulo, Atlas, 2000.

FONSECA, P. C. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil.** Porto Alegre, PPGE/UFRGS. Mimeo, Textos para discussão, PPGE/UFRGS, 23p., 2004.

FORJAZ, M. C. S. Globalização e crise do Estado nacional. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n.2, p.38-50, abril/junho 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 3ª. ed. Petrópolis, Vozes, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26, 2002, Salvador, BA. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2002a,14 p.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **BAHIA: análise e dados.** Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, junho 2002b.

_____. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários.** II Encontro Rede de Bancos Comunitários. Mimeo. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, UFRGS/LSCI, 2004.

FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crisis of adjustment, business cycles and investment behaviour. In: DOSI, G. et. Al. (orgs.). **Technical change and economic theory**. London, Pinter Publishers, 1988.

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FORTES, M. F. A. Um Estudo sobre a Rede de Apoio das Associações de Triagem na RMPOA. **Dissertação de Mestrado**. PPGA - UFRGS, 2006. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

FURLANETO, E. L. e ZAWISLAK, P. Coordenação pela cadeia produtiva: uma alternativa ao mercado e à hierarquia. In: Encontro Nacional da ANPAD (24:2000, Florianópolis). **[Anais...]**. Rio de Janeiro, ANPAD, 2000.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento**. São Paulo, Companhia editora nacional, 1977.

_____. Visão histórico-estrutural do desenvolvimento. In: Seminário Internacional : modelos e políticas de desenvolvimento. **(Anais)**. BNDES/BIRD, Rio de Janeiro, 1998, p. 29-33.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000, p.267-286.

_____. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Ciências Sociais Unisinos**. Centro de ciências humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V –37, n. 159 – São Leopoldo, Unisinos, 2001, p. 103-151.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz editores, 2003a, p. 135-143.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos do CRH**, UFBA - Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003b.

_____. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1999.

GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JR., O. Al., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004, p.57-93.

GOULART, . Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. In: **Cadernos EBAPE**. Volume 4, número 3, outubro 2006.

GRANITO, R. A., MANTOVANI, D.M.N., RODRIGUES, S.S., BASILIO, A.C.L., CUNHA, J. Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção ao desenvolvimento na comunidade da Mangueira. In: ENEO 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006. Rio de Janeiro, ANPAD, 2006.

GUBRIUM, J.F. and HOLTEIN, J.A. Analyzing interpretative practice. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2000, 2nd ed., p.487-508.

GUEVARA, P. **Corragio, la antropología económica, y los aportes desde una perspectiva de género**. Mimeo, septiembre del 2004, 10p.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984 (biblioteca tempo universitário: 76), 370 p.

_____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. México, REI-MEXICO, 1993.

HAGEDORN, J. Organizational modes of inter-firm cooperation and technology. *Tchnovation*, v.10, n.1, 1990

HELLWIG, B. C. **A participação dos trabalhadores nas decisões: um estudo na Economia Solidária**. Trabalho de conclusão de curso. Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

HENSCHER, T., NEWMAN, P. **Governance of Europe's city regions: planning, policy and politics**. London, Routledge, 2002.

HERMET, G. A democratização dos países emergentes e as relações entre o Estado, as OIGs e as ONGs. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.33-46.

HIGA, W. T. M. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. In: I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2005, Londrina/PR. Gepal [*Anais...*] - Ciências Humanas UEL, 2005.

HINTZE, S. Capital social y estrategias de supervivencia: reflexiones sobre "el capital social de los pobres". In: Dañan C. (comp.) **Políticas sociales y economía social: debates fundamentales**. Buenos Aires, UNGS-Fundación OSDE-Altamira, 2004 (colección de lecturas sobre economía social).

HOLZMANN, Lorena. **Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática**. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000a, p. 49-61.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.17-53.

ICAZA, A. M. S. e ASSEBURG, H. B. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.55-89.

ICAZA, A. M. S. e FREITAS, M.R. (orgs.). **O projeto esperança/coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Porto Alegre, Cáritas Brasileira, 2006, 155p.

INOVAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: potencialidades, desafios e limites. **Relatório de Pesquisa**. Porto Alegre, NIPETS/UFRGS, 2006, 228 p.

JORDE, T. e TEECE, D. Competition and cooperation: striking the right balance. In: **California Management Review**. Spring 1989, p.25-37.

- KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.47-62.
- KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos.** São Paulo, Cortez (questões da nossa época: 64), 1998.
- KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Capina; Salvador, CESE/UCSAL, 2000.
- KRAYCHETE, E. S. O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Núcleo de Pós Graduação em administração. **Tese de doutorado.** Salvador, UFBA, 2005, 223p.
- LAHORGUE, M. A. **Parques, pólos e incubadoras: instrumentos de desenvolvimento do século XXI.** Brasília, ANPROTEC/SEBRAE, 2004.
- LAVILLE, J. L. **Fato associativo e economia solidária.** In: BAHIA: análise e dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.25-33, junho 2002.
- LASSANCE JR. A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: LASSANCE JR. *et al* (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- LASTRES, H.M.M. e CASSIOLATO, J.E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** Rio de Janeiro, SEBRAE/REDESIST, 2004, 29 p.
- LASTRES, H.M.M. Et al. Globalização e inovação localizada. **Nota técnica 01/98.** Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1998, 34 p.
- LEBOUTTE, P. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003, 80p.
- LECHAT, N. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. **Tese de Doutorado.** UNICAMP, Departamento de Antropologia, IFCH. Campinas, UNICAMP, 2004, 388 p.
- LÉVESQUE, B., MENDELL, M. L'économie sociale au Québec: éléments théoriques et empiriques pour le débat et la recherche. In: **Lien social et politiques** – RIAC, 41, Printemps 1999.
- LISBOA, A. M. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **Revista de Administração de Empresas.** Pensata. Vol.45, n.3, Jul/set 2005, p.109-115.
- LONG, N.. **Development sociology: actor perspectives.** London and New York, Routledge, 2001.
- LOTTA, G.S., MARTINS, R.D. Capital social e redes sociais: uma alternativa para análise da política pública de educação em Itapuí-CE In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. **[Anais...]**. Curitiba, ANPAD, 2004, 15p.
- LUNDEVALL, B. **National Systems of Innovation: towards a theory of Innovation and Interactive learning.** London, Pinter, 1992.

- MACIEL, M. L. **Cooperativas populares em arranjos e sistemas de MPME**. Nota Técnica 1.5. Rio de Janeiro, UFRRJ/SEBRAE, 2001.
- MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 2^a. ed. , 2001, 220 p.
- MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília, IPEA, 1993, 591 p. (2v).
- MARTINS, R.D., CALDAS, E. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. **[Anais...]**. Curitiba, ANPAD, 2004 ENAPG 2004 14p.
- MEA - MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESMENT. **Ecosystems and human well being**: a framework for assessment. 2003.
- MENDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **EURE**, Santiago, v.28, n.84, p.63-83, 2002.
- MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R.(orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005.
- MILANI, C., SOLINÍS, G. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In; MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial**: que regulações para o século XXI? Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.266-291.
- MISOCZKY, M. C. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. In; **Revista de Administração Contemporânea**. Ed. Especial, 2003:09-30.
- MCC MONDRAGÓN CORPORACIÓN COOPERATIVA. Informe anual 2004. Disponível em www.mcc.es. Acesso em 14/09/2005.
- MORGAN, K., NAUWELAERS, C. A regional perspective on innovation: from theory to strategy. In: MORGAN, K., NAUWELAERS, C. (orgs.). **Regional innovation strategies**: the challenge for less-favoured regions. Routledge, London, 2003.
- MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo, Brasiliense, 1981, 170 p.
- MOTTA, F. C. P. e VASCONCELOS, I. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo, Thomson, 2002.
- NALEBUFF, B.e BRANDENBURGER, A. **Coopetição**. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- NELSON, R. National innovations systems: a retrospective on a study. In: **Industrial and corporate change**, 1992, P. 347-374.
- NELSON, R., WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Harvard business Press, 1982.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NOVAES, H. T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas. In: I Workshop dos alunos de pós-graduação do Departamento de Política Científica e Tecnológica, 2005, Campinas, 2005a.

_____. A adequação sócio-técnica na agenda do complexo de C&T e dos empreendimentos autogestionários. In: XI Seminário Latino-Iberoamericano de gestão tecnológica. **Anais**. Salvador, BA, 2-28 octubre 2005. Salvador, 2005b.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis – Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESO/FGV, 2001, 40p.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. ONU, Nova Iorque, 2000, 20 p.

PAVITT, K. Some foundations for a theory of the large innovating firms. In: DOSI, G. et. al. (orgs.). **Technical change and economic theory**. London, Pinter Publishers, 1988, 213-228.

PECQUER, B. **Territoire, territorialite et developpement**. Grenoble, IREPD, 1992.

PEDRINI, D. M.; PRIM, L. F.; SANTOS, N. R. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.91-137.

PERES, C. Microelectronics, Long Waves and World Structural Changes: New Perspectives for Developing Countries. In : **World Development**, Vol. 13, p. 441-463, London, Pergamon Press. 1985.

PERROUX, F. **Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.

PESTEL, E. **The limits of growth** (abstract). Disponível em www.clubofrome.org. Acesso em 11/09/2005.

PISANO, G., TEECE, D. Collaborative arrangements and global technology strategy: some evidence from telecommunications equipment industry. In: **Research on technological innovation, management and policy**. Vol. 4, p.257-281, 1989.

PNUD Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento. Software Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em 13/09/2005.

POCHMANN, M. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PORTER, M. Cluster e competitividade. In: **HSM Management**. Ano 3, n.15, jul-ago 1999.

PROCÓPIO, M. FRANÇA FILHO, G. C. Poder e análise organizacional: elementos para uma crítica antiutilitarista. In: **Cadernos EBAPE**. Volume III, número 2, julho 2005, 14p.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 2000, 2ª ed.

RAUEN, A. T. **Eficiência Coletiva e empreendimentos autogestionários**. 2006 (Texto virtual).

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo, Atlas, 1999, v.1.

REIS, J.. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N.25/26, Coimbra, Dezembro, 1988, p.127-141.

_____. Uma epistemologia do território. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v.13, no.1, 2005: 51-74.

RELATÓRIO sobre atividades do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Sul e o Fórum Regional de Ecosol do Vale do Sinos. Novo Hamburgo, Escola Oito de Março, Mimeo, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa de economia popular solidária**. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Porto Alegre, 2001, 29p.

RIST, G. **Le développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos, dissertações e estudos de caso**. São Paulo, Aylas, 1999, 2a. ed., 301 p.

ROESE, M. Política industrial e de C&T regional: sistemas de inovação regionais? O caso da aglomeração moveleira de Bento Gonçalves, RS. In: **REAd Revista eletrônica de administração**. Porto Alegre, EA/UFRGS, n.16., v.6, n.4, jul-ago 2000.

ROSENBERG, N. **Exploring the blackbox**. London, Cambridge University Press, 1976.

ROTHWELL, R. Industrial innovation: success, strategy, trends. In: Dodgson, M. and Rothwell, R. (eds.). **The nature, sources and outcomes of industrial innovations**. p.33-53.

RUTKOWSKI, J., LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p.167-186.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. A. (orgs). **Planejamento e desenvolvimentos dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2002.p.21-37.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002 (idéias sustentáveis: 2).

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, SEBRAE, 2004.

SALAZAR, H.Z. La economía solidaria em el desarrollo de Antioquia. In: I Congreso de Investigación del sector solidario, Bogotá: Dansocial – Pontificia Universidad. Noviembre 4 y 5, 2004 [anais...]. 2004. Disponível em www.riless.org.br, acesso em 22/06/2006.

SANTOS, A. M. Perfil dos agregados macroeconômicos do vale do rio dos Sinos: 1991-2000. In: ENGELMAN, F. (org.). **Estudos em desenvolvimento regional: o vale do sinos em perspectiva**. Novo Hamburgo, Feevale, 2003.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 2001, 8ª ed.

_____. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 13-27.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2003.

SANTOS, B. S., AVRITZER, L. Prefácio e Introdução. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 29-78.

SANTOS, M. J. Processos de modernização empresarial. In: SCHERER-WARREN, Ilse e FERREIRA, J. M. C. (orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil-Portugal**. São Paulo, Cortez, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 174 p.

SANTOS JR., O. A. **Democracia e governo: dilemas da reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2001.

_____. Cidadania e a questão urbana no Brasil: indicações na perspectiva de um projeto de cidades democráticas. Mimeo. Elaborado para a OXFAM. Rio de Janeiro, s/d, 32p.

SANTOS JR., O. A., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO,. (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2004.

SAVIOTTI, P., METCALFE, S. Present development and trends in evolutionary economics. In: COOMBS, Rod (org). **Economics and technological change**. New Jersey, Rowman e Littlefield, 1987.

SCHNEIDER, ., TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: Jornadas de Intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial. FLACSO – Argentina, Universidad Buenos Aires. **[Anais...]** 23-24 junio 2005.

SCHUMPETER, J. A. (1912). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Ed. Abril, Col. Os Economistas, 1985. (para a edição brasileira).

_____. (1942). **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SCHWANDT, T. A. Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 1994, p.118-137.

- SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SIEDEBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F. e WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003, p.157-173.
- SILVA, Lorena Holzmann da. Operários sem patrões: estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig. **Tese de doutorado**. Programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Estadual de São Paulo/USP. 470 p., 1992.
- SILVEIRA, C., BOCAJUVA, C. e ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos**. São Paulo, Insituto Polis; Progama Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001, 56p.
- SIMON, H. Rational decision making in business organization. In: **The American economic review**. September, 1979, p.493-513.
- SINGER, P.. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000a, p. 11-28.
- _____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000b, p.123-133.
- _____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz editores, 2003, p.116-125.
- _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Estudos avançados**. Brasília, IPEA, 18 (51), p.7-22, 2004.
- SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000a, p.7-10.
- _____. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000b, p.245-266.
- STREIT, R. E.; KLERING, L. R. Governança pública sob a perspectiva de sistemas complexos. In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. **[Anais...]**. Curitiba, ANPAD, 2004.
- SUTTON, R.I. and STAW, B.M. O que não é teoria. In: **Revista de Administração de Empresas**. V.43, n.3, jul/set 2003, p.74-84.
- TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ijuí, Unijuí, 2002, p.113-138.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez/editores associados, 1986 (coleção temas básicos).

_____. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo, Atlas, 1997, 164 p.

TIRIBA, L. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000, p. 221-243.

TODESCHINI, R. e MAGALHÃES, R. **A CUT e a economia solidária**. Disponível em www.cut.org.br, acessado em 15/04/2002, 22 p.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo, Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

UN United Nations. **Ecosystems and human well-being: opportunities and challenges for business and industry**. New York, UN, 2005. Disponível em www.millenniumassessment.org. Acesso em 13/07/2005.

UNITRABALHO Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo, Unitrabalho, s/d.

VAILLANCOURT, Y., FAVREAU, L. Le modèle québécois d'économie sociale et solidaire. **Cahiers du Larepps**. No. 00-04. Département de travail social, Université du Québec à Montreal, Juin 2000, 18 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo, Gramond, 2005.

VIANA, G., SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, F. M. Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. **Tese de doutorado**. São Paulo, USP, 2005. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

VIEITEZ, C. G. e NAKANO, M. A economia solidária no estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos. *In*: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.139-171.

VON TULZEMANN, N. Historical co evolution of governance and technology in the industrial revolution. *In*: **Structural change and economic dynamics**. 14 (2003), 365-384.

WORLD BANK. World development report 2003. Sustainable development in a dynamic world. Washington D.C., WB, 2003. Disponível em www.worldbank.org. Acesso em 05/06/2005.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, Bookman, 2ª ed, 2001, 205 p.

YOGEL, G.; NOVICK, M. e MARIN, A. Tramas produtivas, processos de inovação e tecnologias de gestão social: uma aproximação metodológica aplicada ao complexo automotor argentino. *In*: CASTRO, N. e MARTIN, S. (org.). **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo, SENAC, 2001.

ZAPATA, T. **O desenvolvimento institucional e a construção de parcerias para o desenvolvimento local**. Projeto BNDES – Cooperação técnica PNUD. 16 p. Rio de Janeiro, BNDES, 2002. Disponível em www.pnud.org.br/arquivos. Acesso em 13/04/2005.

ZAWISLAK, P. **Clássicos, neoclássicos e Schumpeter**. Programa de Pós Graduação em Administração. Porto Alegre, UFRGS, 2004. Material de aula.

